

APRESENTAÇÃO

A Revista Teófilo tem a honra de apresentar sua edição especial de 2024.1, comemorando os dez anos do pontificado do Papa Francisco. Esta edição celebra uma década marcada por profundas transformações na Igreja Católica, inspiradas pela liderança pastoral e a perspectiva pastoral de Francisco.

Francidilso Silva do Nascimento, em *A Mudança Paradigmática no Pontificado do Papa Francisco e a Hospitalidade como Categoria Transformadora*, discute como Francisco promove uma mudança paradigmática dentro da Igreja. Com novos paradigmas que enfatizam a misericórdia, proximidade, missão, ecologia integral e sinodalidade apresentados pelo Papa Francisco, o autor propõe a hospitalidade como caminho para a reconciliação e a superação das diferenças, promovendo uma comunhão baseada no respeito e na valorização das semelhanças.

Possidônio Ferreira Barbosa Júnior explora, no artigo *Amizade Social e Amor Político: 11 Anos de Pontificado do Papa Francisco em Defesa da Dignidade Humana*, a visão de Francisco sobre a amizade social e o amor político como pilares para a transformação social. A promoção do bem comum, a comunicação humanizadora e a cidadania autêntica são destacadas como caminhos para assegurar a dignidade humana e enfrentar as desigualdades.

Vander Sebastião Martins, em *11 Anos do Papa Francisco: Ruptura ou Continuidade?*, analisa a eleição surpreendente de Francisco em 2013 e seu impacto significativo. Diferente de seus predecessores, Francisco trouxe uma abordagem pastoral centrada na humildade, misericórdia e foco nos marginalizados. Seu papel como defensor dos migrantes e da proteção ambiental, especialmente através da encíclica *Laudato Si'*, marca uma era transformadora na Igreja.

Geraldo Luiz De Mori, em *Francisco: 10 Anos de Pontificado*, apresenta um balanço dos dez temas que mais marcaram o governo de



Francisco. Através de gestos, iniciativas e textos significativos, este artigo ilustra a profundidade e o alcance das reformas de Francisco, incluindo a reforma da Igreja e o anúncio da fé.

Alzirinha Souza, em seu artigo sobre *Os Ministérios no Pontificado do Papa Francisco*, destaca a importância de compreender a historicidade dos ministérios na Igreja e como Francisco tem ressignificado esses elementos. Com uma abordagem centrada na eclesiologia conciliar e na chave do Povo de Deus, Francisco revitaliza diversos ministérios, promovendo uma Igreja mais inclusiva e engajada.

Convidamos nossos leitores a mergulhar nesta edição especial e a refletir sobre os ensinamentos e a influência do Papa Francisco ao longo de seus dez anos de pontificado. A Revista Teófilo traz a todos mais uma oportunidade de debates teológicos e sociais relevantes, celebrando as contribuições significativas do Papa Francisco para a Igreja e o mundo.

OS EDITORES

A MUDANÇA PARADIGMÁTICA NO PONTIFICADO DO PAPA FRANCISCO E A HOSPITALIDADE COMO CATEGORIA TRANSFORMADORA

The Paradigmatic change in Pope Francis' Pontificate and Hospitality as a Transformative Category

Francidilso Silva do Nascimento*

RESUMO: O conceito de paradigma se popularizou com a obra de Thomas Kuhn, “A Estrutura das Revoluções Científicas” (1962), que redefiniu como entendemos mudanças fundamentais na ciência e em outras áreas do conhecimento. Kuhn descreve paradigmas como estruturas que organizam e categorizar nossa compreensão do mundo, influenciadas por questões biológicas e cultura. A mudança paradigmática, portanto, é uma transformação profunda na forma de interpretar e interagir com a realidade. Papa Francisco promove uma mudança paradigmática, reconfigurando conceitos e categorias fundamentais. Ele introduz vários paradigmas, como o da Misericórdia, que enfatiza a compaixão e a inclusão, e o da Proximidade e Missão, que busca uma Igreja mais engajada com as necessidades reais das pessoas, especialmente os marginalizados. Francisco também promove a Ecologia Integral, destacando a interconexão entre justiça social e cuidado ambiental, e a Sinodalidade, que envolve todos os membros da Igreja no processo decisório. Além disso, ele impulsiona a Reforma Pastoral, focando na adaptação contínua da Igreja às necessidades contemporâneas, e o Paradigma da Inclusão, que acolhe todas as pessoas independentemente de sua situação. A hospitalidade é proposta como um caminho para a reconciliação e superação das diferenças dentro da Igreja, promovendo uma comunhão baseada no respeito e na valorização das semelhanças.

PALAVRAS-CHAVE: Papa Francisco. Mudança de Paradigma. Hospitalidade. Incomensurabilidade. Thomas Kuhn.

* Presbítero da Diocese de Picos. Doutorando em Filosofia, pela Universidade Federal do Piauí, Brasil, Ospite na Università di Trento, Itália. Professor do Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí – ICESPI. Bolsista PSDE CAPES. ORCID: 0000-0002-6496-4381.

ABSTRACT: The concept of paradigm was popularized by Thomas Kuhn’s work, “The Structure of Scientific Revolutions” (1962), which redefined how we understand fundamental changes in science and other areas of knowledge. Kuhn describes paradigms as frameworks that organize and categorize our understanding of the world, influenced by biological and cultural factors. Paradigmatic change, therefore, is a profound transformation in the way we interpret and interact with reality. Pope Francis promotes a paradigmatic shift, reconfiguring fundamental concepts and categories. He introduces several paradigms, such as that of Mercy, which emphasizes compassion and inclusion, and that of Proximity and Mission, which seeks a Church more engaged with the real needs of people, especially the marginalized. Francis also promotes Integral Ecology, highlighting the interconnectedness between social justice and environmental care, and Synodality, which involves all members of the Church in the decision-making process. Additionally, he drives Pastoral Reform, focusing on the Church’s continuous adaptation to contemporary needs, and the Paradigm of Inclusion, which welcomes all people regardless of their situation. Hospitality is proposed as a path to reconciliation and overcoming differences within the Church, promoting communion based on respect and valuing similarities.

KEYWORDS: Pope Francis. Paradigmatic Change. Hospitality. Incommensurability. Thomas Kuhn.

Introdução

O conceito de mudança paradigmática, profundamente enraizado na obra de Thomas Kuhn, “A Estrutura das Revoluções Científicas” (1962), é um marco importante para entender as transformações nas formas de categorização e interpretação do mundo. Kuhn introduziu a noção de paradigma como um Conjunto Estruturado de Tipos, uma organização conceitual dos objetos do mundo, influenciada por aspectos biológicos e culturais. A aplicabilidade desse conceito, como compreendemos, transcende a ciência alcançando áreas como teologia e a prática pastoral.

O Papa Francisco tem promovido uma mudança paradigmática que envolve uma reestruturação fundamental dos conceitos e categorias que moldam a vida eclesial, tanto em seu conteúdo como em sua forma. Este artigo reflete sobre em que consiste essa mudança paradigmática, quais os paradigmas apresentados pelo Papa Francisco e como eles refletem uma transformação profunda no comportamento e na missão da Igreja, valendo-nos de uma categoria fundamental para o exercício pastoral denominado de hospitalidade.

1. A mudança paradigmática como transformação de categorização

O termo paradigma ganhou relevância no âmbito filosófico, intelectual e cultural, quando o físico, historiador da ciência e filósofo norte-americano, Thomas Kuhn publicou a sua obra mais influente no século XX, *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962). Apesar das várias críticas recebidas, o termo paradigma foi aplicado em diversas áreas do conhecimento com significados diversos daquele que o autor tinha em mente ao utilizá-lo em seus escritos, incluindo a teologia e a prática eclesial.

A ideia de mudança paradigmática remete a uma transformação profunda nas maneiras como compreendemos, categorizamos e interpretamos o mundo ao nosso redor. Com o passar do tempo, Kuhn reformulou aquilo que antes era chamado de paradigma passou a ser chamado Conjunto Estruturado de Tipo (Kuhn, 2022, p.181[2024, p.259]), um modo de organização dos conceitos dos objetos do mundo seja inatamente, como um tipo de extinto que biologicamente possuímos para identificarmos o que traz perigo para nossa vida, seja o que não; ao mesmo tempo, isso é um processo aprendido através das pessoas que já vivem no mundo e já estão habituadas em organizar os objetos que compõem essa realidade. Portanto, o paradigma é compreendido por Kuhn como um conceito que usamos para categorizar, organizar, nosso mundo. Esse conceito é influenciado pela cultura em que o indivíduo foi educado e, por isso,

pode levar a dificuldades de compreensão e interpretação por parte de outras pessoas educadas em culturas e modo de vida diferentes.

Mas o que entendemos como categorias e conceitos? Conceito é concebido como aquilo que precisamos aprender para podermos fazer uso de uma palavra (MILLIKAN, 2003, p.9). Nesse caso, quando aprendemos de alguém um determinado uso do conceito passamos a recortar o mundo utilizando aquelas mesmas regras, porém, como o tempo, passa-se a utilizar aquelas adquiridas para construir outras maneiras de chegar as mesmas categorias que aprendemos anteriormente. A base da nova filosofia de Kuhn, que usaremos aquilo como iluminação para compreender que coisa é a mudança de paradigma, está enraizada na perspectiva de Ruth Millikan, filósofa estadunidense, que tanta a substância como “entidade que usamos para pensar em vez de falar.” (2003, p.9). Anteriormente, Kuhn já tinha admitido algo parecido quando levava em consideração o estilo de pensamento de Fleck, que é considerado um modo de organização do mundo que usamos na nossa vida cotidiana, porém cada estilo de pensamento é incomensurável, ou seja, “esses podem não ter nada em comum, e um pode indicar com realidade física aquilo que para outro estilo de pensamento não existe de alguma forma”. (GATTEI, 2007, p.27).

Como categoria estabelecemos uma mudança naquelas aristotélicas em que parte sempre dos indivíduos particulares e se esquecendo das espécies as quais eles pertencem, mas para isso é preciso estabelecer uma nova concepção ontológica, estabelecendo que as propriedades que compõem os objetos particulares influenciam “o que veio a ser chamado de essência do corpo e que tornam o corpo a espécie de corpo que ele é.” (KUHN, 2024, p.213). A realização desse processo é histórica, ou seja, é estabelecido em um espaço e um tempo, onde os indivíduos identificam e diferenciam através de uma processe de categorização ativa que realizar mudanças de tempos em tempos, caso necessários no modo como essa realidade é organizada.

Nesse sentido, o que ocorre é uma mudança de linguagem, compreendida não simplesmente como uma verbalização das realidades do mundo. A linguagem é compreendida no seu aspecto biológico, a partir do modo como nos comportamos de ante de outros seres vivos ou não vivos, como também é a forma que aprendemos de modo cultural de representar linguisticamente esse mundo, através dos objetos existentes do mundo. Assim, A linguagem desempenha um papel crucial na mudança paradigmática, pois ela não apenas reflete a realidade, mas também a constrói. A transição de um paradigma para outro envolve uma mudança na linguagem de pensamento e na estrutura conceitual utilizada pelos cientistas. Essa transformação permite novas formas de ver, interpretar e interagir com o mundo.

Um dos conceitos mais desafiadores de Kuhn é a incomensurabilidade, que se refere à dificuldade de comparar diretamente paradigmas distintos devido às suas diferenças fundamentais nos conceitos e nas categorias. Esta ideia pode ser aplicada à diversidade de expectativas e estilos dentro da Igreja Católica contemporânea.

Aplicando esse conceito à Igreja, a mudança paradigmática promovida pelo Papa Francisco pode ser vista como uma mudança de conceito e de categoria. Não se trata apenas de modificar práticas ou introduzir novas políticas, mas de uma reestruturação fundamental nas categorias e nos conceitos que moldam a vida eclesial. Esta mudança envolve uma reorientação dos valores centrais, das prioridades pastorais e da maneira como a Igreja se relaciona com o mundo moderno, conforme apresentou o Concílio Vaticano II.

A mudança paradigmática envolve uma nova linguagem de pensamento que enfatiza a misericórdia, a proximidade e a inclusão. Esta linguagem reflete um conjunto estruturado de tipos que reconfiguram a identidade e a missão da Igreja. Termos como “Igreja em saída”, “proximidade” e “misericórdia” tornam-se centrais no discurso e nas práticas eclesiais, promovendo uma nova maneira de

ser Igreja que é mais aberta e receptiva às necessidades contemporâneas.

Francisco busca transcender essas diferenças, propondo um novo modelo de Igreja que não é apenas uma síntese dos estilos existentes, mas uma reconfiguração das categorias que moldam a vida eclesial. Este novo paradigma desafia a Igreja a ser mais dinâmica, aberta e capaz de dar respostas às necessidades do mundo moderno, enquanto permanece fiel à sua missão essencial de evangelização e serviço.

O Papa Francisco enfrenta a incomensurabilidade de estilos ao tentar harmonizar diferentes visões de Igreja. Por um lado, há aqueles que preferem um estilo mais tradicional e conservador, que enfatiza a doutrina e a clareza moral. Por outro lado, há uma crescente expectativa por um estilo mais pastoral e inclusivo, que enfatiza a misericórdia e a justiça social.

Diante desse caminho de reflexão a partir da filosofia de Thomas Kuhn, quais são os paradigmas propostos pelo papa Francisco para esse processo de transformação do modo de ser Igreja nesses novos tempos? Apresentamos, sem a intenção de esgotar esses paradigmas (categorias), como processo de identificação das habilidades que serão necessárias na educação eclesial de todos os cristãos, principalmente, dos pastores e futuros pastores.

2. Os paradigmas apresentados pelo papa Francisco

Ao longo de seu pontificado, o Papa Francisco tem proposto diversos paradigmas que visam um processo de transformação da Igreja em uma instituição mais inclusiva, misericordiosa, missionária e ecológica. Estes paradigmas abrangem uma variedade de áreas, desde a pastoral até a ecologia, e são fundamentados em documentos-chave de seu magistério. Sem a pretensão de resumir todos as categorias apresentadas por Francisco, tratamos dos que consideramos os mais importantes para compreender em que consiste a mudança de categoria.

2.1. Paradigma da Misericórdia

A misericórdia é o primeiro paradigma ou categoria para uma transformação no comportamento da Igreja. Como enfatiza o papa Francisco, a misericórdia é uma característica de Deus e da missão da Igreja. O papa expressa a imagem de um Deus que é compassivo, próximo e misericordioso, desafiando a imagem de um Deus distante e vingativo. Esse paradigma enfatiza a inclusão, o acolhimento e a compreensão, especialmente para com os marginalizados e aqueles em situação de vulnerabilidade. Os documentos em que ele manifesta esse paradigma são três: Bula de Proclamação do Jubileu Extraordinária da Misericórdia *Misericordiae vultus* (2015); as Exortações Apostólicas *Evangelii Gaudium* (2013) e *Amoris Laetitia* (2016).

Para esse processo de transformação é necessário que a Igreja viva profundamente a compaixão não apenas como uma virtude individual, mas como um princípio orientador para a missão da Igreja e para a vida dos fiéis. No documento do início do seu pontificado, a exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco enfatiza que a Igreja deve ser um “hospital de campanha” que acolhe todos com misericórdia e compaixão. A Igreja é conclamada a sair ao encontro de todos, principalmente os mais necessitados, a sua grande missão é mostrar a face misericordiosa de Jesus Cristo. Ele considera que o desafio é não se fechar em uma Igreja autorreferencialista, mas abraçar uma pastoral de proximidade e ternura.

[...] Prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças. [...] Mais do que o temor de falhar, espero que nos mova o medo de nos encerrarmos nas estruturas que nos dão uma falsa proteção, nas normas que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos tranquilos, enquanto lá fora há uma multidão faminta e Jesus repete-nos sem cessar:

“Dai-lhes vós mesmos de comer” (Mc 6, 37). (EG 49)

A grande imagem que aparece na exortação é da casa com o lar, onde todos devem sentir-se bem em fazer parte da família que é a Igreja do Senhor, principalmente os pobres e os marginalizados. É preciso que a Igreja reflita no seu serviço e na compaixão a face de um Deus que permanece entre o seu povo, é um Deus presente na nossa história e dar sentido à vida. Essa se expressa na vida daqueles que se abrem à sua compaixão. A Igreja é o reflexo da alegria e compaixão, que sem medo sai para encontrar os mais necessitados para oferecer-lhes o consolo e a esperança.

Um outro documento que fundamenta a transformação de categoria é a bula *Misericordiae Vultus* na qual a misericórdia é colocada no centro da vida cristã, ou “a arquitrave que suporta a vida da Igreja” (MV, n. 10) e, por isso, é missão dos cristãos apresentar a compaixão de Deus em todas as suas ações. A misericórdia parece ser o ponto de encontro, a síntese de toda a vida cristã. “Jesus Cristo é o rosto da misericórdia do Pai” (MV, n.1) e em sua vida a misericórdia torna-se viva e visível. A compaixão deve ser a resposta da Igreja às necessidades do mundo, todos os cristãos devem ser sinais vivos da misericórdia de Deus. Uma maneira de aprender os passos de Jesus é viver as obras de misericórdia, tanto corporais quanto espirituais, como expressões concretas da compaixão cristã.

O apoio aos necessitados se mostra eficaz quando a Igreja se coloca ao lado dos pobres e pequenos, através de uma presença que seja sempre ativa nas situações de injustiça e opressão. A Igreja manifesta essa sua proximidade através de transformações sociais, lutando contra as tantas formas de injustiça e desigualdades que perpetuam a pobreza e a exclusão. Na *Evangelii Gaudium*, o papa Francisco considera que o testemunho cristão é mais convincente quando se manifesta na prática da solidariedade e no cuidado pelos necessitados. (2013, n.188-189) Essa deve ser uma prioridade da Igreja, enquanto sacramento de esperança e consolação para os que vivem na pobreza e na marginalização.

Seguindo essa mesma linha de reflexão, na Exortação *Amoris Laetitia*, o papa Francisco admoesta as famílias a “ser o primeiro lugar onde se vive a solidariedade e o cuidado pelos necessitados.” Essa compreensão leva a Igreja, em suas comunidades eclesiais, oferecer “ajuda prática e espiritual.” A atenção as necessidades das famílias é um cuidado pastoral muito mais que dar ajuda material, mas envolve a presença “nas questões emocionais e espirituais.”

O apoio aos necessitados dos irmãos e irmãs não é um apêndice, mas uma “expressão concreta da caridade e da misericórdia que deve caracterizar a vida familiar e eclesial.” (AL, n. 293). A comunidade de fé quando vive profundamente esse testemunho de vida, no cuidado com os mais necessitados, se compromete com a transformação da vida social não com expressões verbais, mas concretamente o amor que impulsiona a Igreja a ser sinal do ressuscitado no mundo. A final, o “compromisso com o bem-estar dos necessitados é um reflexo do amor de Cristo.” (AL, n.293).

2.2. Paradigma da Proximidade e Missão

Unido ao paradigma da misericórdia o papa Francisco tem promovido a vivência de uma Igreja deve estar próxima das pessoas, especialmente dos pobres e marginalizados. Para alcançar a proximidade é necessário um comportamento pastoral que envolve estar presente nas vidas das pessoas, ouvir suas necessidades e acompanhá-las em sua vida cotidiana. Este paradigma reflete uma mudança de uma Igreja centrada em si mesma para uma Igreja em saída, missionária e envolvida com o mundo, uma Igreja próxima.

O paradigma da Proximidade ou da Missão promovido pelo Papa Francisco reflete uma abordagem pastoral inovadora que busca transformar a Igreja Católica em uma instituição mais engajada com as necessidades reais das pessoas. Essa visão é uma das características centrais do pontificado de Francisco e está alinhada com a sua visão de uma Igreja que se desloca do centro para a periferia, em busca daqueles que estão à margem da sociedade e da vida eclesial.

O paradigma da proximidade apresentado na *Evangelii Gaudium* é conceituado como uma Igreja que toma a iniciativa, uma Igreja “em saída”, como uma comunidade de discípulos missionários que se “premeireiam” (EG, n. 24). A afirmação de Francisco é que uma comunidade missionária que “encurta as distâncias, abaixa-se – se for necessário – até à humilhação e assume a vida humana, tocando a carne sofredora de Cristo no povo.” (EG, n. 24).

A grande característica dos evangelizadores que fazem parte de uma comunidade missionária é expressa na capacidade de se impregnar do “cheiro das ovelhas” (EG, n.24). Nesse processo de transformação e de categorização é preciso aprender a linguagem do outro, incorporar a sua maneira de organizar o mundo. É educa-se para a habilidade de torna-se companheiro de viagem, entrar nas realidades mais desafiadoras. Isso exige uma presença pastoral efetiva nas realidades locais e a necessidade de respostas concretas às necessidades das comunidades.

A ação da comunidade de fé não pode ser apenas realizada por meio exclusivamente assistenciais e programas de promoção, destaca o papa Francisco que “o Espírito põe em movimento não é um excesso de ativismo, mas primariamente uma *atenção* prestada ao outro ‘considerando-o como um só consigo mesmo’.” (EG, n.199). Nessa atenção não se pretende realizar “coisas” para as pessoas, mas colocar-se diante delas como um irmão que se preocupa não apenas em oferecer algo, mas de ser presença que acolhe e deseja efetivamente o seu bem. “Isto implica apreciar o pobre na sua bondade própria, com o seu modo de ser, com a sua cultura, com a sua forma de viver a fé.” (EG, n.199).

Na Encíclica *Fratelli Tutti* (2020), o conceito de proximidade é ampliado em uma perspectiva de fraternidade universal e de uma solidariedade global. O papa enfatiza a importância de uma presença atuante e de um envolvimento da Igreja em questões sociais e as necessidades das pessoas. “Viver indiferentes à dor não é uma opção possível” (FT, n.68), ninguém pode ser deixado para trás, “nas

margens da vida” (FT, n. 68). A comunidade de fé deve se indignar quando o sofrimento humano, principalmente, diante tantas formas de sofrimentos que são frutos de estrutura política e social que precisam ser transformadas. É necessário mudar a maneira em que a sociedade globalizada olha para “o ferido”, o pequeno, deixando de lado “um estilo elegante de olhar para o outro lado [...] sob as aparências do politicamente correto ou das modas ideológicas” (FT, n. 76). Muitas vezes temos uma opção midiática em relação aos pobres, se transmite ao vivo a sua situação, apresentamos um discurso uma aparente tolerância, porém “não o tocamos” (FT, n.76).

A proximidade deve se expressar também com aquelas comunidades que vivem infortunadamente, pelo nosso modo de tratar a natureza, crises ambientais e sociais. O papa Francisco, desde a encíclica *Laudato Si'*, tem falado abertamente da maneira como são tratadas as pessoas excluídas, principalmente, nos debates econômicos e políticos em que as questões ambientais são pautada, não se leva em conta os impactos sociais na vida cotidiana das pessoas que vivem nos territórios, afirma o papa: “não podemos deixar de reconhecer que uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres.” (LS, n. 49).

Diante disso, a busca de soluções aos problemas trazidos por uma atitude profundamente predatória conduz a Igreja a torna-se muito mais próxima das pessoas pobres e necessidades com o coração aberto a uma comunhão universal, “nada e ninguém fica excluído desta fraternidade” (LS, n. 92). Na encíclica *Laudato Si'*, o papa aponta para um caráter relacional que existe entre todos os seres humanos e as outras criaturas, obras das mãos de Deus. Só através dessa consciência é que “caminhamos juntos como irmãos e irmãs numa peregrinação maravilhosa, entrelaçados pelo amor de Deus a cada uma das suas criaturas” (LS, n.92).

2.3. Paradigma da Ecologia Integral

A paradigma da Ecologia Integral é proposto pelo papa Francisco através de uma visão holística do mundo em que tudo está interconectado e as respostas devem ser integradas e multifacetadas. As respostas não são simples, pois os problemas são complexos e contextuais. Esse modo de contemplar a realidade deve conduzir a um cuidado com a criação, a justiça social e a economia sustentável uma visão ampla dos processos que vive a sociedade atual. Ao propor a *Laudato Si'*, o papa insere a Igreja num processo de diálogo com as autoridades políticas mundiais trazendo uma visão não meramente técnica da busca de soluções para o problema ambiental, mas trazendo uma olhar dos impactos que essas questões causam na vida de pessoas concretas nos vários territórios do globo terrestre.

O principal documento em que se trata de um paradigma ecológico integral é a encíclica *Laudato Si*, no qual se expõe interconexão entre a crise ambiental e questões sociais e econômicas. A preocupação do papa Francisco é considerar que as questões ambientais não podem ser separadas da vida das pessoas que vivem como parte de uma natureza criada por Deus. Ao invocar o exemplo de São Francisco, grande amante da natureza, o papa considera que é importante considerar a sua forma de viver a “harmonia com Deus, com os outros [irmãos], com a natureza e consigo mesmo.” (LS, n.10). São Francisco não só reconheceu a criação, mas encarnou em sua própria vida a sua condição de criatura, pobre, humilde e dependente de todas as outras criaturas, como sinal do amor de Deus para com ele.

Papa Francisco destaca a interdisciplinariedade como elemento importante para superação de uma visão fragmentada da realidade. A reflexão do papa é que “os conhecimentos fragmentários e isolados podem tornar-se uma forma de ignorância, quando resistem a integrar-se numa visão mais ampla da realidade.” (LS, n.138). Essa concepção integral é importante para uma visão da própria Igreja, sozinha ela não pode dar conta de responder questões complexas que são apresentadas no mundo de hoje. Essa compreensão de interrelacionalidade entre os

vários organismos e os artefatos criados pelos homens refere-se ao “meio ambiente” em que estamos inseridos, impedindo-nos “de considerar a natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida.” (LS, n. 138).

Compreender “as razões, pelas quais um lugar se contamina, exigem uma análise do funcionamento da sociedade, da sua economia, do seu comportamento, das suas maneiras de entender a realidade.” (LS, n. 139) É a partir dessa análise que se pode sinaliza os caminhos que as pessoas devem tomar e quais comportamentos e recursos são exigidos para uma resposta que seja compatível com a realidade territorial e, depois, em cada território considerando a cultura, ampliando a aplicação a todos os territórios. Isso porquê “já não é possível encontrar uma resposta específica e independente para cada parte do problema. É fundamental buscar soluções integrais que considerem as interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais.” (LS, n. 139).

Na exortação *Querida Amazonia*, o papa Francisco tratar de modo muito mais específico os princípios apresentados na *Laudato Si'*, considerando tanto a proteção do meio ambiente quanto os povos originários e suas culturas. Ao expressar os sonhos para Amazônia, ele coloca em destaca a interconexão entre os vários aspectos da vida dos povos, como políticas sociais, a valorização das culturas, o cuidado ecológico e a atenção de uma Igreja inserida na vida dos povos, presentes nesse território tão rico de recursos naturais, mas também de cultura e de fé. Aponta Francisco, “não serve um conservacionismo ‘que se preocupa com o bioma, porém ignora os povos amazônicos’.” (QA, n.8).

O cuidado das pessoas e o cuidado dos ecossistemas são inseparáveis, o que faz do território dos povos originários, como as florestas, não como um recurso para explorar, mas “é um ser ou vários seres com os quais se relacionar.” (QA, n.42). Essa consciência é que uma ecologia integral não é um discurso de uma proteção do “verde”, esquecendo as pessoas que estão vinculadas ao território, com suas

culturas locais e modos de expressão da fé que possuem, herdadas dos seus antepassados.

2.4. Paradigma da Sinodalidade

A sinodalidade é um caminho feito junto, é um processo de comunhão em uma Igreja fraterna. Papa Francisco a tem promovido como um princípio fundamental para a governança da Igreja. A sinodalidade envolve a participação e a escuta de todos os membros da Igreja, incluindo leigos, religiosos e clérigos, no processo de tomada de decisões. Este paradigma propõe uma mudança de uma estrutura hierárquica rígida para uma abordagem mais colegiada e participativa, refletindo a comunhão e a colegialidade como valores centrais.

Já na *Evangelii Gaudium* mesmo que não apareça o termo sinodalidade, mas é descrito pelo papa Francisco uma caminho feito juntos pelos pastores e os fiéis da Igreja. Iniciando com aquilo que ele chamou de “conversão do papado” (EG, n.32). O processo aberto pelo seu pontificado foi, justamente, de repensar o ministério do Sucessor de Pedro, considerando o seu ministério não como um “chefe supremo”, mas como servidor da Igreja. Compreendendo que o papa não deve substituir os bispos locais no discernimento dos problemas que apresentam seus territórios, deixando de lado “uma centralização excessiva”, que “em vez de ajudar, complica a vida da Igreja e a sua dinâmica missionária.” (EG, n. 32).

A sinodalidade é um processo de uma Igreja “em chave missionário exige o abandono de um cômodo critério pastoral: ‘fez-se sempre assim’.” (EG, n.33). Esse processo é a caracterizado pela capacidade criativa de uma Igreja que se coloca a repensar suas estratégias pastorais, as suas estruturas, o estilo de pensamento diante da realidade do mundo e os métodos para alcançar respostas autenticamente reais. Papa Francisco exorta a todos, nesse documento, a “não caminhar sozinho, mas ter sempre em conta os irmãos e, de modo especial, a guia dos Bispos, num discernimento pastoral sábio e realista.” (EG, n.33).

Esse é o caminho da sinodalidade, não é um caminho feito sozinho, como afirmou papa Francisco, no Discurso em *Comemoração do Cinquentenário da Instituição do Sínodo dos Bispos*, de 17 de outubro de 2015, “o caminho da sinodalidade é o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio.” Não é simplesmente um processo de reorganização logística ou de um processo de reforma organizacional, mas é um processo de conversão no modo de perceber a realidade, com categorias que narrem a vida das pessoas, no seu dia-a-dia.

Uma Igreja sinodal é uma Igreja da escuta, ciente de que escutar “é mais do que ouvir”. É uma escuta recíproca, onde cada um tem algo a aprender. Povo fiel, Colégio Episcopal, Bispo de Roma: cada um à escuta dos outros; e todos à escuta do Espírito Santo, o “Espírito da verdade” (Jo 14, 17), para conhecer aquilo que Ele “diz às Igrejas” (Ap, 2, 7). (FRANCISCO, 2015)

No relatório de síntese do XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, realizado dos dias 4 a 29 de outubro de 2023, na cidade do Vaticano, estabeleceu como fruto do processo sinodal “a acrescida consciência da nossa identidade de Povo fiel de Deus, dentro do qual cada um é portador de uma dignidade que deriva do Batismo e é chamado à corresponsabilidade pela missão comum de evangelização.” (A sinodalidade: experiência e compreensão, cap. 1, a). Compreender dentro do povo de Deus é um processo importante para todos os batizados, como a consciência de que o discipulado é o que une a todos em torno do Mestre Jesus, não pode existir qualquer ministério sem o sentido de pertença a Jesus Cristo. A compreensão é que todo povo de Deus é substancialmente um povo de discípulos, todas as outras propriedades que compreende a sua vida são expressão desse discipulado. Com isso, podemos dizer que um povo de Deus é formado por discípulos-leigos; discípulos-religiosos (as), discípulos-presbíteros, discípulos-bispos, entre outros tipos de ministérios, que são formas de viver o discipulado em várias realidades de vida.

O processo de vivência do paradigma da sinodalidade dá a Igreja a possibilidade de “abertura à escuta e ao acompanhamento de todos, também daqueles que sofreram abusos e feridas na Igreja, tornou visíveis muitos que, por muito tempo, se sentiram invisíveis.” (Cap. 1, e). Essa capacidade de escutar também as feridas no processo de construção de uma vida eclesial mais próxima das realidades das pessoas deve ser bálsamo as feridas das vítimas de abusos por membros da Igreja que se utilizaram da confiança, das estruturas e índole da Igreja, para implementar uma prática nociva a vida de pessoas frágeis e vulneráveis.

2.5. Paradigma da Reforma Pastoral

No que tange a uma mudança de uma reforma pastoral, a Igreja necessita continuamente uma forma pastoral, por isso a Igreja deverá ser mais flexível e adaptável no mundo contemporâneo. Esse paradigma envolve a reforma das estruturas e práticas eclesiais para melhor responder às necessidades das pessoas e promover uma evangelização mais eficaz e autêntica. Por isso, papa Francisco insiste em uma urgente conversão pastoral, sendo eminentemente missionária, “que não pode deixar as coisas como estão” (EG, n. 25), mas que se coloca em um estado permanente de missão.

A opção missionária começa quando transformamos “os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial” (EG, n.27). A reforma estrutural das comunidades só pode ser realizada se for para torná-las cada vez mais missionárias, sendo mais comunicativa e aberta, “que coloque os agentes de pastorais em atitude constante de ‘saída’ e, assim, favoreça a resposta positiva de todos aqueles a quem Jesus oferece a sua amizade.” (EG, n.27).

Esse olhar transformador é apresentado pelo papa Francisco que enfatizou a necessidade de uma pastoral que responda aos contextos locais, mas sem cair no extremo que a transforme um “museu folclórico de ‘eremitas’ localistas, condenado a repetir sempre as mesmas coisas, incapazes de se deixar interpelar pelo que é diverso e de apreciar a beleza que Deus espalha para fora das suas fronteiras.”

(EG, n. 234). A imagem apresentada por Francisco é de um poliedro, “que reflete a confluência de todas as partes que nele mantêm a sua originalidade.” (EG, n. 236). Sua compreensão é que tanto a política como a ação pastoral deve procurar “reunir nesse poliedro o melhor de cada um.” (EG, n. 236). Essa é a “mística popular” (EG, n.237), em que a Igreja, enquanto povo de Deus, incorpora todos as pessoas na mesma comunidade de discípulos, acadêmicos e operários, empresários e artistas, agricultores e profissionais da saúde, todos são respeitados em suas diferenças, mas são todos unidos na mesma fé no Evangelho, encarnando “em expressões de oração, de fraternidade, de justiça, de luta e de festa.” (EG, n.237).

Francisco enfatizou na exortação apostólica *Querida Amazonia*, que seu sonho é como uma Igreja que saiba inculturar-se, apoiando as comunidades que se comprometem a cuidar da casa comum (QA, n. 7). Além disso, os elementos oferecidos pela Igreja devem ser de maneira original, deve encarnar-se a pregação, a espiritualidade e as estruturas da Igreja (QA, n.6). Deve-se levar em conta a história da Igreja que mostra um cristianismo com vários modelos culturais, afinal “não faria justiça à lógica da encarnação pensar num cristianismo monocultural e monocórdico” (QA, n.69). Por isso, a importância da escuta da sabedoria dos ancestrais, dar voz aos idosos, recuperar as precisas narrativas dos povos. A narrativa é a fonte de transmissão das crenças e das categorias para acessar o modo de vida dos povos, sem ela a mudança não se realizaria.

2.6. Paradigma da Inclusão

Esse paradigma é um dos mais recorrentes nos ensinamentos do papa Francisco. Na sua perspectiva eclesial todas as pessoas, independentemente de sua situação social, econômica, ou pessoal deve ser acolhida. A Igreja não pode ser uma alfândega (EG, n. 47), que escolhe quem pode ou não ter acesso a graça de Deus, sejam por meio dos sacramentos, seja na acolhida pastoral. Essa ação do papa tem desafiado um estilo excludente e discriminatória que muita acompanha os membros da Igreja e, também, as estruturas eclesiais.

A primeira imagem que tanta desse nova categorização que o papa Francisco promove na Igreja hoje é de uma Igreja casa, uma Igreja lar, onde todos encontram calor humano e que pode estar na presença do outro sem medo de ser julgada pela sua situação. Essa casa está sempre de porta aberta, por isso a insistência de Francisco em deixar as igrejas de portas abertas, onde as pessoas que tenha o desejo no coração de fazer sua oração, possam encontrar um espaço acolhedor. Para além dessas portas existem outras portas que devem ser escancaradas, como o acesso a vida eclesial, a comunidade de fé, afinal “todos podem participar de alguma forma na vida eclesial, todos podem fazer parte da comunidade, e nem sequer as portas dos sacramentos se deveriam fechar por uma razão qualquer” (EG, n. 47), sobretudo o Batismo, porta de todos os outros sacramentos.

Esse paradigma da inclusão é profundamente marcado por uma atitude de acolhida de todas as pessoas independente de sua orientação sexual, sua classe econômica, o modo de vida, a Igreja deve acolher a todos, “procurando evitar qualquer sinal de discriminação injusta.” (AL, n.250). É necessário o reconhecimento da fraternidade que envolve a todas e cada pessoa humana, sendo impensável uma concepção de uma vida espiritual que se distancia das causas dos fracos e pequenos, principalmente, dos nascituros, dos “pobres que já nasceram e se debatem na miséria, no abandono, na exclusão, no tráfico de pessoas” (GE, n.101), como também das pessoas que são submetidas ou se submetem a eutanásia, dos idosos privados de cuidados, nas formas de escravidão, dos migrantes, e todas as formas de descarte. Ressalta o papa Francisco, “não podemos propor-nos um ideal de santidade que ignore a injustiça deste mundo” (GE, n.101).

Olhando essas perspectivas de paradigmas apresentados pelo papa Francisco, considerando o paradigma como categorias, ou linguagem de pensamento, onde passamos a um “mundo” novo, a uma visão nova do mundo, passamos ao que Thomas Kuhn chamou de incomensurabilidade, diante disso, qual a proposta para uma transformação de atitude, hoje, numa Igreja marcada por conflitos intensos entre os seus ministros e, também, entre os leigos e leigas?

Acreditamos na retomada de uma instituição antiga de Israel, durante o período nômade, chamada a lei de hospitalidade.

3. A hospitalidade caminho de reconciliação

Essas propostas de Francisco de uma nova atitude diante das realidades da vida cotidiana, trouxe inúmeros desentendimentos ao interno da Igreja, principalmente, naqueles setores eclesiais formados através de categorias em que não se negocia, nem muito menos, ver a Igreja como uma verdade absoluta e que não existe variação no seu modo de ser, em que é verdade seria uma finalidade, esquecendo que a verdade é a fonte impulsionadora de toda a vida da Igreja. Isso gerou uma incomensurabilidade, como pontuada, uma intradutibilidade de tradições, fazendo com que a Igreja nesse tempo passe por uma crise interna em que as várias concepções ideológicas, falem muito mais que o apelo do Senhor: “vós sabeis que os governantes das nações dominam sobre essas e os chefes as oprimem. Entre vós não será assim” (Mt 20,20-28).

Diante desse cenário é preciso uma postura mais crítica, na qual nos perguntamos qual poderia ser a postura que a nós, enquanto Igreja, poderíamos tomar para superar a falta de comunicação entre nós, vivendo uma comunhão eclesial através do respeito das diferenças e na valorização das nossas semelhanças. Depois de refletirmos, chega os ao reconhecimento de que precisamos reformular um princípio bíblico da hospitalidade, como uma forma de superação da incomensurabilidade presente na Igreja, nos tempos atuais.

Quando olharmos o surgimento da sociedade israelita a partir da aglutinação de povos nômades que migravam por todo o crescente fértil em busca de sobrevivência (FISCHER, 1999, p. 113-116), a sua formação aconteceu levando em consideração, acima de tudo, valores que asseguravam a vida de todas as tribos, tais como: as leis de hospitalidade, de asilo e da vingança do sangue. Centrando-nos na lei de hospitalidade, ver-se que a vida no deserto dependia dessa virtude, considerada “uma das mais estimadas, junto aos nômades” (VAUX, 1977, p. 20).

A hospitalidade é uma característica fundante da crença de Israel. É um imperativo ético, não um legalismo que gera uma obrigação no modo do agir, não é um mero formalismo preocupado em deixar transparecer para os demais que se vive aquela lei. A hospitalidade “é o que distingue a dinâmica religiosa que tende a transformar em lei o amor ao próximo daquele da fé, que coloca o amor ao próximo como critério para julgar a lei.” (DAL CORSO, 2016, p.45). Esse mandamento antes de ser uma obrigação é um convite. E, como tal, está baseado no “estatuto do crente, mas no direito do pobre.” A mudança de categoria é baseada tendo a hospitalidade como eixo de atitude mais sensata, poderá trazer modificações relevantes para a vida da comunidade de fé, como trouxe para as inúmeras religiões em suas práticas sociais e culturais.

Como afirma Dal Corso, “a hospitalidade não se propõe simplesmente como uma postura, mas antes de tudo como um pensamento, um paradigma diferente.” (2016, p.45). Sua compreensão é que esse paradigma pode responder a questão do pluralismo, “como uma identidade fruto da hospitalidade” (2016, p.45), sendo possível estabelecer uma relação onde o outro passa de *hostis* – inimigo a *hospes* – hóspede. Esse princípio da hospitalidade, como fonte de superação da incomensurabilidade, “ajuda a repensar o divino: antes de ser invocado” (2016, p.46). O divino é descoberto como um condescendente, que entrou na nossa história e se fez amigo de caminho. Por isso, podemos narrar a sua história relacional conosco e com a nossa comunidade.

Quando olhamos a história de Abraão percebemos que tanto ele se fez hospitaleiro como foi hospedado pelos cidadãos de Cariat-Arbe. É importante olhar a imagem de Abraão e, logo de início, perceber que é necessário manter a porta sempre aberta, ou melhor, compreender que a tenda não tem chave, “mas portas que abrem” (DAL CORSO, 2016, p.46). Ser hospitaleiro é ser consciente da sua própria condição também de hóspede, em algum momento da sua vida, por isso a capacidade que se deve ter de dá boas vindas aos que chegam; outro ponto é a capacidade de atenção as necessidades dos

que chegam, ser capaz de empatia, não somente tolerância nem muito menos indiferença, é a capacidade de incluir e se fazer irmão do outro, de fazer o outro importante.

Quando olhamos Abraão contemplamos uma inversão de importância de uma liturgia, que não comunica mais Deus aos irmãos, para uma justiça que é cuidar do próximo, como fonte de salvação e avizinhamo de Deus. (DAL CORSO, 2016, p. 46). Por isso, a imagem usada pelo papa Francisco da Igreja como “hospital de campanha”, onde todos os feridos são acolhidos, sem discriminação, até mesmo os estrangeiros, não é uma metáfora apenas, mas uma nova categoria teológica que deve impulsionar uma transformação no estilo de Igreja que não se preocupa tanto com as proibições, a alegria da presença diante do Senhor, como da transmissão desse alegria a todos as pessoas do nosso tempo.

Hospitalidade, no contexto eclesial, refere-se à capacidade de receber, acolher e integrar todos os membros da Igreja, independentemente de suas diferenças, desafios ou origens. É um convite à criação de um espaço onde todos se sintam aceitos e valorizados, refletindo a atitude de Jesus que acolhe a todos com amor e compaixão. A hospitalidade é mais do que uma simples formalidade; é um princípio que orienta o comportamento e as práticas dentro da comunidade eclesial.

A hospitalidade oferece um ambiente propício para a inclusão e o diálogo. Ao criar espaços onde as pessoas se sintam verdadeiramente bem-vindas, a Igreja pode facilitar uma compreensão mútua entre diferentes grupos e setores. Isso é essencial para reconciliar divergências e construir pontes entre aqueles que podem ter visões e opiniões opostas. A prática da hospitalidade pode ajudar a suavizar tensões e promover uma cultura de respeito e empatia.

A hospitalidade permite a criação de espaços seguros para o diálogo aberto e honesto. Em vez de excluir ou marginalizar aqueles que têm pontos de vista diferentes, a Igreja pode utilizar a hospitalidade para encorajar conversas construtivas e a troca de ideias.

Esses espaços de diálogo podem ajudar a resolver conflitos, promover a compreensão e encontrar soluções colaborativas para desafios comuns.

A hospitalidade reforça o senso de pertencimento e de comunidade. Quando os membros da Igreja se sentem acolhidos e valorizados, isso fortalece o vínculo entre eles e a Igreja como um todo. O acolhimento genuíno ajuda a construir uma comunidade mais unida, onde as diferenças são respeitadas e celebradas como parte da riqueza do corpo eclesial.

A prática da hospitalidade é um reflexo do amor e da compaixão de Cristo. Ao adotar uma postura de acolhimento e receptividade, a Igreja pode servir como um exemplo poderoso de como viver os ensinamentos de Jesus no mundo contemporâneo. A hospitalidade não só fortalece a comunidade interna, mas também testemunha a mensagem do Evangelho para aqueles que estão fora da Igreja.

Considerações Finais

Através da lente da mudança paradigmática, conforme elucidado por Thomas Kuhn e expandido por Ruth Millikan, podemos entender as reformas promovidas pelo Papa Francisco como uma reestruturação essencial da identidade e da missão da Igreja Católica. Os paradigmas da misericórdia, proximidade, missão, ecologia integral, sinodalidade, reforma pastoral e inclusão representam uma nova linguagem e estrutura conceitual que desafiam a Igreja a ser mais aberta, inclusiva e responsiva às necessidades contemporâneas. A hospitalidade, como um caminho de reconciliação, emerge como um princípio fundamental para superar as incompreensões e promover uma comunhão eclesial respeitosa das diferenças. A transformação paradigmática proposta por Francisco não é meramente uma mudança de práticas, mas uma profunda reconfiguração dos valores centrais e das prioridades pastorais, realinhando a Igreja com uma missão de evangelização e serviço, mais alinhada com as realidades do mundo moderno.

SIGLAS

AL = *Amoris Laetitia*
EG = *Evangelii Gaudium*
FT = *Fratelli Tutti*
GE = *Gaudete et Exsultate*
LS = *Laudato Si'*
MV = *Misericordiae Vultus*
QA = *Querida Amazonia*

REFERÊNCIAS

DAL CORSO, Marco. A emergência de uma humanidade atravessada pela hospitalidade. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, n. 499, Ano XVI, 2016, p. 44-49.

DE VAUX, R. *Le Istituzioni dell'Antico Testamento*. Roma: Marietti, 1977.

FISCHER, James A. Rute. In: BERGANT, Dianne; KARRIS, Robert J. (Orgs.). *Comentário Bíblico*. 2. ed. v. 2. São Paulo: Loyola, 1999. p. 113-116.

FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (2013). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html>. Acesso em: 15 jul. 2024.

FRANCISCO, Papa. Bula de Proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia *Misericordiae Vultus* (2015). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/bulls/documents/papa-francesco_bolla_20150411_misericordiae-vultus.html>. Acesso em: 20 jul. 2024.

FRANCISCO, Papa. *Discurso do Santo Papa Francisco na comemoração dos 50 anos da instituição do sínodo dos bispos* (2015). Acessível:

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html>. Acesso: 22 jul. 2024.

FRANCISCO, Papa. Carta encíclica *Laudato si'*, sobre o cuidado da casa comum (2015) Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html>. Acesso em: 20 jul. 2024.

FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica *Amoris Laetitia* (2016). Disponível em: <

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia.html>. Acesso em: 20 jul. 2024.

FRANCISCO, Papa. Carta Apostólica *Gaudete et Exsultate* (2018). Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20180319_gaudete-et-exsultate.html>. Acesso em: 20 jul. 2024.

FRANCISCO, Papa. Exortação apostólica pós-sinodal *Querida Amazonia* (2020). Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20200202_querida-amazonia.html>. Acesso: 20 jul. 2024.

FRANCISCO, Papa. Carta Encíclica do Santo Padre Francisco *Fratelli Tutti* (2020). Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html>. Acesso: 22 jul. 2024.

GATTEI, Stefano. *La Rivoluzione Incompiuta di Thomas Kuhn: La tesi dell'incommensurabilità e l'eredità del Neopositivismo*. Torino: UTET, 2007.

KUHN, Thomas. *The Structure of Scientific Revolutions* [1962]. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

KUHN, Thomas. Comensurabilidade, comparabilidade, comunicabilidade [1982]. In.: KUHN, Thomas. *O caminho desde A Estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

KUHN, Thomas. Racionalidade e Escolha de Teorias [1983]. In.: KUHN, Thomas. *O caminho desde A Estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

KUHN, Thomas. *O caminho desde A Estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

KUHN, Thomas. *The last writings of Thomas Kuhn: incommensurability in science*. Edited with in introduction by Bojana Mladenovic. Chicago: University of Chicago Press, 2022.

KUHN, Thomas. *Últimos Escritos de Thomas Kuhn: a incomensurabilidade na ciência*. São Paulo: Editora Unesp, 2024.

MILLIKAN, Ruth G. *Language, Thought, and Other Biological Categories: New Foundations for Realism*. Cambridge, MA: MIT Press, 1984.

MILLIKAN, Ruth G. *Delle idee chiare e confuse: Saggio sui concetti di sostanza*. Pisa: Edizioni ETS, 2003.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. Relatório de Síntese da primeira Sessão da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos: uma Igreja Sinodal em Missão Vaticano: Lib. Ed. Vaticana, 2023. Disponível em: <<https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2023/10/28/0751/01653.html>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

AMIZADE SOCIAL E AMOR POLÍTICO: 11 ANOS DE PONTIFICADO DO PAPA FRANCISCO EM DEFESA DA DIGNIDADE HUMANA

Social friendship and political love - 11 years of Pope Francis' pontificate in defense of human dignity

Possidônio Ferreira Barbosa Júnior*

RESUMO: A amizade social, na perspectiva do Papa Francisco, marca, na participação política, a transformação social orientada pelos valores éticos das relações humanas. Ela tutela o bem comum, a comunicação humanizadora, atualiza o exercício autêntico da cidadania e coloca a ordem estabelecida frente a frente aos empobrecidos. Ela trança um novo horizonte de esperança com a ação ética e crítica da política de responsabilidade pessoal e coletiva. Esse horizonte de comunhão transformadora integra uma contínua libertação do eu e de todos os sujeitos da sociedade perante a verdade, a liberdade, a igualdade e a paz, e assegura, na alteridade, as diversidades e a dignidade humana para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Amizade. Social. Política. Humana

ABSTRACT: Social friendship, from the perspective of Pope Francis, marks, in political participation, social transformation guided by the ethical values of human relationships. It protects the common good, humanizing communication, updates the authentic exercise of citizenship and places the established order face to face with the impoverished. It weaves a new horizon of hope with ethical and critical action in the politics of personal and collective responsibility. This horizon of transformative communion integrates a continuous liberation of the self and of all subjects of society in the face of truth, freedom, equality and peace, and ensures, in otherness, diversities and human dignity for all.

KEYWORDS: friendship. Social. Political. Human.

* Presbítero da Diocese de Oeiras. Doutor em Filosofia, pela Pontifícia Universidade Lateranense (PUL), em Roma, Itália. Professor do Instituto Católico de Estudos do Piauí. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-0831-9400>.

Introdução

Desde o pensamento grego, a amizade foi vista como condição fundamental para entender a ética, as relações socioculturais e sociopolíticas, e para estabelecer integração, equilíbrio e harmonia nas comunidades politicamente organizadas. Homero já assegurava que a amizade é o vínculo de eleição e afeição recíprocas, fundada na confiança e na lealdade. Como uma das primeiras reflexões sobre esse tema, Homero trata a amizade política como modo de se pode viver humanamente a vida humana, como o homem pode enfrentar as dificuldades e vicissitudes da sua vida pessoal, familiar e social sem perder a sua dignidade humana, sem desumanizar-se (HOMERO, 2015, III,369s; VII,340s; XIV,300s; XVI,300s; XIX,311s; XXIV,185). Para Sócrates (470-399 a.C.), a amizade está colocada no âmbito do sentimento natural e pessoal próprio do ser humano. Para ele, a amizade é capaz de vencer todos os obstáculos do convívio social e político para unir corações a ponto de, graças a ela, as pessoas preferirem possuir menos para viver em paz ou de oferecer aos amigos aquilo que ele tem para se tornar um amigo da humanidade (XENOPHON, 1971, 1.2.60; 1.3.3).

Para Platão, diferente de Sócrates, a amizade não é meramente natural, mas espiritual e ética. Ela é fruto da afinidade em base a valores comuns, em torno dos quais a cidade pode viver de maneira virtuosa e superar seus problemas. A amizade tem uma dimensão transcendental, que implica na abertura das pessoas que se amam para o belo, para o verdadeiro e para o virtuoso (*Banquete*, 183a-b). Aristóteles compreende a amizade como vínculo social por excelência, que mantém a unidade entre os cidadãos da mesma *polis*. Ela não é provocada por uma paixão, mas por uma eleição, uma escolha da vontade inteligente (Aristóteles. *EN*. IX. 7. 1168 b 12-19). Ele também afirma que a política tem por objetivo fomentar a amizade virtuosa cujo bem do amigo não é outro nem diferente do próprio bem daquele que ama, porque “o amigo (φίλος) é um outro (ετερος) si mesmo

(αυτος)”, “o amigo é um outro eu (ετερος εγω)” (ARISTÓTELES. *EN*. IX. 9. 1170 b 6-7; *Grande Moral*, II. 15. 1213 a 11).

Em *Ética a Nicômaco* (EN), Aristóteles trata da amizade como vínculo social por excelência que mantém a unidade entre os cidadãos da qual corresponde a natural e temporal sociedade humana solidária de justiça e de paz. Para o filósofo, a amizade é capaz de humanizar e aperfeiçoar as relações entre as pessoas e o convívio político. Isto porque ela promove igualdade nas relações, colaboração, cooperação e participação social e política, e não individualismo (EN 113a14ss; EE VIII 8,1241b35ss). São Tomás de Aquino, seguindo a linha de Aristóteles, deu destaque à amizade como virtude política necessária à boa convivência em sociedade. Para o Angélico, a amizade pode ser compreendida no âmbito da caridade onde o querer mais agradável e mais sincero se encontra, pois ela é fruto da amizade com Deus que leva à amizade dos seres humanos entre si. E afirma: “*Ubi vera amicitia est, ibi idem velle, et idem nolle, tanto dulcius, quanto sincerius*” (Onde está a verdadeira amizade, aí está o mesmo querer e o mesmo não querer, tanto mais agradável, quanto mais sincero” (TOMAS DE AQUINO, *Summa Theologiae* I.42.3.)

No início da Idade Moderna, Thomas Hobbes (1588-1679) contrapõe ao pensamento de Tomás de Aquino, afirmando que a força motriz do convívio social são o conflito e o medo. É bem conhecida sua expressão *homo homini lupus* (o homem é lobo do homem) que reflete as relações de conflitos no convívio social. Para Hobbes, medo e o desejo de eliminar o outro dão origem à sociedade da violência e do fechamento ao próximo (HOBBS, *Leviatã*, XXXI). Certamente, o medo e o desejo de aniquilar o outro não são capazes de edificar um convívio de amizade social e nem uma organização política fundamentada nos valores da ética do amor. Ao contrário, alimentam a ideia de destruição do outro, impossibilitando um convívio humano saudável e pacífico

No século XX, ao refletir sobre a imprescindibilidade da caridade política, Emmanuel Mounier afirma que “a religião de Cristo é ao mesmo tempo transcendente e encarnada” (MOIX, 1968, p. 320). E sustenta que é hipocrisia possuir a verdade e os caminhos da justiça e ter prestígios assegurados sem se importar com os outros. Para ele, a amizade social é a maior expressão do engajamento da caridade política enquanto cuidar do outro. Esse engajamento é compromisso com a sociedade da qual o sujeito participa, e é uma exigência essencial da vida pessoal, indispensável para a humanização integral do homem, e remédio eficaz contra o egocentrismo (MOIX, 1968, p. 177).

No século XXI, o Papa Francisco, em sua encíclica *Fratelli Tutti* (FT), aborda o tema ‘amizade social’ na perspectiva da fraternidade e da dignidade humana onde todos humanos são irmãos. A humanidade proposta pela amizade social une laço de diversas origens, identidade numa mesma dignidade, não importando as diferenças secundárias de raça, religião, cultura ou condição social. Desse modo, toda pessoa é um irmão e uma irmã, membro da única grande família humana. Por isso, é natural e coerente que se busque expressar a amizade social numa convivência fraterna de amor político, em que se acolhe o diferente a partir daquilo que une todos, sem exceção.

Na encíclica citada (FT), o Papa Francisco ensina que a amizade social é aberta, permitindo reconhecer, valorizar e amar todas as pessoas, a prescindir da proximidade física ou espacial (n. 1); é o amor desejoso de abraçar a todos (n. 3); é renúncia a todo o desejo de domínio sobre os outros mediante a força ou a guerra (n. 4). A amizade social se manifesta no amor que supera as fronteiras que isolam e separam, numa política de pontes que contribui para edificar uma grande família no seio da qual todos podem sentir-se em casa (n. 62). A amizade social é a vocação natural dos seres humanos que leva a formar comunidades feitas de irmãos que se acolhem e se cuidam

mutuamente (n. 96). A amizade social é a política da caridade que valoriza a pessoa, por ela mesma, e não apenas pelo interesse e benefício que ela possa representar para outros (n. 94). Ela é fundamental para reconhecer e promover a dignidade de cada ser humano e para edificar uma sociedade respeitosa e pacífica.

Como se pode observar, as diferentes leituras da amizade social legam a compreensão da pessoa humana, de suas relações políticas, de suas estruturas sociais e econômicas, e de seus valores culturais assinalando que o cidadão não viverá bem se viver isolado e não viverá dignamente se aviltar o seu semelhante. Por isso, é preciso enfrentar com decisão os diferentes processos que levam a negação do outro e a dificuldade de conviver com as diferenças.

Apesar das dificuldades, existem sinais inequívocos que ajudam a renovar a esperança por fortalecerem o bem querer humano e a harmoniosa convivência social em meio às diferenças. A amizade social e o amor político propõem o contrário da sociedade do conflito ou da violência que proporciona a eliminação do outro ou do diferente. O amor político é a expressão da amizade social do amor ao próximo vivido nas relações entre as pessoas. Por isso, é relevante refletir sobre a compreensão, desafios e perspectivas da amizade social e do amor político num diálogo entre o Papa Francisco, Aristóteles, Mounier e Levinas.

1 Amizade social e amor política

A compreensão do Papa Francisco sobre a amizade social e o amor político apresentado na Encíclica “*Fratelli Tutti*” (FT) trata sobretudo de “uma fraternidade aberta, que permite reconhecer, valorizar e amar todas as pessoas, independentemente da sua proximidade física” (n. 1), tendo o diálogo como caminho necessário para a cultura do encontro. É um amor “desejoso de abraçar a todos” (n. 3), recusando impor doutrinas por meio de uma guerra dialética” (n. 4). Trata de um viver livre que se estende para além das fronteiras” (n. 99) sem

nenhum desejo de domínio sobre os outros (n. 4). É o “amor que rompe as cadeias que isolam e separam e permite construir uma grande família” (n. 62) formando uma comunidade feita de irmãos que se acolhem mutuamente e cuidam uns dos outros” (n. 96).

Na abertura da FT, o Papa se refere à viagem de São Francisco ao Egito, para um encontro com o Sultão Malik-al-Kamil, na qual o Seráfico mostra o seu coração sem fronteiras, capaz de superar as distâncias de proveniência, nacionalidade, cor ou religião. A visita exigiu dele um grande esforço devido os poucos recursos que possuía, a distância e as diferenças de línguas, cultura e religião. Sem ignorar as dificuldades e perigos, e sem negar a própria identidade, aquela viagem, num momento histórico marcado pelas Cruzadas, São Francisco demonstrava a grandeza do amor que queria viver: abraçar a todos, amor a todos, amizade entre todos, a fraternidade universal independente das diferenças. Tudo isso serviu de inspiração ao Papa Francisco para compreender e fundamentar a amizade social.

A amizade social e o amor político analisados a partir *Fratelli Tutti* apresentam elementos antropológicos, políticos, econômicos, sociais e outros a partir de parâmetros éticos interconectados, cada qual com a riqueza da sua de convicções.

1.1. Elementos antropológicos da amizade social e do amor político

A amizade política e amor político na FT propõe um humanismo aberto que seja capaz de indicar o lugar existencial da pessoa na realidade histórica e cósmica, ou seja, uma via de humanização para o ser humano, por isso, assume um caráter fortemente antropológico. No entanto, apresenta uma mudança antropológica diante de uma humanidade que parece caminhar por uma via de conflito que desumaniza e aliena as pessoas. Uma mudança de horizonte de antropologias reducionistas alimentadas pelo individualismo, materialismo e pelo isolamento da pessoa. Na

perspectiva antropológica da FT, a amizade social e o amor político interpelam os agentes sociais a posicionar a história e as relações humanas nos trilhos da fraternidade como característica fundamental das relações e dos projetos humanos na perspectiva da abertura aos outros e de caminhar juntos, de construir e de realizar projetos comuns para o bem pessoal e de toda a humanidade.

Um dos principais elementos antropológicos que o Papa apresenta em relação ao à amizade social é o amor ao outro que ultrapassa as barreiras da geografia e do espaço” (FT, n. 1). O amor ao outro por ser quem é. Esse amor impele os sujeitos a procurar o melhor para a sua vida e para vida do outro na perspectiva de uma fraternidade aberta, que permite reconhecer, valorizar e amar todas as pessoas, independentemente da sua proximidade física (FT, n. 1). A universalidade desse amor é “desejoso de abraçar a todos” (FT, n. 3), recusando impor doutrinas por meio de qualquer tipo de guerra dialética (FT, n. 4). Com isso, a amizade social é viver livre “de todo desejo de domínio sobre os outros” (FT, n. 4), e estabelece comunicação que se estende para além das fronteiras (FT, n. 99) e alcança todo ser vivo (FT, n. 59). O amor livre e dialógico da amizade social coloca o sujeito diante do rosto do outro numa liberdade capaz de romper as cadeias que isolam e separam os agentes sociais, e de lançar pontes que permitem construir uma grande família consciente de que todos são iguais unidos pela compaixão e dignidade (FT, n. 62).

Lévinas admite que diante do Outro, seu Rosto desperta a consciência do eu, o acolhimento-hospitalidade na obra da responsabilidade. O Rosto é a alteridade absoluta, e sua apresentação não é ao nível do fenômeno, mas Epifania, isto é, “(...) a verdadeira essência do homem apresenta-se no rosto” (LÉVINAS 1980, p. 270). É na relação face a face, que se dá a linguagem ética como fonte de todo o sentido do humano.

A amizade social tem capacidade diária de alargar o seu círculo de relações livres e dialógicas que vai ao encontro do outro como um outro eu igual e não como elemento do meu mundo de interesses (FT, n. 97). O diálogo é caminho necessário para a cultura do encontro. É tudo o que possibilita o encontro: aproximar-se, expressar-se, ouvir-se, olhar-se, conhecer-se, esforçar-se por entender-se e que procura comunhão.

A universalidade, a liberdade e o diálogo entre iguais da amizade social criam vínculos e ampliam a existência ao arrancar a pessoa de si mesma para o outro. Pelo fato de ser feito para o amor, o Papa assegura que existe «uma espécie de lei de êxtase» que implica em cada pessoa sair de si mesmo para encontrar nos outros um acrescentamento do seu ser (FT, n. 88). Essa saída é tarefa educativa no desenvolvimento de hábitos solidários, na capacidade de pensar a vida humana integralmente, na profundidade espiritual, na promoção da qualidade das relações humanas (FT, n. 167).

Segundo Aristóteles em sua obra *Ética a Nicômaco* (EN), na comunidade social, as relações entre seres humanos livres iguais se estabelecem em forma de amizade política, e visam sempre o bem para o outro, o bem do outro, e o bem comum com a finalidade de atender a realização integral do cidadão e da *polis* dentro das circunstâncias históricas vigentes, e das normativas inspiradas na natureza intelectual, social e política do ser humano. O bem da amizade política, alcançado como fruto da educação, é objetivo para a realização da natureza social humana. É por esse motivo que as ações virtuosas da amizade política asseguram a realização humana (EN 1155a24).

A educação para a amizade social favorece se estabelecer relações sadias e autênticas, abertura para o outro e provoca a saída do intimismo, do individualismo e das relações puramente aparentes (FT, n. 44). Cultivando a amizade social se estabelece relações políticas que não exclui ninguém em nenhuma circunstância (FT, n.106-107).

1.2. Elementos políticos

No descortinar da beleza política, o Papa Francisco na Encíclica *Fratelli Tutti* contempla a amizade social no seu grande potencial beneficente e transformador da sociedade. A dimensão política da amizade leva à experiência do transbordamento que promove o acolhimento do outro, o bem comum de uma comunidade universal, a promoção de uma cidadania verdadeiramente autêntica, a atuação humanizada das instituições e o diálogo fomentador da cultura da paz.

A dimensão política da amizade social resguarda na comunidade universal a igualdade na diversidade da forma física, do modo de pensar e agir, das opções de vida, de relacionamento interpessoal e com o Transcendente, das escolhas que vão desde o modo de vestir até a forma de governo. E as diferenças não são, em si, um problema, mas uma riqueza. Numa política em que resguarda o bem comum da comunidade, a existência do outro não é ameaça para a existência do eu porque ambos co-existem na intersubjetividade.

Ninguém amadurece nem alcança a plenitude isolando-se. Por sua própria dinâmica, a amizade social exige uma progressiva abertura, uma maior capacidade de acolher os outros, em uma aventura sem fim de amor político, que faz convergir todas as periferias rumo a um sentido pleno de mútua pertença, isto é, o bem comum ou a comunhão universal em que os sujeitos se acolhem mutuamente e cuidam uns dos outros (FT, n. 96).

O bem comum tutela a dignidade de todos os cidadãos, e atualiza o exercício autêntico da cidadania por meio da participação na vida da comunidade política em vista do desenvolvimento e do equilíbrio social (EN 1171b30-1172a5). Ao descuidar do desenvolvimento integral da comunidade política e da sua harmonia social por engano, por omissão ou por negligência, o exercício do poder se degenera e suscita divisões produtoras de violência naquilo

que é chamado a ser a comunidade de amigos políticos. Um governo degenerado é uma violência tanto contra o cidadão quanto contra a comunidade política (ARISTÓTELES 2002, III 17,1288a6ss; 18,1822a34-36).

No processo do encontro da comunhão universal da amizade social é possível favorecer a fraternidade entre as nações para o desenvolvimento de uma política do bem comum integrando todos nas decisões políticas (FT, 154, 180). Para isso, o Papa Francisco desafia a sair das perigosas tendências de construção de muros de isolamento. Apela às instituições multilaterais, aos políticos, aos governos, mas também aos indivíduos para que formem um novo tipo de comunidade humana onde a base de toda política e de toda ética social assumam a responsabilidade com os que sofrem. E denuncia as políticas nacionais e internacionais da falta de acolhida dos imigrantes e da ausência ou pouca colaboração internacional no enfrentamento destas questões. A proposta do Papa trata de avançar para uma ordem social e política, cuja alma seja a caridade social (FT, 180).

O elemento chave na constituição da amizade social é o desenvolvimento da “melhor política”, da “boa política”, da política que realiza projetos a longo prazo para o desenvolvimento de todos e o bem comum. Comprometida com a solidariedade humana, é um “novo estilo de fazer política” que constrói comunhão e realiza projetos comuns. É a política que tem como núcleo central o amor preferencial pelos últimos.

Essa perspectiva política da amizade social possibilita reconstruir conceitos desfigurados pelos interesses particulares como democracia, liberdade, justiça e unidade. Esses pilares da modernidade perderam sua força utópica e a sua força de mover para o bem comum. Eles foram desfigurados em prol da dominação. O Papa busca discernir as profundezas da política para restaurar esses pilares nos

moldes espiritual e metodológicos de promover processos para que se possa ouvir, discernir e agir coletivamente.

A amizade política engloba a todos. É o mais alto grau da caridade. E o núcleo do autêntico espírito da política é o ‘amor preferencial pelos últimos’. Isso implica em estruturar a sociedade de modo que o outro não venha a se encontrar na miséria. A conotação de ‘amor político’ se traduz em projetos e atos que impelem a criar instituições mais sadias, regulamentos mais justos, estruturas mais solidárias capazes de promover a todos e a cada um que sofre, modificar as condições sociais que provocam o sofrimento e assegurar o direito que emancipa e dignifica.

Ajudar outra pessoa fornecendo-lhe comida pode ser caridade, mas o amor político cria-lhe um emprego para assegurar-lhe o direito ao sustento justo e tudo aquilo que lhe dê dignidade e oportunidade para exercer de forma sublime a cidadania autêntica e autônoma em condições de plena dignidade (FT, n. 186). Aristóteles já assegurava que o autêntico amor político no exercício do poder tem como objetivo curar, custodiar e salvar a realização da *polis*, dá-lhe o senso político do bem comum, tutelar a dignidade humana e garantir o desenvolvimento e a harmonia social sem excluir a multiplicidade dos cidadãos e das instituições (ARISTÓTELES 2002, IV 4,1290b38-1291a25; VIII 1,1337a27-29).

A amizade social é o amor político presente nas relações sociais; é o amor como base da relação entre as pessoas; é comunicação dialógica entre os povos; é o amor feito cultura que faz convergir todas as periferias rumo a um sentido pleno de mútua pertença e comunhão. Esse caminho de humanização e de renovação das relações fraternas permite ver a realidade de maneira nova, para viver com entusiasmo os desafios da construção do bem comum e caminho necessário para a cultura do encontro.

Para Mounier, a comunicação dialógica é construtora do destino comum da humanidade e efetivamente de uma comunidade de pessoas e da sua história. E a história é uma co-criação de homens livres na construção do bem comum. A comunicação humanizada e humanizadora toma em mão a liberdade, as estruturas e os condicionamentos da história (MOUNIER 2004a, 117). A comunicação humanizadora é libertação que parte do nível histórico-epistemológico das rupturas na ordem das regras do discurso político, social e cultural, tendo a pessoa humana como centro e referência. Ela coloca a ordem estabelecida frente a frente com os empobrecidos. E dispõe das condições dos que vivem em condições de miséria como razão material, ética, estratégica e instrumental (FOUCAULT 1975, 191).

O diálogo social é instrumento que contribui para a formação da história e de uma nova cultura, a cultura do encontro a qual inclui a capacidade de respeitar o outro e os interesses legítimos e fundamentais do Estado Democrático de Direito. O diálogo operativo é uma alternativa para a resolução dos problemas sociais e caminho de busca sincera da Verdade e superando a violência destrutiva e a comunicação de negação do outro.

A construção da cultura do diálogo, da reconciliação e da paz atua junto e em favor do bem comum e da promoção dos mais pobres para superar seus perpétuos conflitos culturais, econômicos e políticos, que se manifestam até mesmo na forma de guerras. Uma comunidade política cresce quando dialoga de modo construtivo em meio às suas diferentes riquezas culturais, seja ela popular, universitária, juvenil, artística, tecnológica, econômica, da família, e a cultura dos meios de comunicação (FT, n. 199). Através do diálogo da amizade social é possível promover valores éticos perenes para além das conveniências particulares tais como os que dão fundamentos para os direitos fundamentais e às estruturas econômicas sustentarem todas as pessoas em sua inalienável dignidade.

1.3. Elementos econômicos

Os elementos econômicos da amizade social implicam em algo mais do que uma série de ações benéficas. Eles interpelam ao amor político a procurar o melhor para a vida de todos. Para isso, todos os interesses econômicos que movem as nações e as pessoas devem voltar-se ao interesse do bem comum. A inclusão dos pobres, dos abandonados, dos doentes, dos migrantes e dos últimos da sociedade no centro dos interesses econômicos é uma necessidade para garantir a dignidade humana, a consolidação histórica, e, sobretudo, para avalizá-los nos espaços fundamentais da própria existência.

As atitudes referendadas pela economia da amizade social vão além da proposição e execução de ações beneficentes que não levam à transformação da realidade em que vive o beneficiado. Para a Amizade Social, a economia busca atingir uma unidade multiforme que gera nova vida e garantia da dignidade humana diante do grito dos pobres e do equilíbrio socioeconômico, com o olhar para o outro. Caso contrário as relações sociais (socioeconômicas, sociopolíticas, socioecológicas, socioculturais e sociorreligiosas) ou estruturais capitalistas neoliberais ou ultraneoliberais permanecem alimentando na sociedade as relações iníquas, injustas, desumanas, antiéticas e antifraternas: legalizadas, institucionalizadas e legitimadas, relações não de comunhão, mas de submissão, subordinação, de exclusão e de negação.

A lógica da economia que visa a dignidade humana não está diretamente ligada aos custos e nem aos lucros, mas à escala de valores, pois a riqueza é boa enquanto ela é condição para uma vida boa. Já com Aristóteles, era inadmissível pensar em ganhar dinheiro de toda forma e de modo ilimitado, negando que o trabalho e a riqueza são meios e instrumentos a serviço do ser humano e da cidade, em vez de pôr na riqueza a sua própria finalidade (ARISTOTELES 2002, I 8,1256b38ss).

A valorização da vida de todos em todas as suas etapas e condições é fundamental e possível para o desenvolvimento social e econômico (FT, n. 111). A má distribuição dos bens comuns, tão presente no modelo socioeconômico neoliberal, gera a categoria dos supérfluos e a “cultura do descartê” (FT, n. 18-19). Migrantes, pobres, velhos, pessoas com deficiência, nascituros, desempregados são suas primeiras vítimas. A práxis econômica dentro dos valores da amizade social é uma convocação a valorizar o direito à vida, o direito ao seu desenvolvimento integral, sobrepondo ao individualismo utilitarista que fecha as pessoas à transcendência de si mesmas.

A amizade social é, para o Papa Francisco, o antídoto contra uma economia de ser humano fechado em si mesmo e, conseqüentemente, contra um mundo fechado aos vulneráveis e “improdutivos”. O verdadeiro valor econômico recaia na pessoa humana, e não no produto, lembrando sempre da singular dignidade que cada ser humano, mesmo quando os números financeiros parecer intensamente desafiante.

É possível, necessário e urgente promover uma economia com a capacidade de reconhecer e promover a dignidade das pessoas para a superação de atitudes apedrejadoras e consumistas que objetificam os outros e nos impedem de contemplar sua beleza original. Amizade social é uma convocação a valorizar o direito à vida, o direito ao seu desenvolvimento integral, sobrepondo-se ao individualismo utilitarista, que fecha as pessoas à transcendência de si mesmas, que surge na interação social” (FT, n. 95). Trata de estruturar a sociedade de modo que o próximo não venha a se encontrar na miséria, e aponta a política econômica como o mais alto grau da caridade. Desse modo, a amizade social aponta um caminho para a construção de um mundo mais justo, solidário e humano que valoriza o direito à vida e ao desenvolvimento integral de cada indivíduo, em oposição ao individualismo utilitarista.

As regras financeiras da amizade social propõem abertura ao mundo a fim de globalizar e universalizar o mercado em vez de condicioná-lo aos interesses dos poucos que detém o poder, acentua a extrema fragmentação social, enfraquece sempre mais a participação na vida social e política, e reduz as pessoas e os Estados a meros instrumentos a serviço dos interesses econômicos. O mercado financeiro baseado no crescente lucros para alguns é incapaz de gerar o bem comum, pois a soma dos interesses individuais exaltada pelo liberalismo não é capaz de proporcionar o bem de todos. A forma operativa da economia que não beneficiam a todos é um instrumento de exclusão cujos efeitos são sentidos principalmente pelas camadas sociais mais pobres.

Para Aristóteles, a economia não é patrão do governo, mas instrumento para a realização da administração política de modo símile de igualdade e liberdade (ARISTÓTELES, 2002, IV 4,1291b30-40). O melhor governo está ligado à realização e à participação integrada de cada cidadão na vida da comunidade, à sua educação para a virtude, o acesso a todos aos bens exteriores básicos e necessários com paridade de oportunidade em um regime equo em termos de justiça social destinado tanto para o bem viver do cidadão como para o exercício do poder (ARISTÓTELES, 2002, III 4,1277b25-26; 18,1288a39-40).

O altíssimo e inaceitável grau de desigualdade observado hoje na sociedade e as inúmeras e trágicas crises econômicas denunciam a fragilidade e inadequação do atual sistema econômico na resolução dos problemas ligados ao desenvolvimento humano. Na sociedade globalizada em que vivemos não se pode enfrentar os problemas de forma isolada, mas de forma conjunta, envolvendo todos os países, organizações e agentes sociais na promoção do progresso e bem de todos. Nesse sentido, é urgente uma reforma das instituições e da arquitetura econômica internacional a fim de que se possa pensar soluções e perspectivas de futuro que permitem o crescimento

recíproco das pessoas e dos povos, superando-se assim um clima de desconfiança e de competição que geralmente leva ao domínio e a exploração do outro, meios inadmissíveis e inadequados para a construção de um projeto comum por todos e para todos.

O Papa chama a atenção para o desprezo pelos vulneráveis o qual pode se esconder em formas de populismo eleitoral que, demagogicamente, se serve deles para manipulá-los ou colocá-los ao serviço dos interesses econômicos dos poderosos. Em ambos os casos, é palpável a dificuldade de pensar num mundo aberto onde haja lugar para todos, que inclua os mais frágeis e respeite as diferenças. Os termos “populismo” e “populista” invadiram os meios de comunicação e a linguagem em geral, e chegou-se ao ponto de pretender classificar os indivíduos, os grupos, as sociedades e os governos a partir da divisão binária: uma para desacreditar injustamente, outra para exaltar desmedidamente. A categoria de povo, que inclui intrinsecamente uma avaliação positiva dos vínculos comunitários e culturais, habitualmente é rejeitada pelas visões populistas que consideram a sociedade como uma mera soma de interesses que coexistem, muito embora em certos contextos, aparentam defender os direitos dos mais frágeis da sociedade.

O Papa constata que o mercado, por si só, não resolve tudo, embora às vezes queiram fazer crer neste dogma de fé neoliberal. Trata-se dum pensamento pobre, repetitivo, que propõe sempre as mesmas receitas perante qualquer desafio que surja. E o Papa observa que por um lado, é indispensável uma política econômica ativa, visando promover uma economia que favoreça a diversificação produtiva e a criatividade empresarial, para ser possível aumentar os postos de trabalho em vez de os reduzir. A especulação financeira, tendo a ganância de lucro fácil como objetivo fundamental, continua fazendo estragos. Por outro lado, sem formas internas de solidariedade e de confiança mútua, o mercado não pode cumprir plenamente a própria função econômica mesmo se não tivesse grandes desafios sociais, políticos e humanitários.

2. Desafios da amizade social

O Papa Francisco fala da amizade social como forma de comunhão e solidariedade onde cada pessoa é chamada verdadeiramente a compartilhar as dores, os sofrimentos e as desventuras de todos os mesmos diante dos desafios sociais, políticos e humanitários. Gestar a amizade social é uma experiência que não é solitária ou egoística, mas uma fraternidade humana em prol da paz mundial e da convivência comum que nasce da livre oferta de si mesmo e do abrir-se ao mistério do outro. Superar os desafios de construir um caminho de humanização e de renovação das relações fraternas permite a cada pessoa existir e viver com a responsabilidade e compromisso de transformar a própria vida e a vida do outro no universo comum.

No mundo dominado pelo progresso tecnológico, pelas redes sociais e por outros instrumentos de comunicação, promover a cultura do viver juntos como irmãos e irmãs enfrenta grandes desafios. O isolamento, a indiferença, a polarização, a intolerância e a violência são alguns desafios para a construção da amizade social.

2.1. Isolamento, indiferença - ausência de escuta, empatia e diálogo

Segundo o Papa Francisco, a sociedade cada vez mais globalizada faz vizinho, mas não faz irmãos. O isolamento é manifestado em termos de países, fronteiras, de economia e de interesses. Parece que o desenvolvimento faz caminhar em direção do distanciamento, do fechamento, da competição, da indiferença, do confronto, da intolerância, chegando muitas vezes à guerra e a eliminação do outro. As inovações científicas e tecnológicas que descobrem novos planetas longínquos, não se preocupam em descobrir as necessidades do outro que orbitam ao lado (FT, n. 31). Nesse contexto, os interesses substituem os valores, o ser humano é eliminado da comunhão, da cooperação e da fraternidade. O outro é

transformado em mercadoria, a morte é banalizada, a verdade é manipulada, as relações se tornam fragmentadas e o senso de pertença, fragilizado. Diante disso, a amizade social é desafiada a quebrar as barreiras que criam o isolamento.

A empatia não tem sido prioridade, principalmente hoje, quando parte da sociedade e da mídia se empenha em criar inimigos para derrotá-los em um jogo de poder. Sem a empatia que oportuniza o diálogo como caminho para ver a realidade de maneira nova e viver com entusiasmo os desafios da construção do bem comum, a amizade social e o amor político continuam comprometidos em sua práxis. Para o Papa Francisco, as diversas formas de inimizade só destroem e têm sido um desafio para a amizade social.

O isolamento, a indiferença, o populismo, a ausência de escuta, de empatia e de diálogo estão situados no conjunto das várias crises pelas quais passa a humanidade atual: crise socioambiental, migração, desenfreado descuido com a ecologia planetária, agigantamento da pobreza e da miséria, conflitos internacionais até Guerra Mundial feita em pedaços. Tudo isso coloca em risco uma política da civilização planetária multilateralista voltada para o bem comum, para a solidariedade e para o reconhecimento da igualdade e da fraternidade.

A imagem da guerra de todos contra todos representa a ausência de diálogo entre os homens, é a imagem da dissociação absoluta, é uma condição de isolamento e de ausência das relações sociais. Não é apenas uma forma dos homens calcular os comportamentos de uns em relação aos outros, mas uma forma de se comportarem no interior de uma dinâmica de relações de poder, de configuração de submissão, alianças e antagonismos, dissolução das relações humanas até o limite (HOBBS 1976, X,44).

A destruição da coletividade é a construção do indivíduo solitário e autossuficiente e de um solipsismo que despersonaliza o sujeito em um exacerbado egocentrismo, e conseqüentemente, faz

emergir uma subjetividade violenta e psiquicamente doentia. O isolamento trágico de cada um no seu egoísmo ou na sua angústia conduz ao desaparecimento do bem comum, da obra comum e do Estado de direito. Não é isolamento a prerrogativa social que aperfeiçoa a vida política, mas é a concórdia entre os cidadãos que lhes permitem de cooperar nas ações sócio-políticas que visam a realização da pessoa e da comunidade (ARISTÓTELES 2002, II 9,1270b35).

Num mundo que corre sem um rumo comum, um mundo aberto pela globalização, mas fechado para o outro, o diferente causa desconforto, sustenta, sem reservas, uma lógica do descarte que ignora sujeitos como: o pobre, o deficiente, o negro, o que ainda não serve (nascituro), o que já não serve mais (o idoso). Um mundo globalizado sem um rumo comum é uma verdadeira bolha social propícia para o isolamento, polarização, intolerância e construção de inimizades.

2.2. Ideologias polarizadas que não procuram a verdade: inimizade - intolerância

Na sociedade sem rumo comum prevalecem a intolerância e o conseqüente desejo de eliminar o diferente, seja uma eliminação real (homicídio), seja uma eliminação virtual (cancelamento). O esvaziamento do diálogo nas redes sociais promove a superficialidade e amplificação da intolerância e do ódio. O diferente é um inimigo para ser eliminado. Esta realidade assinala a cultura do cancelamento (FT, n. 29; 42). A rejeição do diferente pode se dar a partir de um princípio etnorracial, âmbito social, político ou onde se prefere a parte ao todo, onde se nega o bem comum, mesmo que exija renunciar ao bom senso e à lucidez (FT, n. 35).

A rejeição do diferente transforma os debates de ideias em discussões ideológicas polarizadas a ponto de perder a busca da verdade. Amigos ou familiares rompem relações e estabelecem divisões por razões ideológicas; pessoas são descartadas pela sociedade ignorando a sua dignidade de vida. O outro passa a ser

visto como inimigo e, mais grave ainda, como ameaça a ser combatido. Uma das primeiras atitudes da polarização é o afastamento e a intolerância. Quando mais aguda essa atitude se torna, mais violento se torna as ações de combate, destruição e morte. A polarização, a intolerância e a inimizade favorecem o efervescimento de formas insólitas de agressividades, com insultos, impérios, difamação, afrontas verbais que chegam a destroçar a figura do outro (FT, n. 44).

A bipolarização política ou a dicotomia de planos políticos descomprometidos com o bem comum e com a Lei Natural tem uma reversão de posição e parâmetros de referimentos, seja no assumir uma dimensão comunitária seja na aquisição de caráter solipsista. Essa dicotomia faz degenerar a sociedade politicamente organizada em massa supérflua que não se mantém unida pela consciência de interesse comum. Massa humana que se traduz apenas por números, pela indiferença, não sente integrar em nenhuma organização de interesse de bem comum, nos partidos políticos, na governança e nem nas organizações profissionais ou sindicatos, são considerados frutos de uma propaganda política, sem consciência da pertença e indiferente aos argumentos dos adversários. (ARENDETT 1998, 257).

A pluralidade é a marca das relações humanas, e a política se concretiza no encontro com o Terceiro e na responsabilidade de cada um com o Outro. O agir polarizado vai de encontro do Outro e é um obstáculo para instaurar a paz e a justiça. O Estado surge e se realiza da necessidade de possibilitar o relacionamento de paz e justiça. O Outro é responsabilidade e expiação para o sujeito político. A abertura ao Outro é proximidade e responsabilidade do/para o outro. Assim afirma Lévinas (1993, 96-98):

A abertura é o desnudamento da pele exposta à ferida e à ofensa [...] que se pode mostrar para além de tudo aquilo que se pode mostrar, para além de tudo aquilo que, na essência do ser [...] expõe-se um nu mais nu que o da pele... nu de uma pele

exposta ao contato, à carícia que sempre, e mesmo na voluptuosidade equivocadamente, é sofrimento pelo sofrimento do outro [...] sem fazer intervir na busca deliberada do sofrimento ou da humilhação.

Deixar morrer o ódio, a violência e exaltar a verdade e a beleza do mundo criado e o dom precioso da vida é uma forma sublime de semear e promover a amizade social e o amor político. Construir a história com um olhar de quem ama existir no universo cósmico cria relação harmônica com os outros, e realiza ações que promovem o bem e a fraternidade que geram paz e segurança para todas as pessoas.

As discussões ideológicas polarizadas que não procuram a verdade rejeitam a justiça, o amor, a compaixão e outros tantos bens como, reconciliação, fraternidade, autenticidade, constância, esperança, relações verdadeiras, família, comunidade, Estado, mundo e tudo o que existe. A inimizade despreza os valores que fortalecem os vínculos de fraternidade e da amizade social e a inalienável dignidade de toda pessoa humana. A intolerância alimenta a ambição, a incoerência, a insensibilidade, a exclusão, a indiferença, o mau uso do poder, a pobreza, a miséria, a insensibilidade e todas as outras formas de violência que ferem a vida.

2.3. Perseguição inclusive através das redes sociais - violência

Comunicações com tons exaltados e raivosos, como os apresentados cotidianamente nas redes sociais alimentam a polarização e a violência. A preocupação maior com as vantagens proporciona a imposição de um modo de pensar em detrimento da busca da verdade e do bem comum alcançado na união de esforços e das diferentes perspectivas.

A violência é fruto do desejo fundamentalista de eliminar o outro, inclusive daquele que compreende Deus de forma diferente. Todos os homens devem estar livres de coação, quer por parte dos indivíduos, quer dos grupos sociais ou de qualquer autoridade humana.

O direito à liberdade, inclusive a religiosa, se fundamenta na própria dignidade da pessoa. A coação e a violência têm sido difundidas por meios das redes sociais em forma de palavras e atitudes de difamação, perseguição, calúnia e ódio, estabelecendo relações de inimizade a partir das quais uma pessoa se vê como maior e melhor que a outra e se julgando no direito de cancelar a outra. (FT, n.36). É assombroso como as pessoas têm difundido ódio, intolerância e violência, espalhando preconceitos e falsidades nas redes sociais. Entre as graves causas da violência encontram-se a destruição da coletividade e a construção do indivíduo egoísta. Consequência disso é o crescimento da violência e do crime que colocam em perigo comunidades inteiras.

A violência das guerras mata milhares, especialmente crianças, mulheres e civis. Na América Latina e Caribe, a violência das crises sociais, econômicas, políticas e climáticas espalha-se por diferentes países. Com a violência misturados ao ódio e intolerância crescem os assassinatos cotidianos de jovens, negros, indígenas, mulheres e povo LGBTQIA+.

As atitudes impróprias e inadequadas para a realização da comunidade politicamente organizada e do cidadão provocam violência, bem como, práticas indecorosas em relação às atividades ou faculdades da natureza humana tais como a liberdade, a igualdade, o bem e a felicidade (ARISTÓTELES 2002, VII 2,1224a25-35; 3,1325a20-1325b15).

A superação de todos os tipos de violência e de todos os desafios da amizade social precisam ser compreendidos e enfrentados como uma grande oportunidade de pensar e gerar uma comunidade de iguais que consiste no encontro entre sujeitos diferentes em suas realidades, características e perspectivas. E um ato de amizade social e amor político é o empenho de organizar e estruturar a sociedade de modo que o outro não se encontre na miséria e nem em nenhuma condição de periferia existencial.

O significado existencial do ser humano ultrapassa às vivências no grupo social no qual está inserido. As perspectivas existenciais com rumo ao bem comum conduzem o sujeito à experiência de novas relações, com pessoas diferentes. Do contrário, estes vínculos sociais favoreceriam o intimismo exagerado e o individualismo que não se adequa ao direito fundamental da liberdade e da dignidade humana. Tudo aquilo ligado à injustiça conduz a comunidade política para as tiranias, para as rebeliões, e para violência (ARISTÓTELES 2002, II 7; IV 11,1296b22ss; V 3,1303b3ss).

A transformação libertadora que renova a pessoa, a sociedade e a história é um processo de contínua transcendência do “Eu”, de encontro com o Outro, de reconhecimento do marginalizado e do oprimido como o “Outro” “Eu” na ordem da vida política e da sociedade. Superar as ameaças da violência contra a pessoa e a articulação entre a realização humana e o empenho social incitam a uma postura política que compreende a dignidade da pessoa humana na sua integralidade.

3. Perspectivas da amizade social

As perspectivas da amizade social e do amor político vão ao encontro do diálogo, da cultura do encontro, da promoção do bem comum, da fraternidade universal e da cultura da paz, interpelando a todos ao compromisso social e ao engajamento político frente ao outro e à casa comum, propiciando a promoção da dignidade humana. A polarização ideológica e política gera divisão, intolerância e violências. É urgente a superação do estado de inimidade social. A amizade social favorece a criação da cultura do encontro onde prevalece a empatia, o diálogo e a promoção da paz e da dignidade humana.

3.1. Da cultura do encontro – Diálogo

Segundo o Papa Francisco, oportunizar a cultura do encontro é aproximar-se, expressar-se, ouvir-se, olhar-se, reconhecer-se, esforçar-se para se entender, procurar pontos de contato, dialogar (FT, n. 198). Dialogar é sair de si mesmo para se unir aos outros. É habilitar-se a criar uma cultura que supere as inimizades, é cuidar uns dos outros (FT, n. 57). O diálogo é a capacidade de dar e receber, permanecendo abertos à verdade (FT, n. 199). O diálogo é o caminho para ver a realidade com entusiasmo em direção da construção do bem comum.

O diálogo é uma análise fenomenológica radical existente na relação entre liberdades que não se limitam nem se negam, mas se afirmam reciprocamente. Ele se dá na relação com o Outro que permite, não por coincidência, mas por exigência, a identidade do Eu, a alteridade do outro, a quebra da solidão do ser, e a responsabilidade como cuidado do Eu frente ao Outro e ao Terceiro. É o terceiro que questiona a justiça, e que faz necessário o bem comum graças à comparação, a coexistência, a contemporaneidade, a ordem, a tematização, a visibilidade do rosto, a intencionalidade, e ao intelecto e a inteligibilidade do sistema (LÉVINAS 2003, 237).

Lutar pelo bem comum e as iniciativas de mediação comunitária de conflito não deixam enganar sobre a boa disposição ao diálogo e supera a polarização e a inimizade nas formas de pensar, sentir e agir. A entreajuda demonstra como é possível entrelaçar braços formando redes de apoio para aqueles que necessitam e que já não conseguem reerguer-se sozinhos (FT, n. 83). O diálogo cria uma cultura do encontro que aproxima as pessoas, e coloca no centro as que estão nas periferias, os mais pobres e vulneráveis.

O diálogo autêntico para construir o bem comum com entusiasmo pressupõe a capacidade de respeitar o ponto de vista do outro, aceitando a possibilidade de conter certas convicções ou interesses legítimos (FT 203). Rompe com a lógica da polarização para dar lugar ao respeito às diferenças, sem querer destruir o outro. O

diálogo autêntico, que não cai em monólogos paralelos, deve ser a primeira opção para resolver os conflitos sociais, econômicos e políticos.

O diálogo que promove a cultura do encontro é fraternidade aberta a todos e vai ao encontro do outro consciente da autenticidade e autonomia de cada sujeito dotado de uma dignidade intangível, da qual ninguém pode dispor ou abusar. Isso quebra muros e barreiras e encurta distâncias.

A cultura do encontro da Amizade Social propicia diálogo entre comportamentos e ideias diferentes daquelas que marcam o bem comum no convívio social. Falas ou comportamentos marcados por bullying, feminicídio, machismo, pedofilia, racismo, pena de morte, intolerância religiosa, desrespeito com a democracia, hiper individualismo, aversão aos pobres e destruição do meio ambiente em nada colabora para uma boa e salutar convivência social.

A cultura do encontro tem sentido de cuidado do outro projeto de vida: cuidar do próprio corpo, cuidar do corpo dos outros, cuidar dos pobres, cuidar do planeta Terra, cuidar e preservar a vida. Cuidar atento aos mais frágeis. Cuidar como ato de zelar pelas ovelhas extraviadas, machucadas, feridas e abatidas. Cuidar das feridas de todas as gentes. É responsabilidade e cuidar daquele, daquela que tem a vida ameaçada.

A responsabilidade com o terceiro ultrapassa a intenção e caracteriza essencialmente a existência subjetiva capaz de diálogo. O terceiro indica a multiplicidade do ser atual e futuro, o lugar e a contiguidade do espaço a partir da responsabilidade devotada ao Outro de forma incondicional no espaço social (LÉVINAS 2003, 237) e ao mesmo tempo faz valer a solicitação de igualdade, de comparabilidade, de universalidade, de justiça ética e de responsabilidade sem limitação (BENSUSSAN 2009, 93).

A responsabilidade do diálogo da amizade social é a maneira concreta de exercitar o dom da paz que é o encontro com a humanidade na qual estamos inseridos e que assume a dor dos fracos, em vez de fomentar o ódio e o ressentimento. O diálogo da cultura do encontro edifica amizade social com os sujeitos desprezados e invisíveis e leva a compreender que a existência de cada pessoa deve traduzir-se na experiência do serviço pela paz

3.2. Da Cultura da Paz

Para o Papa Francisco, o percurso para a paz não implica em homogeneizar a sociedade, mas na união da amizade social que permite, na diversidade e no amor político, todos trabalhar juntos, cada uma dentro de sua competência, em prol de todos, sobretudo dos que vivem em condição existencial de periferia, com os setores mais pobres e vulneráveis. (FT, n. 231; 233).

A promoção da paz da amizade social implica não só a aproximação entre pessoas, grupos sociais, povos ou nações distanciadas por conflitos, mas em reconstruir a história buscando um renovado encontro de superação das abismais desigualdades sociais e da falta de desenvolvimento humano integral. As desigualdades geram as várias formas de agressão, de violência e de guerra (FT, n. 235). Para o Papa, “a verdadeira reconciliação não escapa do conflito, mas alcança-se dentro do conflito, superando-o através do diálogo e de negociações transparentes, sinceras e pacientes” (FT, n. 244).

Entre as diversidades é possível estabelecer um caminho de paz, amizade, harmonia e partilhar valores. O núcleo autêntico desse caminho é o espírito político do amor preferencial pelos vulneráveis, não como ato isolado, mas como cultura política do diálogo que oferece a chance da própria pessoa alcançar a sua dignidade. Na América Latina e Caribe, as crises sociais, econômicas, políticas e climáticas espalham-se por todas as regiões, junto com a violência e os assassinatos cotidianos de jovens, negros, indígenas, mulheres e

povo LGBTQIA+, misturados ao ódio e a intolerância nas redes sociais.

O compromisso com a paz passa pelo engajamento ativo e comprometido, em nome da consciência cidadã e da fé, das organizações com a militância Socioambientais, políticas Populares, de Direitos Humanos, de cuidado para com a Terra, de Justiça e Paz e outras. O engajamento ativo e comprometido não é só na esfera pessoal ou conjuntural, mas também e sobretudo estrutural. Esse engajamento é um projeto de um Mundo Novo, onde seja possível a verdade do amor político: a amizade social.

O inefável ou o incomunicável da interioridade do homem descreve-se pela original responsabilidade e todo engajamento livre. Por isso, o Eu é incapaz de furtar-se a responsabilidade sem guardar o vestígio de sua deserção. O Eu é responsabilidade antes de ser intencionalidade (LÉVINAS 1993, 91-93). A responsabilidade indeclinável não é escolher o bem a partir da neutralidade ou diante da bipolaridade, mas escolha para coexistência no presente. A responsabilidade e o engajamento não são feitos por meio da violência, da facticidade ou do determinismo, mas da eleição pelo Bem que não é precisamente uma ação, mas a não violência. A responsabilidade e o engajamento são irrevogáveis, irreversíveis, irrecusáveis e precedem a liberdade e a não liberdade e mantêm-se contrariando a passividade e a inércia (LÉVINAS 1993, 96-98). O Outro é responsabilidade e expiação para o sujeito. A abertura ao Outro é proximidade do/para o Outro.

O engajamento manifesta-se concretamente no serviço, que pode assumir formas muito variadas de cuidar dos outros, dos fragilizados. Deve ser mais do que gestos de solidariedade esporádicos em situação de catástrofe. A verdadeira solidariedade do engajamento social e político é pensar e agir em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de

alguns. É também lutar contra as causas estruturais da pobreza, da desigualdade, da negação dos direitos sociais e laborais. É fazer face aos efeitos destrutivos do império do dinheiro” (FT, n. 115, 116). Para o Papa Francisco,

A paz não é apenas ausência de guerra, mas o empenho incansável – especialmente daqueles que ocupam um cargo de maior responsabilidade – de reconhecer, garantir e reconstruir concretamente a dignidade, tantas vezes esquecida ou ignorada, de irmãos nossos, para que possam sentir-se os principais protagonistas do destino da própria nação (FT, n. 233).

A paz da amizade social é uma soma da vontade política dos indivíduos em avançar na justiça para todos. Uma política que ponha a dignidade humana no centro e tenha a caridade social como eixo. Que enfrente os problemas vigentes e renove as estruturas e organizações sociais, que se abra a todos e globalize os direitos humanos. Uma política a base do diálogo. Um diálogo que respeite o ponto de vista do outro, e que busque o encontro com os mais desfavorecidos. Diálogo capaz de curar as feridas do desencontro e de restabelecer a paz e a dignidade humana.

3.3. Da dignidade humana

Para tornar possível o desenvolvimento de uma comunidade mundial capaz de realizar a amizade social, é necessária a política melhor, o necessário e justo e o maior empenho possível colocados a serviço do bem comum e da dignidade humana de todas as pessoas. Promover a dignidade humana sempre e em todas as ocasiões implica

em investir prioritariamente em favor dos frágeis mesmo não sendo rentável à política econômica de Estado.

A perspectiva da dignidade humana é um caminho de esperança olhando para o ferido estendido nas estradas da vida e ignorado por muitos. É esperança para os que se deixam interpelar, e oferece proximidade aos que se encontram nas periferias existenciais. A dignidade humana é a perspectiva de esperança ao pensar e gerar um mundo aberto a empatia, ao encontro, à comunhão e à paz.

Pensar na dignidade de cada pessoa é acolher, proteger, promover e integrar as pessoas diferentes, é cuidar dos feridos e uns dos outros. É abrir-se ao universal, enriquecendo com outras culturas. Uma perspectiva da dignidade humana busca alcançar de maneira proativa até mesmo “dentro” do conflito o diálogo da cultura da paz. O caminho da dignidade humana partilha a fadiga cotidiana da vida, mas é sustentada por uma esperança confiável.

A proposta da dignidade humana da amizade social contrapõe ao tipo de relações do sistema econômico em que tudo vira mercadoria, e a pessoa humana é vista como algo que tem um preço e validade. Na amizade social, as relações é uma estima entre as pessoas que nasce da livre oferta de si mesmas para abrir-se ao mistério do outro.

A perspectiva da dignidade humana é capacidade e coragem de criar esperança onde só aparecem o descarte e a exclusão. Esse horizonte lembra sempre que os sujeitos históricos da amizade social não estão condenados a repetir ou a construir um futuro baseado na exclusão e na desigualdade, no descarte ou na indiferença. O ambiente da dignidade humana contrapõe à cultura do privilégio, do poder irreprimível, da exploração e do abuso como método de sobrevivência e relação social e política.

O sentido da dignidade efetua uma estrutura ética de libertação, a qual integra a universalidade da ética material, formal e práxis como procedimentos de aplicações que sustenta sempre *a priori* um projeto de vida boa (*eudaimonia*) enquanto princípio ético integral. A articulação da existência à vida ordinária (*ordinary life*), o redescobrimto da identidade do eu (*identity of life*), o reconhecimento do Outro, a afirmação dos sujeitos históricos, a autorresponsabilidade da pessoa como sujeito de uma sociedade politicamente justa pode mover a realização de uma vida boa como perspectiva de ato e de esperança (TAYLOR 1989, 521).

O compromisso com a dignidade humana não consiste exclusivamente em ações ou programas assistenciais. Não se restringe a ajuda em ocasião de catástrofe, nem em excesso de ativismo e nem muito menos em ações populistas ou eleitoreiras, mas antes de tudo na verdadeira atenção ao outro considerando-o como um sujeito histórico, como um outro eu. O encontro com o outro eu, segundo o Papa Francisco, é a condição para o plenamente nós. Nesse encontro, a verdadeira atenção sempre fixa o rosto do outro, toca sua carne, sente sua proximidade, padece com ele e procura a sua promoção. Segundo Mounier, “exatamente porque o homem é o ser que está sempre comprometido, o compromisso do sujeito que conhece, longe de ser obstáculo, é meio indispensável para o conhecimento verdadeiro”, para o encontro com o outro, para a sua dignidade e para sua realização (MOUNIER 2004b, 92-93).

A dignidade humana promove a cultura do encontro e concretizar a experiência da amizade social. Na América Latina, com grandes desigualdades sociais e econômicas, a dor do outro clama por atenção e sensibilidade de todos. Nas regiões onde as discrepâncias ainda são mais acentuadas, todos são interpelados a enfrentar os desafios tocantes a existência de um sem-número de forasteiros existenciais.

Segundo Mounier, na perspectiva da eminente dignidade humana, a pessoa é feita para superar a si mesma, para a transcendência, para um movimento transpessoal em plena articulação com a vida pessoal. E em vista da realização humana, a felicidade deve ser conjugada com os valores biológicos, tais como a saúde, educação, moradia e os valores econômicos na busca urgente por valores superiores. Do contrário, a busca da felicidade por si própria poderá conduzir a humanidade num vulgar caminho de traição (MOUNIER 2004b, 91).

A perspectiva da dignidade humana da amizade social é capaz de transformar as sombras dum mundo dividido e fechado numa comunhão de fraternidade universal. Pois, a amizade social desconstrói a cultura do descarte, dos que não são úteis ou dos que não se valem dos direitos humanos. O amor político faz compreender que os caminhos da amizade social levam ao outro e, certamente, ao Outro, fonte do Amor Universal.

CONCLUSÃO

A amizade social é um processo de enriquecimento comum partilhado e marcado pela doação ao outro e pela acolhida dos dons e diferenças do outro. É amor que ultrapassa as barreiras da geografia, da cultura, da economia, do gênero. É fraternidade aberta que valoriza todas as pessoas. É comunicação que promove comunhão e paz. É viver livre de todo o desejo de domínio dos outros. É cultura de amor que se estende para além das fronteiras. O essencial da amizade social permite a equidade, a inclusão social, resgata o indigente e lhe proporciona recolocar-se nos trilhos da vida social com dignidade.

A amizade social é o antídoto contra um ser humano fechado em si mesmo e um mundo fechado aos vulneráveis e improdutivos. Ela convoca a valorizar o direito à vida e ao desenvolvimento integral, sobrepondo-se ao individualismo utilitarista, que fecha as pessoas à

transcendência de si mesmas, pois é um chamado à valorização da pessoa humana e à construção de uma sociedade mais justa e solidária.

A amizade social é diálogo sincero, verdadeiro, que supera a falsa tolerância. É o resgate da amabilidade. É um esforço diário para vencer incompreensões que considera os outros como inimigos a serem vencidos, como obstáculos a serem superados. É superar as formas nocivas de dominação, de convivência de modo polarizado, de estratégia de ridicularizar o outro, de disseminação de ódio, de intolerância, de negacionismo e de *fake News*.

A amizade social é o amor político que impele a procurar o melhor para a vida, atuando juntos em favor do bem comum e da promoção dos mais pobres.

A amizade social é uma proclamação de esperança na construção de um futuro sem exclusão, desigualdade, descarte de humanos ou de indiferença com os que sofrem. É um caminho de esperança e ampliação do círculo de compaixão em favor do agir em prol do bem comum e da promoção da dignidade para todos. É um chamado universal para construir a cultura do diálogo, da reconciliação e da paz.

REFERÊNCIAS

ARISTOTELES. *Ética Nicomaheia*. a cura di Claudio Mazzarelli. Milano: Bompiani 2000/2013.

ARISTÓTELES. *Le tre etiche: Etica Eudemia, Etica Nicomachea e Grande Etica*. a cura di Ariana Fermani. Milano: Bompiani 2008.

ARISTÓTELES, *Politica*. a cura di Carlo Augusto Viano. Milano: BUR 2002.

BENSUSSAN, Gérard. *Ética e experiência: a política em Levinas*. Tradução de Ozanan Vicente Carrara. Passos Fundo: IFIBE 2009.

FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir. Naissance de la prison*. Paris: Gallimard 1975.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli Tutti*. São Paulo: Ed. Paulinas 2020.

HOBBS, Thomas. *Leviatano*. a cura di Tito Magri. Roma: Riuniti 1976.

HOMERO. *Odisseia*. 25 ed., tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 2015.

LÉVINAS, Emmanuel. *Do Outro modo que ser, o más Allá de La essência*. tradução de Antonio Pintor Ramos. Salamanca: Ediciones Sigueme 2003.

LEVINAS, Emmanuel. *Totalidade e infinito*. Lisboa: Edições 70 1980.

LÉVINAS, Emmanuel. *Humanismo do outro homem*. 4. ed., tradução portuguesa de Pergentino S. Pivatto (coord). Petrópolis: Vozes 1993.

MOIX, C. *O pensamento de Emmanuel Mounier*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

MOUNIER, Emmanuel, *Il Personalism*. a cura di Giorgio Campanini e Massimo Pesenti, AVE, Roma 2004a.

MOUNIER, E. *O Personalismo*. Tradução de Vinícius Eduardo Alves. São Paulo: Centauro Editora, 2004b.

MOUNIER, E. *O compromisso da fé*. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

PLATONE. *Tutte le opera*. a cura di Enrico V. Maltese. Roma: Newton Compton Editori 2009.

TAYLOR, Charles. *Sources of the Self. The making of the Modern Identity*. Cambridge: Cambridge University Press 1989.

TOMÁS DE AQUINO. *Suma teológica: justiça, religião e virtudes sociais*. vol. VI. II seção da II parte. São Paulo: Loyola 2005.

THOMAS HOBBS. *Leviatano*. a cura di Tito Magri. Roma: Riuniti 1976.

XENOPHON. *Xenophontis opera omnia*. V. 2, ed., Oxford: Clarendon Press, 1971.

11 ANOS DO PAPA FRANCISCO: RUPTURA OU CONTINUIDADE?

11 Years of Pope Francis: Rupture or Continuity?

Vander Sebastião Martins*

RESUMO: Este artigo examina a surpreendente eleição do Papa Francisco em 2013 e o impacto significativo que ele teve na Igreja Católica nos últimos onze anos. Diferente de seus predecessores, Francisco foi uma escolha inesperada, trazendo esperança de mudanças profundas. Sua abordagem pastoral enfatiza humildade, misericórdia e foco nos marginalizados, desafiando prioridades doutrinárias tradicionais. Ele se tornou um defensor vocal dos migrantes e da proteção ambiental, notavelmente através de sua encíclica *Laudato Si'*. Apesar de enfrentar forte resistência de facções conservadoras dentro da Igreja, seus esforços para internacionalizar o catolicismo e priorizar questões de justiça social marcam uma era transformadora no catolicismo moderno.

PALAVRAS-CHAVE: Papa Francisco. Eleição. Reforma. Igreja Católica. Transformação.

ABSTRACT: This article examines the surprising election of Pope Francis in 2013 and the significant impact he has had on the Catholic Church over the past eleven years. Unlike his predecessors, Francis was an unexpected choice, bringing hope for profound changes. His pastoral approach emphasizes humility, mercy, and a focus on the marginalized, challenging traditional doctrinal priorities. Francis has become a vocal advocate for migrants and environmental protection, notably through his encyclical *Laudato Si'*. Despite facing fierce resistance from conservative factions within the Church, his efforts to internationalize Catholicism and prioritize social justice issues mark a transformative era in modern Catholicism.

KEYWORDS: Pope Francis. Election. Reform. Catholic Church. Transformation.

* Presbítero da Arquidiocese de Mariana, Minas Gerais, Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (PUG); professor da Faculdade Dom Luciano Mendes (Mariana/MG) e do Seminário Dom José André Coimbra (Patos de Minas/MG).

1. Eleição de Francisco: uma surpresa para o mundo

A eleição do Papa Francisco, no dia 13 de março de 2013, foi recebida com imensa surpresa e com enorme esperança por milhares de fiéis católicos espalhados pelo mundo. Normalmente, a eleição e anúncio do nome de um novo papa são uma novidade para a maioria das pessoas. Exceção talvez tenha sido a eleição do Papa Bento XVI, que naquela ocasião era considerada como certa por toda a Igreja. No caso específico do papa alemão, grande surpresa seria a eleição de outro cardeal. Jorge Bergoglio, além de ser pouco conhecido entre os principais cardeais da Igreja naquela época, estava muito longe de Roma e não era cogitado para substituir Bento XVI.

A eleição de um papa latino-americano, pela primeira vez na história, jesuíta, surpreendeu boa parte do mundo católico, formado por mais de 1.3 bilhão de pessoas. A razão da surpresa converteu-se também numa fonte de esperança. O mundo parecia convencido que um papa proveniente de um contexto eclesial tão diversificado não deixaria de promover mudanças profundas na vida da Igreja. Com a eleição de Jorge Bergoglio começava a ser vislumbrado um novo horizonte para a Igreja.

Em sua primeira aparição, Francisco encantou a multidão que se apertava, na Praça São Pedro, para saudá-lo e escutar sua primeira mensagem como papa eleito, quando se curvou e com humildade suplicou que todos rezassem por ele. Esta atitude manifestou ao mundo que ele era um pastor humilde e humano, que estava consciente do tamanho da responsabilidade que pesava sobre seus ombros e, também, da sua fragilidade. Daí o pedido de oração.

Sobre esse episódio a professora da Universidade da Virgínia, especialista em assuntos religiosos, afirmou para o *National Catholic Reporter* (2023) “esta cena na varanda (Vaticano) daquela noite imediatamente indicou para os que tinham olhos para ver e ouvidos para ouvir que poderíamos ter um tipo diferente de pontificado”.

As expectativas depositadas no novo Papa estavam corretas, pois foi considerado pelo “*Time*”, naquele mesmo ano, a personalidade do ano de 2013. O artigo que anunciava sua escolha afirmou “Ele escolheu o nome de um santo humilde e depois anunciou uma igreja do cuidado. O primeiro papa não-europeu em 1.200 anos está determinado a transformar o lugar que mede as mudanças ao longo dos séculos”.

2. Francisco um pastor zeloso

A perspectiva e sensibilidade pastoral de Francisco, segundo seus estudiosos, constituem a chave para uma justa compreensão de seu pontificado. Seu zelo pastoral é que explica suas habilidades como reformador e mestre da fé. Segundo Michael Sean Winters, jornalista americano e correspondente em Roma, nos dois últimos séculos, um dos papéis mais importantes do Papa é o de ser mestre na fé. Os novos desafios e novas questões suscitados nos últimos séculos exigem inteligência, coragem, criatividade e enorme sensibilidade dos papas.

Os Insights de Francisco como pastor da Igreja vão muito além das preocupações morais da teologia e das pretensões de clareza doutrinal que reinam na mente dos conservadores. Seus insights pastorais iluminam tanto os caminhos para a evangelização da complexa zona ocidental, tão marcada pelo desânimo e declínio, como favorecem também a evangelização do sul global, esperança e futuro do catolicismo.

A ênfase e prioridade de Francisco são a pregação do evangelho, do querigma, e do anúncio da proximidade e misericórdia de Deus. Apesar da resistência da ala conservadora, o Papa permanece anunciando a misericórdia de Deus e dá exemplos de pastor zeloso. Em 2016, ao visitar um centro católico de reabilitação de dependentes químicos, em Roma, ele encorajou os pacientes a confiar na misericórdia e a permanecer fortes.

Importante para Francisco é dar lugar ao amor incondicional de Deus nas atividades pastorais. Lamenta e se entristece quando

constata que colocamos muitas condições ao falamos da misericórdia de Deus. Ela é incondicional e infinita, quando insistimos em condicionamentos, nós a esvaziamos de seu significado concreto e profundo. Os opositores do Papa o criticam por lembrar demasiadamente da misericórdia e se esquecer da justiça. Ao lado do Deus misericordioso está também o Justo Juiz, recordam. Francisco, porém, está profundamente convencido que a misericórdia é hoje o caminho para fazer o evangelho de Cristo florescer. Em sua concepção o tempo da justiça divina cedeu lugar ao tempo da misericórdia. Gosta de repetir em alguns contextos específicos, como veremos mais abaixo, “quem sou eu para julgar”?

A paixão de Francisco pelo tema da misericórdia está intimamente ligada à sua concepção de Deus. Quem é Deus, pergunta. E responde, Deus é Aquele que está próximo, Aquele que é ternura e misericórdia. Para ele esta é a única realidade de Deus. Jesus nos revela, inúmeras vezes, a face misericordiosa de Deus nos evangelhos.

Por essa razão o Papa nos aconselha a rever nossa maneira de falar ao povo. Em sua opinião, em nossas pregações, acentuamos demasiadamente o que os fiéis devem fazer para ganhar o Reino dos céus. Isso não está incorreto, mas segundo ele o centro da nossa pregação deve ser o anúncio da proximidade e misericórdia de Deus. É preciso definitivamente deixar claro que Deus é proximidade, misericórdia e ternura.

Mais do que fazer coisas, o Papa recomenda que abramos o nosso coração para experimentar o amor de Deus. E permitir que ele nos renove e transforme nossa mentalidade. A tentação de ocupar o centro e de ser protagonistas está sempre por perto, nos rondando. A inclinação a fazer coisas é forte em nós. É preciso resistir e permitir que a misericórdia infinita entre e transforme o nosso ser. Deus é quem deve realizar em nós a sua obra.

É preciso vencer nossa inclinação de querer fazer para dar lugar ao ser. É preciso apreciar mais a escuta do que a fala. É urgente exercitar a passividade, que é a ação de apenas acolher o dom que nos

visita. É preciso acolher a misericórdia infinita e deixar que ela nos modele como o barro nas mãos do oleiro, entrega total. Eis a nossa cooperação, abrir nosso ser a Deus.

3. As marcas do Papa Francisco

O Papa Francisco, que fora recebido como um outsider e reformador natural, conseguiu imprimir suas características pessoais na dinâmica da Igreja nesses últimos 11 anos e tem realizado mudanças significativas, abrindo novos caminhos e lançando novos pilares, como por exemplo, a questão da migração e do meio ambiente.

Desde o início de seu pontificado, Francisco tem sido uma voz solitária a gritar em favor dos imigrantes. O mundo tem a necessidade de reconhecer com urgência a humanidade dos imigrantes. Nem sempre sua voz encontrou acolhida nos ouvidos das lideranças políticas ocidentais e as barreiras e muros para negar asilo aos imigrantes surgem e se multiplicam por toda parte. O Papa, invencível, não se cansa de manifestar sua compaixão e solidariedade ao imigrante e a seu mundo caótico. Visitar acampamentos de refugiados, lavar os pés dos imigrantes na Quinta-Feira Santa e abrir as portas do Vaticano para abrigá-los são atitudes e sinais usados para manter a agonia e desespero de milhares de imigrantes no debate internacional. A esperança de socorro e de encontrar ouvidos generosos é infinita.

Não há como esquecermos da primeira viagem do Papa Francisco e das perguntas que ele dirigiu ao mundo por ocasião da sua ida à Lampedusa, em julho de 2013. Ao lamentar a morte de tantos imigrantes o Papa lembrou das perguntas que Deus fez logo no início da história humana: *“Adão, onde estás? E onde está o teu irmão? Em seguida perguntou ao mundo “quem de nós chorou por este fato e por fatos como este? Quem chorou pela morte destes irmãos e irmãs? Quem chorou pelas mães jovens que traziam seus filhos? Por estes homens cujo desejo era conseguir qualquer coisa para sustentar as próprias famílias?”*. Com suas perguntas, o papa nos coloca como responsáveis uns pelos outros e condena nossa insensibilidade. Após

11 anos da visita do papa, mais de 26 mil pessoas morreram, porém, a sua luta continua.

O tema do meio ambiente foi introduzido nos debates da Igreja por Francisco. É mérito seu ter chamado a atenção do mundo para um tema assim tão urgente. Antes de Francisco, a questão do cuidado com o meio ambiente, era um assunto raro e sem a devida importância. Porém, depois da Encíclica *Laudato Si*, publicada em maio de 2015, o meio ambiente se tornou importante bandeira de seu pontificado. *Laudato Si* é o principal documento papal sobre meio ambiente em toda a história da Igreja.

O documento transcendeu os muros da Igreja e encontrou acolhida fora do ambiente católico. A admiração pelo Papa Francisco cresceu consideravelmente depois da *Laudato Si*. A Encíclica expressa e traz para o debate público a preocupação do papa acerca do futuro do planeta e das gerações. Numa demonstração de grande coragem, denunciou a ferocidade da exploração da natureza e clamou por uma proteção mais cuidadosa, tanto moral como social do meio ambiente. Até os críticos do papa constataram que o documento deixou claro que a indevida exploração e roubo da natureza são pagos com o sacrifício e morte dos pobres.

A internacionalização do catolicismo foi mais uma marca da Igreja de Francisco nesses últimos 11 anos. Proveniente da América Latina, Francisco parece ter compreendido, desde o início do seu pontificado, que o futuro da Igreja Católica está bem distante da Europa. Aliás, os bancos vazios da Igreja Europeia apontam que ela não é mais o centro do catolicismo. Impotente e moribunda, tornou-se incapaz de despertar esperanças em relação ao futuro.

Por fim, há outro fator que favoreceu a internacionalização da Igreja. Os movimentos do Papa em direção a outros continentes, como Ásia e África. Francisco alargou os horizontes da Igreja e passou a considerar o Sul Global o futuro do catolicismo. Além das viagens para lugares considerados periféricos até então, Francisco nomeou um significativo número de cardeais para esses lugares historicamente

menos representados. Para os especialistas, as ações de Francisco revelam sua intenção de encaminhar e preparar o terreno para a eleição de um outsider, como ele, para ocupar num futuro bem próximo a Cátedra de São Pedro.

4. As origens da resistência e das críticas a Francisco

Ironicamente, o Papa da misericórdia costuma ser criticado aberta e impiedosamente por seus opositores. Não é tarefa simples indicar as origens e motivações dos ataques ferrenhos que golpeiam incessantemente o Papa. As críticas às autoridades não são um fenômeno isolado em nossos dias. Há líderes nacionais e internacionais constantemente na mira dos novos profissionais da comunicação, dos chamados influencers que usam e abusam das redes sociais. Não se sabe ao certo quais são as motivações e nem sempre é fácil indicar suas origens, mas o que se sabe é que elas existem como nunca antes e imaginamos que causam sérios prejuízos tanto ao papa como à Igreja.

No entanto, aqui vamos nos ater às críticas mais abertas e diretas a Francisco, especialmente das que brotam dentro da própria Igreja, da denominada ala conservadora. Não é exagerado afirmar que os 11 anos de Francisco à frente da Igreja foram marcados por críticas persistentes. Algumas semanas depois de sua eleição, alguns nomes poderosos da ala conservadora da Igreja Católica começaram os ataques ao Papa. Personalidades que eram famosas por defender os papas anteriores, se voltaram contra o atual pontífice de forma declarada e inimaginável.

Em seu livro *“The Outsider: Pope Francis and His Battle to Reform the Church”*, Christopher Lamb sustenta que os críticos rejeitam o estilo pastoral de Francisco absolutamente e o acusam de ser desarticulado e confuso, especialmente quando aborda temas complexos como homossexualidade, aborto, anticoncepcionais, dentre outros ligados à moral. Resistem e rejeitam o papa em todos os aspectos, justificando que a doutrina da igreja aplicada por ele é

confusa, prejudica a comunhão entre os fiéis e ameaça a autenticidade do ensinamento da Igreja.

Massimo Faggioli, outro estudioso de Francisco, constata que as críticas a Francisco surgiram logo após a sua eleição. Na Cerimônia da Quinta-Feira Santa de 2013, quando optou por lavar os pés de 12 jovens, incluindo duas mulheres e dois muçulmanos. As críticas abertas ao estilo de Francisco tiveram início na celebração da sua primeira Semana Santa e não pararam mais, ao contrário, se intensificaram cada vez mais.

Especialistas, jornalistas, teólogos e blogueiros católicos, que estudaram Francisco e seu pontificado, sustentam a existência de uma dinâmica ou processo que teve origem na noite mesmo em que Francisco fez sua primeira aparição na varanda do Vaticano. Esse processo segue se afirmando e se alimentando indefinidamente.

No dia 13 de março de 2013 o Papa se apresentou aos fiéis vestindo uma batina branca, porém, sem a costumeira estola papal bordada a ouro. Esse fato somado ao gesto de se curvar em silêncio e o de pedir que a multidão rezasse por ele, revelavam que suas prioridades eram substancialmente diferentes daquelas de seus predecessores imediatos. A primeira aparição do papa foi suficiente para despertar a fúria dos seus críticos, que só cresceu com o passar dos anos.

À rejeição e perseguição dos conservadores se somam os ataques provenientes da ala mais progressista da Igreja, que acusam Francisco de ser impotente para implementar as necessárias mudanças na Igreja, a fim de torna-la mais democrática. O povo acolheu e abraçou Francisco desde o início de seu pontificado, porém a vida dele como papa não é nada fácil, pois está constantemente sob a mira das alas conservadora e progressista, ao mesmo tempo.

A indignação da ala conservadora com o Papa Francisco é bastante compreensível. Os conservadores se acostumaram nos últimos anos com o modelo de Igreja de João Paulo II e Bento XVI.

Quando Francisco se torna o sucessor de Pedro, esse modelo é abandonado para o surgimento de um novo estilo de ser Igreja. Porém, os conservadores consideram perfeito o modelo anterior. Para a ala conservadora João Paulo II e Bento XVI davam segurança e unidade à Igreja e pensavam que o modelo instituído por eles fosse perdurar acriticamente ao longo dos tempos. Estavam convencidos de que a visão de igreja dos predecessores fosse plena, definitiva e absoluta.

Para a ala conservadora as principais mensagens e ensinamentos de João Paulo II e Bento XVI são as verdadeiras e ainda atuais, e, por isso, devem ser pregadas ainda hoje. Querem empunhar para sempre a bandeira da luta organizada e incansável contra a ditadura do relativismo. A preocupação central dos conservadores é manter a posição, defender as regras e sustentar a igreja como comunidade pura, separada e diferente substancialmente da cultura mais ampla e contaminada do mundo. Isso explica a tristeza e a decepção da ala conservadora, Francisco não considera que esta bandeira tenha que ser prioridade para os tempos atuais.

As críticas se intensificaram e ganharam corpo mesmo entre 2014 e 2016, quando o Papa publicou a Encíclica *Laudato Si* e denunciou a emissão dos combustíveis fósseis como a principal responsável pelas mudanças climáticas, constituindo uma séria ameaça ao meio ambiente.

A reação dos conservadores não tardou, foi feroz e imediata. Acusaram o posicionamento do Papa de ser parte e aliado da agenda do globalismo e do controle populacional. Foi a partir desse documento também que os defensores e entusiastas do capitalismo começaram a ver em Francisco uma ameaça marxista e um potencial inimigo do progresso.

Segundo o comunicador oficial da Conferência dos Bispos dos Estados Unidos, Mike Lewis, a *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*, de 2013, foi o primeiro documento de Francisco que incomodou a ala conservadora. A exortação indicava o caminho pastoral que a Igreja deveria percorrer. Defendia que a missão

evangelizadora devesse dar atenção especial aos marginalizados e às periferias. A intenção de Francisco foi a de despertar novo entusiasmo na pregação do Evangelho. Lembrou da importância do tema da justiça social e colocou os cristãos como agentes sociais e promotores da justiça. Denunciou abertamente a desigualdade econômica e manifestou suas reservas ao capitalismo, segundo ele selvagem e desregrado.

Sensibilizado pela figura de Francisco, o comunicador citado acima abandonou a Conferência dos Bispos Católicos dos Estados Unidos a fim de criar um blog para acompanhar e defender as ações e publicações do Papa contra os injustos ataques da ala conservadora da Igreja.

O estilo de Igreja de Francisco causa desconforto nos conservadores porque contraria suas expectativas e frustra seus sonhos. Ao invés de abordagens mais progressistas em questões sociais, como a pobreza, a imigração, o meio ambiente e a justiça social, prefeririam ver abordagens mais ortodoxas e contrárias ao que eles denominam agenda progressista.

Constantemente o Papa acusa o clericalismo e a ânsia pelo poder como entraves ao sucesso da Igreja de Jesus. Enfatiza a importância da humildade, do serviço aos outros e da renúncia ao poder e privilégios pessoais. Deseja uma Igreja mais próxima das pessoas, menos preocupada com a burocracia e mais atenta aos ensinamentos de Jesus, de maneira especial aos pobres e marginalizados. Suas críticas visam promover uma mudança de mentalidade, mas os conservadores não se deixam convencer.

5. As motivações da resistência ao Papa

São inúmeras as tentativas de explicar as intermináveis resistências que se levantaram contra o Papa Francisco ao longo de seus 11 anos de pontificado. As explicações são inúmeras, e juntas, esclarecem de forma convincente o que está por detrás das críticas e animosidades que se levantam contra Francisco. Uma única razão, por

melhor que seja, não dá conta de esclarecer suficientemente essa questão. Parafraseando um antigo filósofo podemos afirmar que esta é uma questão que se explica de muitos modos.

Para Christopher Lamb os ataques políticos ao Papa são uma reação bastante comum às lideranças mundiais que se destacam pelo posicionamento pessoal diante das grandes questões e desafios do mundo moderno. São ataques comuns a líderes que fazem a diferença no cenário internacional. O Papa é um líder mundial e se posiciona com muita clareza sobre temas polêmicos e isso causa reações. O mundo todo sabe da posição do papa em relação às guerras. Prontamente o papa afirma que com a violência das guerras todos perdem, não há vencedores. Portanto, as críticas políticas, ainda que causem danos e dores, são comuns. E com os meios de comunicação, tudo fica mais evidente e repercute imediatamente.

Estudiosos defendem, porém, que com relação a Francisco, independentemente de sua posição, uma forte resistência ao seu pontificado seria inevitável. O mundo desacostumou a lidar com um Papa proveniente de alguma outra parte do mundo que não fosse a Europa. Portanto, do simples fato de ser de origem Argentina, do continente Latino-Americano, brotam espontaneamente enormes resistências e reservas. A primeira resistência é cultural, depois de 1.200 anos, Francisco foge à regra e se apresenta como o Pastor da Igreja Universal. Francisco não é mais uma extensão da Europa Católica e isso faz toda a diferença. O fato de não ser europeu suscita resistências e questionamentos. Que fará em Roma este papa vindo de tão longe? Ele próprio brincou no dia da sua eleição, dizendo que os cardeais foram buscar um papa “no fim do mundo.” Era evidente, desde o início, que um papa jesuíta, proveniente da Argentina, provocaria no mínimo um sentimento de desconforto e algumas suspeitas.

Francisco constitui uma ameaça à frenética corrida por poder e prestígio que, infelizmente, há dentro da Igreja. Os carreiristas resistem à figura de Francisco, ainda que silenciosamente, por ele

defender uma Igreja simples, humilde, servidora e fiel a Cristo. Em 2014, em discurso à Cúria Romana, Francisco revela como os membros curiais deveriam se comportar para honrar a Cristo “Faz-nos bem pensar na Cúria Romana como um pequeno modelo da Igreja, isto é, como um “corpo” que procura, séria e diariamente, ser mais vivo, mais saudável, mais harmonioso e mais unido em si mesmo e com Cristo.” Completa sua fala, afirmando que a Cúria e a Igreja são um corpo e como tal, para estar vivo e saudável, precisa alimentar-se bem, não podendo faltar a palavra de Deus e a participação ativa e assídua nos sacramentos.

Sem esse alimento não há nenhuma possibilidade de aperfeiçoamento, além de comprometer seriamente a comunhão, a santidade e a sabedoria. Um corpo vivo, sem alimento, está constantemente em perigo, sujeito ao adoecimento e à morte. Na sequência, o Papa elenca uma série de “doenças” que compromete e coloca em risco a vida da Igreja. Ele as chama de doenças curiais e aponta que elas “enfraquecem o nosso serviço ao Senhor”.

As críticas e análises de Francisco buscavam recuperar a saúde e vitalidade do “corpo” curial. Atuou como clínico geral que constata as doenças com a única finalidade de combater o mal e recuperar a saúde do corpo. As doenças comuns da Cúria Romana são as mesmas que causam males e enfraquecimento das igrejas particulares espalhadas pelo mundo. O exame clínico do médico Francisco constatou a existência de sérias enfermidades no corpo curial, dentre elas se destacam: sentimento de ser indispensável; trabalho excessivo com pouca oração; endurecimento do coração; fechamento às novidades do Espírito; rivalidade e vanglória; hipocrisia e vida dupla; espírito de murmurações e de divisão; indiferença e insensibilidade com os outros; ganância e exibicionismo.

O tiro saiu pela culatra. No lugar de motivar a ida à farmácia para adquirir os remédios e assim combater as doenças e vencer os males, o discurso do Papa Francisco produziu maior fechamento dos corações. As resistências e críticas ao pontificado de Francisco

aumentaram significativamente dentro e fora da Cúria Romana depois desse discurso de Natal.

A convocação e realização do Sínodo sobre a família aumentaram consideravelmente a hostilidade dos conservadores a Francisco. A partir de 2014 o papa abordava com liberdade e de forma inusitada temas complexos e espinhosos e isso não foi bem acolhido pelos conservadores. O Sínodo discutiu, dentre tantas outras questões, matrimônio, divórcio, contracepção, coabitação, segunda união e a relação das famílias com crianças LGBTQI+. O objetivo era refletir como a Igreja poderia responder pastoralmente às necessidades das famílias no mundo contemporâneo.

Os cardeais Raymond Burke e George Pell, primeiro dos Estados Unidos e o segundo australiano, não esconderam o desconforto em lidar com esses temas. Revelaram sua indignação publicamente e estavam convencidos a defender a disciplina tradicional da Igreja. Para eles era inconcebível admitir os divorciados em segunda união na mesa da comunhão. Segundo afirmam, ambos abandonaram uma reunião do Papa Francisco com os cardeais em fevereiro de 2014, deixando bem claro que não compactuavam com as reflexões em curso (Paul Haring/CNS).

Irredutíveis, os cardeais citados acima não escondiam mais seu descontentamento com o estilo do Papa Francisco. Para eles o modo do papa argentino governar ameaçava seriamente o futuro da autêntica Igreja de Cristo. Não aprovaram também o inteiro processo sinodal proposto pelo Papa. Segundo Christopher Lamb, em papados anteriores, atitude semelhante levaria inevitavelmente a demissão de ambos do colégio cardinalício.

Outra razão de grande descontentamento foi a publicação da *Amoris Laetitia, Exortação Apostólica* de 2016. A alegria do amor. Nela, Francisco abre as portas da Igreja definitivamente para acolher os divorciados e casais em segunda união. Com acompanhamento e discernimento pastoral poderão inclusive receber a comunhão eucarística. Era o que faltava para azedar de vez a relação dos

conservadores com Francisco. A rejeição ao documento ainda hoje parece ser enorme, o que explica a sua não implementação nas igrejas locais. Diante de tantas polêmicas, Francisco aconselhou que os fiéis focassem na mensagem central da exortação: a importância do amor, da misericórdia e do acompanhamento personalizado aos casais e famílias, em suas diversidades e desafios.

A resistência à *Amoris Laetitia* ganhou uma nova face quando reuniu quatro cardeais que formalizaram cinco questões “dubia” que foram endereçadas diretamente ao papa. Os cardeais Carlo Caffarra (Itália), Raymond Burke (Estados Unidos), Walter Brandmuller (Alemanha) e Joachim Meisner (Alemanha) saíram do silêncio e iniciaram uma verdadeira luta contra o Papa. As mesmas questões enviadas a Roma foram também publicadas, ficando acessíveis ao grande público. A intenção dos cardeais era a desestabilização do pontificado de Francisco. As críticas e ataques se multiplicaram. Exigiam uma explicação imediata e clara do papa sobre aquelas que eles consideravam uma grave desorientação e grande confusão, levantadas pelo Sínodo sobre a família (<https://www.ncregister.com/news/four-cardinals-formally-ask-pope-for-clarity-on-amoris-laetitia>).

Os cardeais obrigavam Francisco a explicar as ambiguidades de sua exortação. As “*dubia*” elaboradas pelos cardeais, revelam como “*Amoris Laetitia*” se transformou numa espécie de caminho sem retorno para os conservadores e críticos de Francisco, (Austen Ivereigh: *Wounded Shepherd, Pope Francis and His Struggle to Convert the Catholic Church*).

Para o britânico Christopher Lamb, as “*dubia*” não eram uma proposta de diálogo, os cardeais queriam um simples “sim” ou “não”. Na verdade, era um ataque direto e injustificado ao processo sinodal de Francisco. Pois, para os especialistas, a exortação não subestima nem nega o valor da doutrina da indissolubilidade do matrimônio. E os conservadores estavam conscientes da retidão do documento de Francisco, mas temiam que essa abertura pudesse conduzir a Igreja a

render-se ao modernismo. O papa atraiu ainda mais a ira dos conservadores quando expôs que eles defendiam na verdade uma ideologia mascarada de catolicismo autêntico.

A constatação geral é que depois de *Amoris Laetitia* os críticos de Francisco não escondiam mais suas resistências ao Papa e passaram a rejeitar abertamente a todas as iniciativas e ensinamentos dele. As críticas são severas e às vezes perversas, não se importando nem com o bem estar do idoso papa nem com os ferimentos que porventura podem causar à Igreja. Rejeitam desde a diplomacia do Vaticano com a China como o diálogo do papa com o mundo muçulmano.

A misericórdia se tornou mensagem central do pontificado e ensinamento de Francisco e se converteu também em mais uma fonte de fortes resistências ao seu papado. Foi celebrado o Jubileu da misericórdia em 2015 e o Papa voltou ao tema em muitas outras oportunidades. O Papa lembra que durante muito tempo estava em voga o julgamento, agora chegou o tempo propício para anunciar a misericórdia e proximidade de Deus. Insiste que os pastores devem se aproximar das pessoas a fim de acompanhar melhor e curar suas feridas.

Sonha com uma Igreja parecida com um hospital de campanha, aberta e pronta para acolher e curar as feridas que entristecem e causam a morte do povo. Diante dos novos modelos de família e de pessoas com opções sexuais diferentes como é o caso das pessoas LGBTQIA+ ele simplesmente se pergunta: “quem sou eu para julgar”? E indica o respeito e acolhimento como única via sensata e possível.

O ensinamento da Igreja continua o mesmo, não houve mudanças significativas, o homossexualismo continua sendo um ato desordenado, mas a postura de Francisco é a de um pastor misericordioso e não de um juiz disposto a julgar, condenar e punir. A doutrina é a mesma, mas a postura humana e respeitosa muda muita coisa. No entanto, a revolta contra o papa aumentou consideravelmente devido sua posição frente a tais problemas.

O Sínodo da Região Amazônia, ocorrido em 2019, em Roma, foi uma fonte de enormes controvérsias desde seu início. A fúria dos opositores e críticos do papa, que já estava sendo gestada e só aguardava a ocasião propícia para se manifestar, explodiu e veio à tona quando uma estátua de madeira de uma mulher grávida foi entregue ao papa pelos indígenas que participavam do sínodo. A estátua era uma representação de Nossa Senhora da Amazônia, porém os multiplicadores de mentiras espalharam logo que era uma representação da *Pachamama*, uma deusa Inca dos Andes.

As abordagens sobre desmatamento e proteção ambiental, ecologia integral, cultura indígena e tantos outros temas importantes foram absolutamente esquecidos e ignorados e comentavam apenas os assuntos mais polêmicos, como o ministério ordenado para mulheres e o possível fim do celibato para sacerdotes na região da Amazônia.

Recentemente, a partir de 2021, os conservadores católicos começaram a difundir falsamente que o Sínodo sobre a sinodalidade representaria um projeto para destruir e decretar o fim da Igreja Católica.

As críticas aos Sínodos, em geral, são infundadas e maldosas e não tem interesse pelos fatos. É o que costuma acontecer também no mundo político dos últimos tempos, no qual reinam as Fake News.

No entanto, Francisco não enxerga os Sínodos como um movimento político ou como luta estabelecida entre progressistas e conservadores. Francisco compreende o sínodo como um processo de discernimento espiritual e eclesial, que deve ser marcado por uma atitude de oração e de diálogo. Atitude fundamental é a abertura do coração ao Espírito Santo. Não é uma convenção qualquer, como a de um sindicato, mas um evento sustentado pela graça e guiado pelo Espírito Santo. Por isso, o Sínodo é um caminho seguro para a renovação da Igreja, aberto à participação e contribuição de todos, tendo em vistas a comunhão e bem da Igreja.

A sinodalidade é para Francisco uma dimensão fundamental da Igreja que se expressa no consenso entre os fiéis, na colegialidade episcopal e na primazia do Bispo de Roma. O Sínodo ajuda a Igreja a responder com criatividade aos novos desafios que vão surgindo com o desenvolvimento da história. É um ótimo instrumento para uma evangelização mais eficaz do mundo contemporâneo, colocando em prática aquilo que deve ser essencial numa Igreja: a comunhão e a participação.

6. Como o Papa Francisco entende as reformas

O Papa Francisco enfrenta inúmeras dificuldades dentro da Igreja tanto de progressistas como de conservadores, conforme acenamos acima. Para os primeiros o Papa é demasiado lento e incapaz de promover as reformas para adequar a Igreja aos tempos atuais. Para os segundos, Francisco põe em risco a Igreja quando promove reformas que contrariam ou negam os seus ensinamentos oficiais e a sua tradição. Falta-nos compreender, porém, como o próprio Francisco entende a caminhada da Igreja e a dinâmica das mudanças.

As ideias de Francisco acerca das necessárias reformas na Igreja estão em plena sintonia com o ensinamento de Bento XVI, seu predecessor. Em 2005, ao se dirigir à Cúria Romana, o papa alemão sublinhou a importância da hermenêutica para compreender a Igreja antes e depois do Concílio Vaticano II. A hermenêutica explica que a Igreja se realiza no tempo a partir da dinâmica entre rupturas e continuidades. Guiada pelo Espírito, a Igreja é uma instituição em constante busca de perfeição, o que implica e exige mudança. Renovação e continuidade são imprescindíveis na vida de uma instituição que almeja progredir. Renovando, ela se adequa aos sinais dos tempos, e, continuando, se mantém fiel à sua essência.

A vida eclesial é fundamentada na revelação de Jesus Cristo. A Igreja é um presente de nosso Senhor. Ele mesmo ensinou que ela é, essencialmente, renovação e continuidade. A Igreja que Jesus fundou é viva e por isso precisa mudar sempre, para se aperfeiçoar infinitamente. Enquanto peregrinar sobre a terra, deve buscar, com a

ajuda do Espírito Santo, a perfeição. Somente na plenitude dos tempos será perfeita e não necessitará mais de mudanças.

Na perspectiva do Papa, para uma reforma bem-sucedida é fundamental contar com homens e mulheres renovados. Não é suficiente contar com novos homens e novas mulheres, não é uma mera questão de trocas. Por isso, em 2016, ao se dirigir aos membros da Cúria, suplicou que todos se deixassem renovar a si mesmos, pessoalmente, profissionalmente e espiritualmente. As reformas serão fruto de uma formação permanente e de um constante diálogo e purificação. Há a necessidade da mudança de mentalidade, do contrário, esforços e implementação de novas práticas seriam sempre insuficientes e falimentares.

A formação permanente está presente nos sermões e publicações do Papa. Sempre que tem oportunidade ele alerta sobre os obstáculos que impedem a Igreja de realizar adequadamente sua missão. O Papa explica sua compreensão sobre as reformas quando se dirige à Cúria Romana e lembra que sua tarefa primordial é a evangelização. Que sua missão é inseparável do testemunho de comunhão, tornado possível pela encarnação de Deus feito homem. Por fim, sustenta que a dimensão eclesial precisa estar intimamente ligada à missão evangelizadora e que essa comunhão deve ser uma característica permanente da Igreja pós-conciliar.

Também fica clara a reforma desejada pelo Papa quando ele denuncia o clericalismo reinante na Igreja. Francisco está a indicar permanentemente que a sua reforma passa pela utilização dos Sínodos como ferramenta genuína e original de diálogo e de participação, único evento eclesial capaz de lançar luz na missão evangelizadora da Igreja e de criar consenso mínimo entre o povo de Deus.

A reforma da Igreja de Francisco se dá com o retorno às bases, às origens. É preciso voltar ao Evangelho e não ao catecismo, a fim de fazer a Igreja progredir. Para evoluir e progredir a história nos ensina a olhar para o futuro. Francisco nos indica a necessidade de olhar para trás, quando tudo começou. O progresso é retornar ao passado, a Nosso

Senhor. Eis a chave para compreender a reforma de Francisco. Essa parece ser também a mesma perspectiva do Concílio Vaticano II.

Isso talvez explique a razão de, às vezes, ele recuar. É verdade, por exemplo, que ele promoveu lentamente algumas pequenas mudanças no trato com as mulheres na Igreja. Porém, apesar de o número de mulheres contratadas para trabalhar na Santa Sé ter aumentado, o número de mulheres em postos de comando é muito insignificante. E ele vetou qualquer possibilidade para as mulheres poderem exercer o ministério ordenado. Isso pode soar como um recuo, pois eram enormes as expectativas de mudança sobre esse tema.

Outro exemplo foi quando, em 2020, ele recuou na tentativa de ampliar as exceções para o clero católico no que se refere à exigência do celibato. Francisco desapontou bom número de fiéis e aliados quando recusou a admissão de homens casados para servir como presbíteros na Igreja da Amazônia. A atitude de Francisco fez com que muitos aliados dele, incluindo os da América Latina, perdessem a esperança de mudanças no que se refere ao celibato. Muitos duvidam que esse tema seja novamente colocado em pauta em seu pontificado.

Consciente da necessidade de mudanças, Francisco introduz lenta e progressivamente temas complexos nos debates que são travados no Vaticano. Passo a passo ele aborda a questão da participação das mulheres na vida e nos postos importantes da Igreja. Está sempre recordando da importância de acolher, respeitar e enfrentar a questão do LGBTQIA+. Não tem pressa, pois sabe que uma reforma rápida e grande poderia ser dramática, abrindo feridas e enfraquecimento da Igreja de Cristo. Por outro lado, como pastor, ele não pode deixar de lembrar dos esquecidos e marginalizados. Sua ação deve ser prudente e cuidadosa, mas ninguém pode ficar para trás.

Vimos que ele não teme as críticas pessoais, seu cuidado é com a Igreja, é nela que ele pensa quando age, seja para avançar ou recuar. É um pastor atento e fiel. Atento à tradição e fiel ao evangelho, atento aos sinais dos tempos e responsável pelo rebanho inteiro. Seguindo

essa compreensão, Francisco não tem receio algum em recuar, desde que seja para o bem da Igreja.

Sabemos que nem todas as reformas serão realizadas por Francisco, mas alguns especialistas acreditam que as bases que ele lançou poderão apresentar desafios importantes para quem quer que surja de batina branca no próximo conclave.

7. Como Francisco lida com tantas críticas e resistências ao seu pontificado

Apesar das intermináveis críticas, Francisco continua cheio de vitalidade e esperança. Como lembramos acima, ele está entre duas alas bem radicais, ambas insatisfeitas, por razões opostas, com seu governo. Recebe críticas pesadas da ala progressista, sobretudo alemã, que expressa indignação e desânimo com o fato dele não ter avançado suficientemente na reforma da instituição em crise. E é igualmente criticado pela ala conservadora por promover inúmeras e perigosas transformações que colocam em risco o futuro da Igreja. De uma parte, é acusado de ser reformista radical e, de outra, de ser mais um produto de uma instituição lenta demais para perceber os sinais do tempo e promover as necessárias adaptações.

Diante de tanta agressividade e críticas era de se esperar constantes reações e punições por parte do Vaticano. No entanto, raramente houve reações e punições aos rebeldes. Por que razão os inimigos declarados do Papa não são punidos nem perdem seus benefícios?

Christopher Lamb afirma que as críticas pessoais provenientes dos conservadores não impactam seriamente o Papa. Entristece o papa e o deixa profundamente abatido somente as críticas que ferem e enfraquecem a Igreja. Certa vez o papa se lamentou com profunda tristeza que um canal de televisão católico estava fazendo os trabalhos do diabo quando feria a Igreja através de ataques e críticas ao papa. As preocupações do Papa estão muito além de si mesmo, ao contrário, seu desejo é unicamente cuidar da Igreja a ele confiada.

As críticas são necessárias à Igreja e revelam que nela há liberdade. Repreender os seus opositores passaria a imagem de um regime ditatorial, no qual o ditador não permite nenhuma manifestação contrária à sua. Ninguém tem direito à fala num sistema autoritário. Razão pela qual o Papa permite e até incentiva a livre expressão do pensamento, inclusive àqueles que deveriam por ofício manifestar sua amizade e comunhão incondicional ao sucessor de Pedro.

A Igreja não deve erguer barricadas ou construir fortalezas para se proteger dos ataques do mundo e se manter pura, isenta de contaminações. Para Francisco a Igreja é essencialmente missionária e deve estar constantemente em *saida*. Mais do que preocupar-se com a própria segurança, ela deve ser obediente ao Bom Pastor e seguir firme em sua missão. Deve ter coragem para superar a tentação de pureza moral e de uma total transparência doutrinária para assumir com criatividade sua missão evangelizadora. Somente assim ela poderá alcançar os corações mais distantes e anunciar-lhes a proximidade e ternura de Deus. Arriscar é preciso.

O Papa lembra que Jesus mesmo nos alerta “Eu vos envio como ovelhas no meio de lobos” (Mt 10,16). Jesus não nos autoriza a enfrentar os lobos com bons argumentos ou usar contra-argumentos a fim de defender a nós mesmos. Nem nos autoriza a fazer-nos da violência para afastá-lo. A intenção de Jesus é que tornemos relevantes, numerosos e prestigiados. Unidos no amor, o mundo vai nos ouvir e nos respeitar. Esse é o caminho da vitória e do triunfo sobre os lobos, que fugirão amedrontados. O Bom Pastor nos envia como ovelhas, como cordeiros. É permanecendo mansos e humildes que o Senhor nos defenderá contra os lobos ferozes. Eu vos envio como ovelhas no meio de lobos.

Francisco está preocupado e focado em ensinar aos homens e mulheres de todos os tempos e lugares, especialmente os que estão com o coração partido e com espírito abatido (Sl 34 e 130) que Deus está sempre por perto e que junto Dele está a misericórdia e a plenitude

da redenção. Não obstante as críticas, Francisco continua sereno e cheio de paz em sua missão de apascentar o rebanho.

8. O que esperar de Francisco

O que ainda podemos esperar de um papa de 87 anos, que sofre com problemas respiratórios graves e que apresenta sérias dificuldades de mobilidade? Pois bem, a idade já avançada não tem sido um obstáculo para que o papa cumpra sua recheada agenda. Como não tem impedido também suas viagens pelo mundo. E, em 2023, o papa visitou a República Democrática do Congo, Sudão, Hungria, Portugal, Mongólia e França. Tudo indica que também, em 2024, acontecerão inúmeras viagens internacionais.

Conviver com saúde frágil não é novidade para Francisco. Desde jovem aprendeu a lidar com as limitações impostas pela enfermidade, sobretudo quando se viu obrigado a retirar um dos pulmões. O papa está consciente da fragilidade de sua saúde, e que ela anda bastante abalada. Como sabe também que a sua idade impõe limites irreversíveis, porém tem se mostrado animado e determinado a continuar o ministério a ele confiado, apascentar o rebanho de Cristo.

Tudo indica que o Papa deve apontar novos cardeais que compartilham sua visão de mundo e de Igreja. O número de cardeais indicados pelos papas João Paulo II e Bento XVI está diminuindo cada vez mais, por isso as novas escolhas serão fundamentais para orientar e definir o futuro da Igreja.

Está marcada para outubro a segunda assembleia sinodal, na qual muitas mudanças podem ainda acontecer. Segundo especialistas, dentre tantos outros, há na pauta do Vaticano o problema do uso dos anticoncepcionais. Adiantam que algum documento sobre o tema poderá ser lançado logo após o Sínodo. No entanto, são temas complexos que exigem muita reflexão. Não é fácil mudar o ensinamento da Igreja sobre temas complexos como família, homossexualidade e o papel das mulheres na vida da Igreja.

Os vaticanistas que acompanham o papa de perto e que analisam os mínimos detalhes do seu dia a dia, revelam que Francisco continua trabalhando incansavelmente. Mantém conversas com especialistas e com pessoas de diferentes posições a fim de conhecer as principais opiniões existentes e formar a sua própria sobre temas complexos e sobre os rumos da Igreja. Portanto, num futuro bem próximo poderemos ter novidades. Com Francisco, surpresas podem surgir a qualquer momento.

Para concluir, vale repetir as palavras do Padre José Antônio de Oliveira, do clero marianense, ao falar do Papa Francisco: também é notório o seu jeito de ser como Jesus: por um lado, bate forte na hierarquia, nos consagrados, nas lideranças religiosas, mas, por outro lado, é pura compaixão com o povo lascado e sofrido. Boa notícia para uns e pedra no sapato para outros. E, apesar de todas as críticas dirigidas ao Papa pelos conservadores e críticos de plantão, Francisco nunca feriu a ortodoxia, concluiu.

REFERÊNCIAS

BENTO XVI, Papa. *Discurso à Cúria Romana na apresentação dos votos de Natal* (2005). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2005/december/documents/hf_ben_xvi_spe_20051222_roman-curia.html>. Acesso em: 14 set. 2023.

CHUA-EOAN, Howard; DIAS, Elizabeth. Pope Francis, The People's Pope. *Times*, 11 dez. 2013. Disponível em: <<https://poy.time.com/2013/12/11/person-of-the-year-pope-francis-the-peoples-pope/>>. Acesso em: 14 set. 2023.

FAGGIOLI, Massimo. *Pope Francis: Tradition in Transition*. Oxford University Press, 2019.

FRAGA, Brian. For 10 years, Pope Francis outlasts the conservative resistance. *National Catholic Reporter*, 01 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.ncronline.org/vatican/vatican-news/10-years-pope-francis-outlasts-conservative-resistance>>. Acesso em: 14 set. 2023.

FRANCISCO, Papa. Homília do Santo Padre *Santa missa pelas vítimas dos naufrágios* (2013). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130708_omelia-lampedusa.html>. Acesso em: 14 set. 2023.

FRANCISCO, Papa. Carta encíclica *Laudato si'* (2015). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html>. Acesso em: 14 set. 2023.

FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia* (2016). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia.html>. Acesso em: 14 set. 2023.

FRANCISCO, Papa. Exortação apostólica pós-sinodal *Querida Amazonia* (2020). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20200202_querida-amazonia.html>. Acesso em: 14 set. 2023.

FRANCISCO, Papa. Exortação apostólica *Laudate Deum* (2023). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html>. Acesso em: 14 set. 2023.

IVEREIGH, Austen. *Wounded Shepherd: Pope Francis and His Struggle to Convert the Catholic Church*. New York: Henry Holt and Co., 2019.

LAMB, Christopher. *The Outsider: Pope Francis and His Battle to Reform the Church*. Orbis Books, 2020.

FRANCISCO: 10 ANOS DE PONTIFICADO**Francisco: 10 pontific's years*Geraldo Luiz De Mori[†]

RESUMO: No dia treze de março de dois mil e treze, Jorge Mario Bergoglio foi eleito Papa, escolhendo como nome Francisco. A comemoração dos 10 anos de seu pontificado, em 2023, é uma ocasião propícia para um primeiro balanço. O presente texto, inspirado no número de anos do atual Pontífice frente ao governo da Igreja Católica, propõe, em dez temas, o que mais marcou, até o momento presente, esse governo, indicando o significado do gesto, iniciativa ou texto correspondente a cada tema, que não se refere necessariamente a cada ano do pontificado.

PALAVRAS-CHAVE: Papa Francisco. 10 anos. Igreja Católica. Reforma. Anúncio da fé.

ABSTRACT: On March 13, 2013, Jorge Mario Bergoglio was elected Pope, choosing the name Francis. The commemoration of the 10th anniversary of his pontificate in 2023 is an appropriate occasion for a first assessment. This text, inspired by the number of years the current Pontiff has been at the helm of the Catholic Church, proposes, in ten themes, what has most marked this government so far, indicating the significance of the gesture, initiative or text corresponding to each theme, which does not necessarily refer to each year of the pontificate.

KEYWORDS: Pope Francis. 10 years. Catholic Church. Reform. Proclaiming the faith.

* O presente texto retoma a conferência pronunciada no Simpósio Teológico “Os 10 anos do pontificado do Papa Francisco”, realizado no Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí (ICESPI), realizado nos dias 4 a 6 de outubro de 2023.

† Bacharel em filosofia (1986) e em teologia (1992) pelo Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus (instituição eclesiástica que, desde 2005, corresponde à Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, FAJE). Mestre (1996) e doutor (2002) em teologia pelas Facultés Jésuites de Paris – Centre Sèvres. Professor de teologia sistemática na FAJE, membro do Board de editores da revista *Concilium*. Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). ORCID: 0000-0002-6176-2063.



Introdução

O dia onze de fevereiro de dois mil e treze ficou marcado na história da Igreja Católica pela renúncia de Bento XVI. Segundo a declaração lida por ele naquele dia diante dos cardeais reunidos num consistório, suas “forças, devido à idade avançada”, já não eram “idôneas para exercer adequadamente o ministério petrino”. O mundo de hoje, continuava, “sujeito a rápidas mudanças e agitado por questões de grande relevância para a vida da fé”, necessitava, para “governar a barca de São Pedro e anunciar o Evangelho”, o “vigor quer do corpo quer do espírito”, vigor “que, nos últimos meses, foi diminuindo de tal modo” que ele tinha que reconhecer sua “incapacidade para administrar bem o ministério” que lhe havia sido confiado (BENTO XVI, 2013). Seu governo, iniciado em 2005, havia sido marcado, tanto pelo brilho de sua inteligência teológica, apreciada por tantos que iam escutá-lo ou que liam seus textos, quanto pelo enfrentamento da grave crise dos abusos de menores, enfrentada por ele com coragem. A essa crise se acrescentava também a de credibilidade, sobretudo diante da má gestão de certas questões econômicas no seio do Vaticano ou eclesiais no seio de alguns episcopados. Para a sucessão do Papa Alemão era necessária uma liderança capaz de reencantar o mundo católico, reconduzindo-o ao frescor do Evangelho, além de mostrar firmeza na condução das crises pelas quais passava a Igreja. Ao escolher um bispo do “fim do mundo”, como se expressou em sua primeira fala o Pontífice eleito em 13/02/2013, os cardeais reunidos em conclave buscaram oferecer uma resposta às demandas então presentes na instituição eclesial. 10 anos depois, é importante, na releitura que se faz do atual pontificado, perguntar-se até que ponto essas demandas foram devidamente atendidas.

O presente texto não tem a pretensão de responder à pergunta que certamente tem sido feita 10 anos depois do início do presente pontificado, a saber, o Papa Francisco ofereceu à Igreja respostas adequadas para a crise que ela vivia quando foi eleito? O intento desse texto é mais modesto. Tendo em vista o número do atual pontificado, trata-se de recolher, em dez temas ou iniciativas, o que parece ter sido mais significativo nesse período. Mais que um balanço sociológico ou político desses 10 anos, o presente texto oferece um olhar teológico, voltado a recolher o bem vivido nesse tempo, para “dar graças”.

1. Um gesto inaugural

Assim que a “fumaça” da chaminé da Capela Sistina sinalizou que os cardeais haviam elegido o novo Papa, milhares de fiéis acorreram à Praça de São Pedro. Da varanda central da Basílica de São Pedro o cardeal-diácono Jean-Louis Tauran anunciou o nome do escolhido, o cardeal Jorge Mario Bergoglio, Papa Francisco. O que mais marcou nessa primeira aparição do novo pontífice foi o gesto de inclinar-se e pedir que todo o povo rezasse por ele: “Peço que rezem para o Senhor para que ele me abençoe” (FRANCISCO, 2013a). Esse pedido, que poderia parecer um recurso retórico populista, para ganhar a simpatia dos fiéis com um Papa vindo do “fim do mundo”, estava relacionado a algo profundamente enraizado na espiritualidade do novo sucessor de Pedro. Primeiro Papa a não ter participado do Concílio Vaticano II, ele expressava com esse gesto uma das convicções da eclesiologia conciliar: a da santidade de todo o povo de Deus, dada pelo batismo, que teve como um de seus desdobramentos a afirmação de que o “santo povo de Deus é infalível *in credendo*”. Essa convicção o pontífice argentino a adquiriu num dos desdobramentos mais importantes do Concílio na América Latina: a “teologia do povo”, vertente argentina da teologia latino-americana. Juan Carlos Scannone, num dos textos que escreveu sobre essa corrente teológica e o Papa Francisco, resgata sua história. Inicia indicando as semelhanças e diferenças dessa teologia com a teologia da libertação, indica, em seguida, as particularidades da teologia argentina, a saber: a ênfase numa leitura mais “hermenêutica” e menos sociopolítica da realidade, o interesse pela questão cultural, sobretudo a sabedoria e a religiosidade popular. Num terceiro momento, apresenta as perspectivas teológico-pastorais do Papa Francisco, partindo de uma breve apresentação das “agendas pendentes” do Vaticano II, identificadas, segundo ele, no que foi proposto na *Gaudium et spes*; analisa em seguida a relação entre a Exortação apostólica *Evangelii gaudium* e a teologia do povo; mostra como o tema da inculturação também é abordado na mesma Exortação; analisa algumas características do sujeito comunitário e da espiritualidade e da mística da religiosidade popular; concluindo com uma reflexão sobre os princípios de “construção de um povo” segundo o Papa Francisco (cf. SCANNONE, 2017).

Segundo Scannone, a teologia argentina é filha da eclesiologia do povo de Deus da Constituição sobre a Igreja do Concílio. Na *Lumen gentium*, após uma série de imagens bíblicas que dizem o que é a Igreja, são apresentadas as três grandes categorias a partir das quais a eclesiologia conciliar se articula: “povo de Deus”, que remete à ideia veterotestamentária

de Israel como povo escolhido, com o qual Deus fez aliança; “corpo de Cristo”, que recorda a metáfora paulina da Igreja como corpo, importante ao longo da história do catolicismo; “templo do Espírito Santo”, também de origem paulina, fundamental na eclesiologia ortodoxa e revalorizada pelo Concílio. Na América Latina, sobretudo em Medellín, II Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho (CELAM), realizada em 1968, a categoria povo de Deus ganhou uma importância central, criando certa identidade com a experiência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) então em gestação e sedimentação. Na Argentina, observa Scannone, a Comissão Episcopal de Pastoral da Conferência dos Bispos (COEPAL) adaptou as conclusões de Medellín para a Igreja do país, ampliando a reflexão sobre a categoria “povo de Deus”, reinterpretando-a a partir das preocupações que haviam surgido na II Conferência do CELAM com a pastoral popular. Ao mesmo tempo, em outros países do continente, em diálogo com a “teoria da dependência”, alguns teólogos propuseram uma teologia da libertação, que ganhou diversos perfis, segundo os interlocutores privilegiados. Lucio Gera, teólogo pastoralista argentino, privilegiou então uma reflexão sobre o povo na perspectiva que então começava a ganhar importância na região, a da inculturação, mostrando como, no seio do povo latino-americano, foi gestada uma cultura própria, que é a que dá identidade a cada nação do continente. Sua reflexão teve grande importância na III Conferência do CELAM, em Puebla, onde o tema da inculturação passou a ser abordado de modo mais sistemático, ampliando-se até a IV Conferência, em Santo Domingo. O povo, tal qual é entendido nos vários autores e períodos da teologia argentina, não pode ser entendido apenas como grupo social e político, mas também como criador de cultura, que é o que dá continuidade e profundidade a cada nação. No tocante aos processos pastorais, ele é portador de uma rica experiência espiritual, gestada ao longo dos séculos em que o Evangelho foi anunciado e encarnado nas terras do continente. Por isso, o povo é não apenas “objeto da evangelização”, mas seu principal sujeito e protagonista, pois, como mostra a Constituição sobre a Igreja do Concílio Vaticano II, ele é constituído do conjunto dos fiéis, que gozam da mesma dignidade batismal, que o torna sacerdote, profeta e rei (cf. SCANNONE, 2017, p. 19-48).

O gesto realizado pelo Pontífice recém-eleito em 2013 era, portanto, a expressão da convicção profunda de que sua missão nascia da fé comum do povo ao qual ele era chamado a servir e conduzir. De muitas maneiras isso apareceu nesses últimos 10 anos, com uma ênfase particular para a

valorização das distintas expressões da religiosidade/piedade popular, tão forte no continente do qual veio, enfatizada na V Conferência do CELAM, da qual ele havia participado e em cujo texto conclusivo ele teve participação decisiva, por ter sido o encarregado da comissão de redação (cf. DAp 7, 37, 43, 93, 99, 258, 261-64, 300, 549). De sua convicção de que a religiosidade popular constitui uma verdadeira mística do “santo povo fiel de Deus” (DAp 262) nasceu grande parte do texto sobre esse tema na Exortação pastoral *Evangelii gaudium* (cf. EG 122-126).

2. Uma viagem inusitada

No dia oito de julho de dois mil e treze, ou seja, alguns meses após sua eleição e posse, Francisco fez sua “primeira viagem apostólica”. O lugar emblemático dessa viagem, a ilha de Lampedusa, no sul da Itália, chamou a atenção do mundo, porque é o local onde chegam a cada dia centenas de migrantes, a maioria vindos da África, mas também do Oriente Médio, em busca de vida digna na Europa. O gesto do Pontífice indicava então o “lugar” a partir do qual seu pontificado seria centrado: as “periferias”, geográficas, sociais e existenciais. Citando as manchetes de alguns jornais, “Emigrantes mortos no mar; barcos que em vez de ser uma rota de esperança, foram uma rota de morte”, ele afirma que essas notícias são como “um espinho no coração que faz doer”. Recordando as perguntas de Deus a Adão, “Onde estás?” (Gn 3,9), e a Caím “onde está teu irmão, Abel? (Gn 4,9)”, ele afirma que “essas duas perguntas ressoam, também hoje, com toda sua força” (FRANCISCO, 2013c).

A questão da migração tornou-se uma das questões mais dramáticas da época contemporânea, como se pode ver no número enorme de migrantes que buscam entrar na Europa através do Mediterrâneo, vindos, sobretudo, da África, de onde fogem da fome e de guerras, ou do Oriente Médio, como aconteceu durante a guerra na Síria ou atualmente na guerra entre Israel e Palestinos. Nos últimos anos, a guerra na Ucrânia também fez com que muitos buscassem refúgio em países europeus. Outro lugar de grande migração, os Estados Unidos, também tem episódios dramáticos de pessoas buscando atravessar a fronteira, através do México, sobretudo. Mesmo em países como Austrália, Japão e Brasil, o fluxo migratório tem crescido de modo impressionante. Desde o início de seu pontificado essa “periferia”, como ele tem chamado os grandes dramas da humanidade, não cessa de preocupá-lo. De fato, segundo a Organização Mundial das Migrações, em 2022 o número de migrantes no mundo eram 281 milhões. Na visita que

realizou a Marselha, França, nos dias 22 e 23 de setembro de 2023, Francisco trouxe as imagens centrais de uma cidade portuária, o mar, o porto e o farol, tentando despertar nos países mais abastados a solidariedade, o acolhimento, a hospitalidade. Ele denuncia também as “guerras aos pedaços”, que leva ao deslocamento de milhões de pessoas, e mostra como a crise climática tem levado ao deslocamento de milhares de pessoas em busca de condições dignas de vida.

3. O grande sinal do “fim do mundo”

No dia vinte e sete de março de dois mil e vinte, numa Praça de São Pedro vazia e chuvosa, Francisco caminha lentamente e só para um momento de vigília e oração pelas vítimas da pandemia da Covid-19, que havia começado no final de 2019, na China, tinha se espalhado de modo assustador pela Europa e América do Norte no início de 2020, com um auto índice de mortos, atingindo progressivamente quase todos os países do mundo, semeando morte, assustando as pessoas e levantando novas questões a uma humanidade que acreditava estar isenta desse tipo de catástrofe. De fato, num mundo altamente marcado pela tecnologia e pelos avanços da medicina e da indústria farmacêutica, ninguém acreditava que algo semelhante pudesse acontecer. O discurso do Papa ecoou então de modo grave: “Densas trevas cobriram as nossas praças, ruas e cidades. Apoderaram-se das nossas vidas, enchendo tudo de um silêncio ensurdecedor e um vazio desolador, que paralisa tudo à sua passagem”. E o discurso continua: “presente-se no ar, nota-se nos gestos, dizem-no os olhares. Revemo-nos temerosos e perdidos”. Iluminado pelo texto de Mc 4,35-41, o Papa recorda que a “tempestade desmascara a nossa vulnerabilidade e deixa a descoberto as falsas e supérfluas seguranças com que construímos nossos programas, os nossos hábitos e prioridades” (FRANCISCO, 2020b). A imagem do Pontífice caminhando só na praça vazia e chuvosa, e as palavras que disse naquele dia são o símbolo de um tempo terrível que assolou a humanidade e que servia como advertência. Passados quase quatro anos desde aquela memorável tarde, a afirmação de Bárbara Buril, segundo a qual a “história mostra que o sofrimento ensina muito pouco”, embora possua um “poder revelatório”, pois revela “aspectos de nossa forma de vida que não víamos muito bem quando a vida funcionava em “modo normal”, parece se confirmar (cf. BURIL, 2020, p. 31, apud DE MORI, 2021, p. 292).

4. O evangelho como alegria

Vários intérpretes de Francisco chamam a atenção para os títulos e o teor de seus textos: em geral marcados por um apelo à alegria, ao louvor, ao lúdico. Os títulos de seus principais textos expressam bem isso: *Evangelii gaudium*, *Laudato sí'*, *Amoris laetitia*, *Gaudete et exultate*, *Christus vivit*, *Querida Amazônia*, *Fratelli tutti*, *Veritatis gaudium*, *Laudato Deum*. O chamado a redescobrir a alegria, a dimensão lúdica e de louvação, a vida, a fraternidade, é, no fundo, um apelo a primeiro olhar o mundo e a história como dom vindo das mãos amorosas de Deus. Sem ignorar os problemas do mundo e da Igreja, o Papa quer despertar no olhar e na imaginação dos fiéis e dos que se abrem a seu ensinamento, a capacidade de admiração agradecida, pelas maravilhas que Deus realiza em sua criação e nos acontecimentos da história nos quais o ser humano tem uma importante participação. No fundo, é um apelo a redescobrir o próprio significado da palavra “evangelho”, “boa nova” ou “boa notícia”, que, no contexto inicial que foi empregado por Jesus, devia suscitar um grande júbilo, apelo à festa. No fundo, é o convite ao olhar divino sobre sua obra do primeiro capítulo do livro do Gênesis, livro com o qual começa a Sagrada Escritura. Após cada obra criada, o narrador afirma “e Deus viu que era bom”. Na conclusão da criação do ser humano, no v. 31 do mesmo capítulo, o narrador diz “Deus viu tudo quanto havia feito, e era muito bom”. É interessante que no capítulo 3 do mesmo livro, esse mesmo ser humano, criado “muito bom”, é aquele pelo qual a desordem e o mal entram no mundo. Jesus, no sermão da montanha, também é habitado pela mesma capacidade de ver o mundo e maravilhar-se com o que Deus continuamente nele realiza. É o que parece emergir do convite que faz: “olhai os pássaros do céu [...] Aprendei dos lírios do campo” (Mt 6,26-31).

Mas não só o olhar deve ser de maravilhamento. A escuta igualmente é um apelo a acolher o que cada pessoa tem para dizer, deixando que o que comunica seja “evangelho” ou fazendo com que o que cada um comunica seja “evangelho” e produza alegria. Nesse sentido, no famoso “pressuposto”, do n. 21 dos *Exercícios Espirituais* de Santo Inácio, segundo o qual a primeira atitude diante do outro é a de “salvar sua proposição”, parece também guiar o olhar e a audição para a qual Francisco tem continuamente convidado a Igreja, para que, dessa maneira, ela seja de verdade sacramento de salvação para o mundo.

A Exortação Apostólica *Evangelii gaudium* é tida por todos os intérpretes de Francisco como seu “plano de governo”, ou seja, sua visão da

instituição que conduz e para onde quer levá-la. Em geral os “planos de governo” de toda instituição são marcados uma racionalidade estratégica, que articula, por um lado, a perspectiva política, com sua forma de conduzir a liderança e tomar decisões, e, por outro, a perspectiva administrativa, com a gestão do cotidiano da instituição. O texto de Francisco começa, porém, com o apelo a redescobrir o evangelho como alegria na própria vida de quem se encontra com Jesus. Tradicionalmente visto como salvação, esse encontro tem a capacidade de modificar a existência dos que nele estão implicados. Essa mudança, traduzida na linguagem clássica como conversão, tem como efeito a salvação. Muitas vezes, porém, o termo salvação evoca algo negativo, do qual se é salvo, embora implique algo positivo, o para que se é salvo. Ao chamar à redescoberta do evangelho como alegria, Francisco dá a primazia à dimensão mística da instituição eclesial, que está ao serviço do anúncio que pode provocar o encontro que produz a alegria verdadeira. A redescoberta do frescor da própria fé e do que ela pode provocar na vida de quem se diz movido por ela, contagiando outros com seu testemunho, é o que deve motivar todo processo de “reforma” da Igreja para o qual o Pontífice foi eleito.

O resultado dessa redescoberta da “alegria” do Evangelho é sua comunicação. Daí emerge a metáfora da “Igreja em saída”, que é movida pela energia que a alegria do encontro com o evangelho suscitou em quem foi encontrado por Jesus. As duas perspectivas, “alegria” e “saída” possuem uma dimensão mística, sem a qual não se pode pensar todas as decisões que visam à “reforma” da instituição eclesial. A “saída” missionária rompe com a “igreja ou a pastoral da manutenção”, “autorreferencial”, que, sob muitos pontos de vista, “adoeceu” e fez arrefecer o ardor que a leva a ir às “periferias” geográficas, sociais e existenciais, tornando-se “hospital de campanha”, “enlameada por ter saído”, mas consciente de que a perspectiva da “manutenção” a condena a ser uma igreja “museu”, que é bela, mas que fica atada a um passado glorioso, mas sem futuro, condenando assim a força do evangelho ou aprisionando-a nas amarras dos ajustes de maquiagem da instituição.

10 anos depois da publicação da *Evangelii gaudium* a pergunta a ser feita é: a “conversão” ou “transformação” de todas as estruturas em função da missão aconteceu? Não é uma pergunta para ser respondida apenas nas altas esferas, mas em todas as instâncias. Até que ponto o apelo de Francisco

a redescobrir a “alegria do Evangelho” se tornou o motor de uma conversão pastoral da Igreja, levando-a a ser uma “Igreja em saída”?

5. A salvaguarda da casa comum

O nome escolhido por Jorge Mario Bergoglio é ele mesmo um “programa” de vida e de pontificado. De fato, Francisco de Assis evoca muitos elementos essenciais e caros à fé cristã. Um deles, sua visão diante do crucifixo de São Damiano que lhe dizia “Vai e restaura a minha Igreja em ruínas”, é, sem dúvida, um dos principais apelos sentidos pelo atual Pontífice, que assumiu a condução da Igreja em um momento de grande crise, provocada pela crise de abusos, que durante seu pontificado se mostrou mais abrangente e contou também com uma política mais rígida de salvaguarda, sobretudo de menores e vulneráveis. Essa restauração moral também se traduziu, como no pobre de Assis, em iniciativas importantes de defesa dos mais pobres, como acima foi evocada a situação dos migrantes e refugiados, e abaixo será analisado seu apoio aos movimentos sociais. Uma Igreja “restaurada” pode de novo atrair a si os olhares e o coração de quem busca nela o rosto de seu Senhor, cheio de ternura e misericórdia. De fato, a Igreja não existe para si mesma, como não cessa de recordar o Papa vindo do “fim do mundo”. Ela é sinal, sacramento do grande sinal de salvação que é seu Senhor e guia. E como sacramento do salvador, os efeitos de sua ação no mundo se “espalham” também para o mundo criado. Da mesma maneira que Francisco de Assis percebeu que a restauração da Igreja se traduzia em comunhão com o mundo criado, o Papa Francisco, diante da grande crise que o atual modelo de “desenvolvimento” tem provocado sobre o meio ambiente, logo associou o cuidado e a defesa dos pobres à defesa e o cuidado do planeta, que também precisa ser salvo.

Laudato sí', Carta encíclica escrita em 2015, é sem dúvida um dos textos mais importantes do magistério social do Papa Francisco, tendo recebido, em outubro de 2023, uma complementação, com a Exortação apostólica *Laudate Deum*. Além desses dois textos, é importante também recordar *Querida Amazônia*, Exortação pós-sinodal publicada em 2020, após o sínodo da Amazônia, realizado em 2019. Embora os Pontífices anteriores já tivessem sinalizado para a importância da questão ambiental, esses textos representam um novo passo na compreensão do meio ambiente por parte da Igreja. Há neles um entendimento profundo da gravidade da atual crise ambiental e um apelo a uma “conversão ecológica” (LS 5, 217-221). Além de denunciar o que acontece na “nossa casa comum”, a encíclica propõe

também a redescoberta do “evangelho da criação”, aprofundando a “raiz humana da crise ecológica”, chamando a uma “ecologia integral”. O conceito principal desses textos, sem dúvida, é o da “ecologia integral” (LS 10, 11, 62, 124, 137, 156, 159, 225, 230, QA 1, 58). O texto aponta para várias pistas de ação, dentre as quais, a da “educação ambiental” (LS 210), que ajude a redescobrir o mundo como criação (L 210), favoreça a criação de uma “cidadania ecológica”, formando para um “estilo” de vida e de responsabilidade ambiental (LS 211), “menos voraz, mais sereno, mais respeitador, menos ansioso, mais fraterno” (QA 58). A educação também inclui uma dimensão estética, capaz de difundir um “novo modelo relativo ao ser humano, à vida, à sociedade e à relação com a natureza” (LS 215). Segundo o Papa, o despertar para o cuidado da “casa comum” implica uma espiritualidade que alimente “uma paixão pelo cuidado do mundo”, não se desligue “do próprio corpo nem da natureza ou das realidades deste mundo, mas vive com elas e nelas, em comunhão com tudo o que nos rodeia” (LS 216), eduque para a “sobriedade” e a “capacidade de se alegrar com pouco” (LS 222), seja capaz de integrar o valor “do repouso e da festa” (LS 237) e leve à solidariedade global que brota do mistério da Trindade (LS 240).

6. A família como evangelho

O primeiro sínodo convocado por Francisco foi o sínodo da família, em 2013. Uma novidade já se apresentou no método adotado, com um questionário enviado a todos os episcopados, pedindo a participação das Igrejas locais. Algumas questões “pastorais” importantes, como a da comunhão de pessoas divorciadas que voltaram a contrair matrimônio e a de casais homossexuais, tornaram o debate espinhoso, mesmo antes do começo do sínodo. Por isso, Francisco quis que o sínodo fosse realizado em duas sessões, em 2014 e 2015. No final de 2015 convocou um ano jubilar sobre a misericórdia, e em 2016 publicou a *Exortação apostólica pós-sinodal Amoris laetitia*, sobre o amor na família.

As mudanças culturais em curso nas sociedades contemporâneas, com o rápido processo de urbanização em muitas delas, o acesso às tecnologias, sobretudo as do mundo digital, que permitem a rápida circulação de informações e uma “globalização” acentuada de ideias e novidades culturais, levaram a uma verdadeira “revolução” no mundo das representações, com mudanças profundas nos modos de se conceber a vida, as relações que cada pessoa tem consigo, com os demais, com a transcendência. Essas mudanças conferem um lugar central ao indivíduo, que

se autocompreende e se autoconstrói a partir de seu desejo e das inúmeras possibilidades que ele lhe abre. Por outro lado, os dramas sociais, como a fome, o desemprego, as migrações, têm afetado profundamente a família na atualidade. Tudo isso levou à irrupção de novas composições familiares, algumas das quais desconhecidas até então ou tidas como “desviantes” pela sociedade ou pelas igrejas cristãs.

O sínodo sobre a família convocado anteriormente por João Paulo II, realizado em 1980, tinha uma compreensão de família própria das sociedades “modernas”, para a qual a “família normal” era a família nuclear, constituída por um homem e uma mulher, estabelecida para sempre, “até que a morte separasse o casal”. O divórcio, embora presente na sociedade, ainda era visto em muitos países como exceção, e nem todos o haviam regulamentado. Para a Igreja católica, porém, o matrimônio sacramental é o que é realizado entre um homem e uma mulher, por toda a vida. Em caso de divórcio, se a pessoa divorciada contrai nova união, não pode ter acesso à comunhão eucarística. Alguns episcopados, como o alemão, na década de 1990, haviam iniciado, no âmbito pastoral, um processo de acompanhamento de casais que haviam se divorciado e voltado a se casar. Nesse processo, caso a solução canônica, prevista no Código de Direito Canônico de 1983, não fosse possível, depois de um caminho de reconciliação, o pároco poderia permitir o acesso à comunhão. Quando submeteram a proposta a Roma, ela foi vetada e se voltou à prática anterior, já adotada pela maioria dos episcopados. A orientação pastoral era a de separação ou a de “viver como irmãos”, vista pela maioria como praticamente inviável.

Essa questão, bastante espinhosa, pois implicava não só a pastoral, mas a doutrina sacramental, tinha ganhado novos desdobramentos antes do sínodo. O episcopado alemão tinha voltado colocá-la em discussão. Outra questão também, praticamente ausente no sínodo convocado por João Paulo II, a da união de casais do mesmo sexo, tinha tido grandes desdobramentos na maioria das sociedades, que ora tinham legislado as uniões civis ora tinham equiparado o casamento heterossexual ao homossexual. Nos debates que se deram em alguns países, a Igreja teve uma forte presença no espaço público, convocando manifestações contra o assim chamado “casamento para todos”, associando-os a uma “ideologia de gênero”. Ao reconhecerem o casamento para todos, esses mesmos países também começaram a legislar a questão de filhos oriundos desse tipo de união, em geral, quando se tratava de duas mulheres, a partir da inseminação artificial feita nos óvulos das duas

por esperma adquirido em bancos de esperma, e, no caso de dois homens, com o recurso à “barriga solidária” ou à “barriga de aluguel”, que supunha a aquisição de óvulos em bancos de óvulos. Muitas questões éticas emergiram desse recurso à tecnologia para assegurar a paternidade e a maternidade de casais homoafetivos. A essas duas questões mais “espinhosas” se acrescentavam as tradicionais, como a das “mães solo”, a da redução drástica do número de filhos e a do envelhecimento e cuidado dos idosos no seio da família.

A convocação do sínodo e a escuta suscitou várias reações por parte de certos grupos mais conservadores no seio da Igreja, que levantaram a suspeita de que o Papa queria “mudar a doutrina da Igreja sobre a sacramentalidade do matrimônio”. Nas duas sessões do sínodo, embora a palavra tivesse circulado livremente e as questões “candentes” fossem tratadas não sem tensões, não se avançou muito em termos de oferecer “soluções pastorais” para as “situações difíceis” nas quais se encontram algumas famílias. O texto da *Exortação pós-sinodal Amoris Laetitia*, consegue, porém, apontar para algumas direções importantes: leva em conta, no Capítulo II, a diversidade de composições familiares nas sociedades contemporâneas; reitera, no Capítulo III, a “doutrina tradicional” do matrimônio como sacramento, oferecendo-lhe, porém, no Capítulo IV, uma importante iluminação bíblico-teológica, à luz de 1Cor 13,2-7, chave de leitura para se pensar o amor na família; retoma, no Capítulo V, o ensinamento da *Humanae vitae*, importante no contexto das sociedades anti-natalistas, que envelhecem e colocam em risco sua própria continuidade; propõe, no Capítulo VI, algumas pistas pastorais para a formação da família à luz da doutrina sacramental da Igreja; indica, no Capítulo VIII, o percurso a ser adotado diante de situações difíceis (acompanhar, discernir e integrar a fragilidade) (Cf. FRANCISCO, 2016).

Também esse texto mereceria ser revisitado no décimo ano do pontificado de Francisco, pois, apesar de abrir novas pistas para acompanhar as “situações difíceis”, parece ter sido identificado como não correspondendo ao verdadeiro magistério da Igreja. Várias mudanças no Código de Direito Canônico foram implementadas, em função de tornar os processos de declaração de nulidade mais céleres, mas o caminho de “não se substituir às consciências, mas formá-las” (AL 37), ainda não tem sido adotado na maioria das dioceses.

7. A juventude como perene inspiração ao encontro de um Cristo jovem

As mesmas mudanças que afetaram profundamente a família, também repercutem no meio juvenil, que se tornou extremamente diverso, fragmentado e plural, sendo o mais afetado com as mudanças antropológicas e tecnológicas. Por isso, é compreensível que o Papa tenha convocado a XV Sessão Ordinária do Sínodo dos Bispos, em 2017, ao redor do tema “Os jovens, a fé e o discernimento vocacional”. O mesmo método adotado no sínodo anterior, com um questionário enviado às conferências de bispos de todos os países, foi utilizado nesse sínodo. Além do resultado da “escuta” feita a partir do questionário, o Papa chamou uma importante representação juvenil de todos os continentes para um “pré-sínodo”, realizado no primeiro semestre de 2018, antes da Sessão de outubro, da qual participaram os bispos. A partir do Documento Final Francisco escreveu a Exortação pós-sinodal *Christus vivit*, publicada em março de 2019, com pistas importantes para se pensar o lugar das juventudes na Igreja, os horizontes que elas podem abrir à evangelização.

Na *Christus vivit*, o Papa inicia (Capítulo I) com uma leitura sobre o “lugar” dos jovens no Antigo e no Novo Testamento. Em seguida, ele afirma que Jesus é jovem e sua juventude ilumina o mundo, sempre rejuvenescendo-o, além de rejuvenescer a Igreja, impedindo-a de envelhecer (Capítulo II). Mais que repetir o que a sociedade e a Igreja afirmam sobre a juventude enquanto “futuro” do mundo ou da Igreja, Francisco afirma que ela é o agora de Deus, feita de um rosto plural, com os traços próprios da época contemporânea, que a ferem, alimentam seus desejos e sonhos. O Papa indica ainda a relação das juventudes com o ambiente digital, recordando que, em geral, é sobretudo o mundo juvenil que migra e sofre todo tipo de abuso nesse percurso (Capítulo III). O texto propõe o grande anúncio da Igreja aos jovens: o Deus que é amor, o Cristo que Salva e está vivo, o Espírito que dá vida (Capítulo IV). O texto recorda nos capítulos seguintes, Caminhos da Juventude (V), Jovens com Raízes (VI), A Pastoral dos Jovens (VII), A Vocação (VIII), O Discernimento (IX), como nessa etapa da vida se abrem possibilidades ou caminhos para os jovens, que é importante não se perder as raízes, que a Igreja se implica em sua formação humana e espiritual, tendo em vista a escolha que cada jovem faz para assumir seu lugar no mundo e os processos que levam a isso (Cf. FRANCISCO, 2019).

Num dos princípios que deve guiar a ação da Igreja, presentes na *Evangelii gaudium*, o “tempo é superior ao espaço” (EG 222-225), Francisco afirma que é “preciso iniciar processos”, mais que “possuir espaços” (EG 223). Um desses processos, relacionados com a mudança do paradigma tecnocrático, é o projeto “Economia de Francisco”, no Brasil denominado “Economia de Clara e Francisco”, que envolve, sobretudo, jovens, provocando-os a imaginarem e a proporem uma “economia diferente” da “economia que mata”. Outro desses processos, o “pacto educativo global”, que implica instituições de educação, também quer ajudar as juventudes a encontrarem seu lugar no mundo atual, apontando-lhes novos caminhos, alternativos aos que ameaçam o futuro da vida no planeta, fundados numa “economia que mata”. As pistas apontadas pela *Christus vivit* não conheceram grande desdobramento no período que se seguiu ao sínodo, porque, já no final de 2019 e início de 2020, a pandemia interrompeu muitas das iniciativas previstas no texto, além de ter afetado particularmente a “saúde mental” de crianças, adolescentes e jovens, grande parte dos quais sendo obrigados a ingressarem no mundo digital para dar seguimento aos seus estudos, criando em muitos deles certas dificuldades de saírem desse mundo e voltarem às relações presenciais. Isso tem sido sentido fortemente nas comunidades de fé.

8. Os poetas sociais

Como acima foi sublinhado, o nome escolhido por Jorge Mario Bergoglio como Papa é um “projeto de vida”, voltado para questões importantes que da sociedade, dentre as quais, sem dúvida, se destaca a das lutas sociais de tantos grupos por direitos e justiça. Além da ênfase na situação dos migrantes e refugiados, Francisco tem se encontrado desde 2014 com os participantes do encontro mundial de movimentos populares. Nessa primeira participação, ocorrida em Roma, ele expressou sua alegria por estar com tais movimentos, lembrando que eles encarnavam “uma realidade que muitas vezes passa em silêncio. Os pobres não só suportam a injustiça, mas também lutam contra ela!” (cf. FRANCISCO, 2014). No encontro de 2015, em Santa Cruz de la Sierra (Bolívia), ele afirmou que “os movimentos populares têm um papel essencial, não apenas exigindo e reclamando, mas fundamentalmente criando”. Nesse sentido, diz ele, pode-se afirmar que os movimentos populares são “poetas sociais”, pois criam trabalho, constroem casas e são “produtores de alimentos, sobretudo para os descartados pelo mercado global” (cf. FRANCISCO, 2015b).

Os escritores poetas descobrem e produzem beleza no mundo através da linguagem. A ação poética não se restringe, porém, à criação da beleza através da arte da escrita. No grego a “*poiesis*” é a capacidade de criar, de fabricar, não só beleza, mas tudo o que existe. Ao nomear os movimentos sociais de “poetas sociais”, o Papa mostra sua capacidade de ver nos que de tantas formas criam um mundo mais justo e solidário, a saber, os que mobilizam e participam dos movimentos populares, uma das expressões da poesia em ação no mundo.

9. Igreja samaritana e comprometida com a fraternidade e a amizade social

Outro desdobramento do nome que escolheu, Francisco, se encontra, certamente, na *Carta Encíclica Fratelli Tutti*. Os encontros do Pontífice com o Imã Ahmad Al-Tayyeb, com quem se encontrou em Abu Dhabi, a partir dos quais assinaram um documento sobre a Fraternidade em prol da paz mundial, o levaram a escrever, em 2020, sua encíclica sobre a fraternidade e a amizade social. Junto com a *Laudato sí'* e a recém-publicada *Laudate Deum*, ela retoma e atualiza a doutrina social da Igreja numa perspectiva não mais antropocêntrica, mas ecológico-social, numa clara sinalização de que o paradigma moderno, a partir do qual toda a razão moderna se constituiu, transformando radicalmente a face do planeta e as relações sociais, chegou à exaustão, demandando outro tipo de paradigma, mais “holístico”, ao mesmo tempo enraizado na terra e nos seus distintos “moradores”. Ao retomar o tema da “fraternidade”, Francisco evoca o Pobre de Assis, para o qual não só os homens e as mulheres são irmãos e irmãs, mas também os animais e todo o cosmos. Certamente as dificuldades de convívio entre humanos surgidas na cultura do indivíduo que se disseminou pelo planeta, estão na origem da nova encíclica do Papa, que com a *Laudato sí'* e a *Laudate Deum* formam a unidade de um paradigma socioambiental.

Na nova encíclica Francisco inicia com um breve “diagnóstico” da realidade no início da terceira década do século XXI, denominado por ele de “sombras de um mundo fechado”, no qual sublinha os impactos de uma “guerra em pedaços”, fruto justamente da incapacidade de ver no outro, no diferente, um “irmão” ou um “amigo” (Capítulo I). A parábola do Bom Samaritano (Capítulo II) aparece então como o “ícone” teológico do que é a proposta da “terapia” para o mundo dividido, no qual o outro é um inimigo e não um próximo. As imagens dos muros, que marcaram a política de alguns países com relação aos migrantes e refugiados, ou a de pessoas mortas nas

praias ou nas fronteiras de países assolados pela guerra, são evocadas no texto, mas também a dos conflitos provocados pela diferença étnica, de gênero e social. O Papa propõe que se aposte num mundo aberto, em sociedades que integrem todos. Para mostrar a originalidade de sua proposta ele afirma que dentre os ideais que deram origem à Declaração Universal dos Direitos Humanos (Liberdade, Igualdade, Fraternidade), o único que não teve um real desdobramento nas instituições e legislações que desde então foram criadas, é justamente o da Fraternidade (FT 103-105). O texto oferece várias pistas para se pensar a política na atualidade, fortemente polarizada ideologicamente (Capítulo V), indicando o caminho para se chegar a isso, o do diálogo e amizade social (Capítulo VI), além de propor vias para o perdão, necessário para a reconciliação num mundo tão marcado pelo conflito e pela guerra (Capítulo VII). No último capítulo o Pontífice indica o papel das religiões nos processos de construção da paz hoje, oferecendo boas pistas para pensar o diálogo inter-religioso (Cf. FRANCISCO, 2020c).

10. A “reforma” sinodal da Igreja

No conclave que no qual foi eleito, falou-se muito de uma “reforma” de algumas estruturas da Igreja, dentre as quais a da cúria romana. Na *Evangelii gaudium*, como acima foi indicado, tida como “projeto de governo” de Francisco, o tema da reforma está contemplado, mas se trata de uma reforma muito mais radical, que implicava uma “conversão” não só das estruturas, mas da própria compreensão da identidade da Igreja, que, conforme diz o Pontífice argentino, existe para evangelizar. Essa reforma de fundo, que supõe todo um caminho de conversão pastoral e missionária, para deixar de ser uma Igreja da autopreservação e transformar-se numa Igreja em saída (EG 25, 27, 30, 32) afeta também o papado (EG 32). Um dos primeiros sinais dessa conversão do papado foi a criação do grupo dos cardeais que formam uma espécie de conselho do Papa, com o qual foi traçando os passos que levariam à “reforma” da cúria romana, uma das principais mudanças estruturais demandadas no conclave. O grupo trabalhou arduamente, elaborando um texto que foi levado às conferências episcopais, sendo modificado várias vezes, para formar a *Constituição Apostólica Praedicate evangelium*, publicada pelo Papa em 2022. A principal mudança proposta nesta constituição é sua orientação missionária, ou seja, o que Francisco pede de toda a Igreja na *Evangelii gaudium* é o que também propõe nesse texto.

Essa reforma na “cúpula”, que para muitos analistas tardou demasiado tempo, foi permeada de vários “processos” que indicavam que a

reforma eclesial deveria ser mais profunda. Na *Constituição Apostólica Episcopalis communio*, de 2018, e no discurso que fez por ocasião dos 50 anos da criação do Sínodo dos Bispos, em 2015, Francisco apontava a direção que a Igreja deveria redescobrir e aprofundar: a sinodalidade, que é constitutiva da Igreja, sendo o “caminho que Deus espera” dela no 3º milênio (Cf. FRANCISCO, 2015c).

Os sínodos da Família, da Juventude e da Amazônia já mostravam, através do questionário ao qual todas as Igrejas deveriam responder, a importância de toda a Igreja se sentir implicada no processo sinodal, através de uma ampla escuta. Em 2021, o Papa Francisco convocou a XVI Assembleia Ordinária do Sínodo dos Bispos, ao redor do tema: “Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão”. Aberto oficialmente em 09/10/2021, em Roma, a metodologia proposta é a da *Constituição Apostólica Episcopalis Communio*, que supõe para a primeira etapa uma ampla escuta, não mais a partir de um questionário, mas implicando todas as dioceses do mundo. A partir de um *Documento de Trabalho* e de um *Vade Mécum*, o conjunto da Igreja era chamado a participar, respondendo a uma Questão Fundamental e a questões diversas propostas a partir de dez eixos temáticos.

Todas as dioceses deveriam organizar a escuta, elaborar uma síntese e enviar às Conferências Episcopais Nacionais, as quais, por sua vez, deveriam elaborar a síntese nacional e enviar à Secretaria Geral do Sínodo. Feita essa primeira etapa, que começou entre fins de 2021 e se prolongou até julho de 2022, a Secretaria Geral do Sínodo elaborou um *Documento para a Etapa Continental*, que aconteceu entre janeiro e março de 2023, privilegiando o método do diálogo/conversa/conversação no Espírito. Sete grandes sínteses foram então elaboradas nos distintos continentes e enviadas à Secretaria Geral, que então se encarregou, com a ajuda de peritos, de elaborar o *Instrumentum Laboris*, tornado público em fins de maio de 2023. Esse texto, que contava com uma introdução geral, de caráter teológico, construída ao redor dos três termos do tema geral: comunhão, participação, missão, possuía dois tipos de fichas, também elas construídas ao redor desses três termos.

Foi ao redor dessas fichas que se desenvolveu a 1ª Sessão da XVI Assembleia do Sínodo dos Bispos em outubro de 2023, também ela recorrendo ao método da “conversa no Espírito” e contou com a presença de leigos, homens e mulheres, representantes da vida religiosa, diáconos

permanentes e presbíteros com direito a voz e voto. No final da 1ª Sessão foi então elaborado um texto, denominado *Relatório de Síntese: Uma Igreja sinodal em missão*. Esse texto, por sua vez, está construído em três partes: I: O rosto da Igreja sinodal, com sete temas: 1. A sinodalidade: experiência e compreensão; 2. Reunidos e enviados pela Trindade; 3. Entrar numa comunidade de fé: a iniciação cristã; 4. Os pobres, protagonistas do caminho da Igreja; 5. Uma Igreja de “toda a tribo, língua, povo e nação”; 6. Tradições das Igrejas orientais e da Igreja latina; 7. Um caminho rumo à unidade dos cristãos; II. Todos discípulos, todos missionários, compreendendo 6 temas: 8. A Igreja é missão; 9. As mulheres na vida e na missão da Igreja; 10. A vida consagrada e as agregações laicais: um sinal carismático; 11. Diáconos e presbíteros numa Igreja sinodal; 12. O bispo na comunhão eclesial; 13. O bispo de Roma no Colégio dos bispos; III. Tecer laços, construir comunidade, constituída, enfim, de 7 temas: 14. Uma abordagem sinodal à formação; 15. Discernimento eclesial e questões abertas; 16. Por uma Igreja que escuta e acompanha; 17. Missionários no ambiente digital; 18. Organismos de participação; 19. Os agrupamentos de Igrejas na comunhão de toda a Igreja; 20. Sínodo dos bispos e assembleia eclesial. A nova etapa, que deverá culminar na 2ª Sessão, em outubro de 2024, será precedida por um intenso trabalho de aprofundamento nas Igrejas locais, que suporá um trabalho prévio intenso a ser realizado por teólogos, teólogas, pastoralistas e canonistas.

Conclusão

O escritor e jornalista britânico Austin Ivereigh publicou, em 2015, o livro *Francisco, o grande reformador*. Esses 10 anos de pontificado, brevemente lembrados nos dez temas acima abordados, dão uma mostra do trabalho enorme desencadeado por esse grande reformador da Igreja no início do século XXI. Certamente ainda não é o tempo dos balanços, nem tampouco o do final de uma “carreira”, como muitos gostam de se referir ao Pontífice argentino já avançado em idade e acometido com problemas recorrentes de saúde nos últimos anos. O caminho por ele trilhado e proposto à Igreja católica é de fato coerente com um dos princípios que guiam sua compreensão da atividade da Igreja: “o tempo é superior ao espaço”, por isso, mais que “possuir espaços, é importante desencadear processos” (EG 222). Certamente essa é a grande reforma de Francisco na Igreja, tentar implicar todos os fiéis num caminho que se torne irreversível, porque conduzido pelo Espírito e se deixando surpreender por suas novidades e apelos, de modo a

deixá-lo “renovar a face da terra”, como se reza a cada vez que se invoca sua presença na vida cristã.

SIGLAS

CEBs = *Comunidades Eclesiais de Base*

CELAM = *Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho*

COEPAL = *Comissão Episcopal de Pastoral da Conferência dos Bispos*

DAP = *Documento de Aparecida*

EG = *Evangelii Gaudium*

LS = *Laudato Si'*

FT = *Fratelli Tutti*

QA = *Querida Amazonia*

AL = *Amoris Laetitia*

REFERÊNCIAS

BENTO XVI. *Declaratio* (2013). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2013/february/documents/hf_ben-xvi_spe_20130211_declaratio.html>. Acesso em: 10 set. 2023.

BURIL, B. A pandemia e o individualismo que nunca existiu. In: REICH, E.; BORGES, M. L.; XAVIER, R. C. *Reflexões sobre uma pandemia*. Florianópolis: Néfiponline, 2020, p. 30-34.

CELAM. *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. São Paulo: Paulus; Paulinas, 2007.

DE MORI, G. Olhares cruzados sobre a pandemia. In *Encontros Teológicos*, v. 36, n. 2, p. 283-310. Disponível em:

<<https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/1670>>. Acesso em: 02 set. 2023.

FRANCISCO, Papa. Benção Apostólica *Urbi et Orbi* (2013a). Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/document/s/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html>.

Acesso em: 01 set. 2023.

FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (2013b). Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/document/s/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html>.

Acesso em: 01 set. 2023.

FRANCISCO, Papa. *Homilia do Santo Padre Francisco na santa missa pelas vítimas dos naufrágios*, (2013c). Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130708_omelia-lampedusa.html>. Acesso em: 01 set. 2023.

FRANCISCO, Papa. *Discurso do Papa Francisco aos participantes no encontro mundial dos movimentos populares* (2014). Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco_20141028_incontro-mondiale-movimenti-popolari.html>. Acesso em: 30 set. 2023.

FRANCISCO, Papa. Carta encíclica *Laudato Si'* (2015a). Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html>. Acesso: 15 set. 2023.

FRANCISCO, Papa. *Discurso do Santo Padre no II Encontro Mundial dos Movimentos Populares* (2015b). Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/july/documents/papa-francesco_20150709_bolivia-movimenti-popolari.html>. Acesso: 30 set. 2023.

FRANCISCO, Papa. *Discurso do Santo Papa Francisco na comemoração dos 50 anos da instituição do sínodo dos bispos* (2015c). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html>. Acesso: 30 set. 2023.

FRANCISCO, Papa. Constituição Apostólica *Episcopalis communio* (2018). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_constitutions/documents/papa-francesco_costituzione-ap_20180915_episcopalis-communio.html>. Acesso: 30 set. 2023.

FRANCISCO, Papa. Exortação apostólica pós-sinodal *Christus vivit* (2019). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20190325_christus-vivit.html>. Acesso: 30 set. 2023.

FRANCISCO, Papa. Exortação apostólica pós-sinodal *Querida Amazônia* (2020a). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20200202_querida-amazonia.html>. Acesso: 15 out. 2023.

FRANCISCO, Papa. Bênção *urbi et orbi* (2020b). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/urbi/document/s/papa-francesco_20200327_urbi-et-orbi-epidemia.html>. Acesso: 01 set. 2020.

FRANCISCO, Papa. Carta Encíclica do Santo Padre Francisco *Fratelli tutti* (2020c). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html>. Acesso: 04 out. 2023.

FRANCISCO, Papa. Constituição Apostólica *Praedicate evangelium* (2022). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_constitutions/do

cuments/20220319-costituzione-ap-praedicate-evangelium.html>.
Acesso: 30 out. 2023.

FRANCISCO, Papa. Exortação apostólica *Laudate Deum* (2023).
Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html>. Acesso em: 10 out. 2023.

IVEREIGN, A. *Francisco, o grande reformador*. Lisboa: Vogais, 2015.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Para uma Igreja sinodal*. Comunhão participação, missão. Documento preparatório (2021).
Disponível em:

<<https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2021/09/07/0540/01156.html#PORTOGHESEOK>>. Acesso: 30 set. 2023.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. “*Alarga o espaço da tua tenda*” (Is 54,2). Documento de trabalho para a etapa continental (2022). Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcajpgclcfndmkaj/<https://www.synod.va/content/dam/synod/common/phases/continental-stage/dcs/20221025-POR-DTC-FINAL-OK.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2023.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão. *Instrumentum laboris* (2023a).
Disponível em:

<<https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2023/06/20/0456/01015.html#po>>. Acesso em: 30 set. 2023.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Relatório de Síntese da primeira Sessão da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos* (2023b). Disponível em:

<<https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2023/10/28/0751/01653.html>>. Acesso em: 30 out. 2023.

SCANNONE, J. C. *La théologie du peuple*. Racines théologiques du pape François. Bruxelas: Lessius, 2017.

OS MINISTÉRIOS NO PONTIFICADO DO PAPA FRANCISCO

The Ministries in the Pontificate of Pope Francis

Alzirinha Souza *

Introdução

Este texto serviu de base para a conferência *Os ministérios no pontificado do papa Francisco*, que ocorreu em 6 de outubro de 2023, durante o simpósio teológico *Os dez anos do pontificado do papa Francisco*. Tal evento foi realizado junto ao Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí (ICESPI).

O tema que nos reúne hoje é desafiador em dois sentidos. Primeiramente, pela ausência, na maioria das vezes, de uma compreensão histórica sobre a categoria dos ministérios. Isso nos impede de superar o segundo desafio, que é ressignificá-los ao longo dos tempos históricos.

Por essa razão, escolhi realizar esta conferência em dois momentos. Em primeiro lugar, resgatar os elementos principais da historicidade dos ministérios, que são invariavelmente retomados pelo papa Francisco, para em seguida verificar quais deles o sumo pontífice vem destacando para esse tema, à luz da eclesiologia conciliar centrada na chave do Povo de Deus.

* SOUZA, A. Leiga, graduada em teologia pela PUC-SP, mestre em teologia pela *Universidad San Dámaso* (Madri, Espanha), doutora em teologia pela *Université catholique de Louvain* (Bélgica) e pós-doutora em ciências da religião pela Universidade Católica de Pernambuco. Membro da Sociedade Internacional de Teologia Prática e líder do Grupo de Pesquisa José Comblin (PUC-SP). Atualmente, é pesquisadora e professora no Programa de Mestrado e Graduação da PUC-Minas e da graduação do ITESP – SP. Também é coordenadora do Observatório Eclesial Brasil. ORCID: 0000-0002-4512-8847.

2. A razão de ser da Igreja: anunciar Jesus e formar discípulos

Um primeiro elemento-chave para a compreensão dos ministérios, ministros e funções na Igreja, é perceber algo essencial: acima dos “poderes” que cada um pensa ter de acordo com seus lugares eclesiais, o mais importante é perceber que cada um é antes de tudo subordinado à natureza e à missão mesma da Igreja. É dessa forma que vamos fazer nossa abordagem.

Por isso, é importante compreender que o cristianismo faz parte das religiões *fundadas*. À diferença das religiões, da família, da tribo e da cidade (que são dimensões religiosas das comunidades humanas, garantidas por seus ritos e por seu vínculo social), as religiões fundadas, em um momento da história, nascem de um personagem e da mensagem de um fundador que não vêm na ordem estabelecida, mas antes introduzem uma nova visão da humanidade no mundo e das relações humanas, assim como uma nova maneira de viver, fundando assim uma comunidade nova.

No cristianismo, essa novidade toma a forma de uma Igreja estruturada fortemente com seu corpo doutrinal, seus sacramentos, seus costumes, suas reuniões e seus chefes. Essa Igreja se organiza através da tomada de um vocabulário e dos modos de organização de outros grupos: família, povo, nação etc. Por isso, a pertença a essa Igreja não impede a pertença a essas instituições e a outros modos de organização, comumente chamados de “seculares” ou mundanos por serem finalmente uma antecipação representativa da Igreja, que será a humanidade reunida em torno do Reino de Deus (VIDAL, 2008).

O que nos distingue, em última instância, é que o cristianismo nos reenvia evidentemente ao Cristo. A fé cuja profissão e cuja doutrina constituem a Igreja, reconhece “o Senhor Jesus Cristo como Deus e salvador segundo as escrituras” (VIDAL, 2008, p. 133), tal como nos indica a forma doutrinal do Conselho Ecumênico das Igrejas. É através dos textos bíblicos que se percebe que os dirigentes

da Igreja se movimentam e agem em nome de Cristo, sendo Ele considerado mestre e pastor. A Igreja (comunidade de seguidores de Jesus) aparece então como a Igreja de Jesus Cristo, nascida da experiência da ressurreição, que reúne os apóstolos enviados ao mundo para proclamar seu Evangelho a todas as nações e formar discípulos (Mt 28,16-20).

Faz-se necessário observar que é Jesus Cristo ressuscitado que funda a Igreja. Pela fé cristã, a primeira comunidade dessa religião constituída após a Páscoa se reúne em torno do ressuscitado (At 1). Antes da Páscoa, esses discípulos não eram a Igreja propriamente compreendida como *seguidores do ressuscitado*. Observemos que a palavra *igreja*, abundante nos escritos paulinos de Atos, se encontrará somente em duas passagens. “Tu és Pedro (*képha* = rocha) e sobre essa rocha erguerás a minha Igreja”, mas quando seria isso? A resposta se dá no vínculo entre essa única referência de Igreja e o primeiro anúncio da Paixão, em que o mesmo Pedro (= rocha) não quer nem ouvir falar nos sofrimentos pelos quais Jesus revela que passará (Mt, 16-21-23). No entanto, é pela confissão de fé do Pedro da Igreja pascal — “És tu o Cristo, o Filho do Deus vivo” — que a Igreja se constitui (VIDAL, 2008, p. 134).

É interessante perceber que não somente a palavra Igreja mas também a própria Igreja estão ausentes nos Evangelhos do Novo Testamento. O que aí consta são os Evangelhos que dizem o que disse e fez Jesus e garantem a formação de novos discípulos. Nada de sacramentos, a não ser a partilha do pão, a instituição da Eucaristia. Nada de comunidade organizada, mas crentes disseminados, alguns dos quais são chamados a seguir Jesus, que escolhe o grupo simbólico dos doze. Isso significa que Deus enfim deu início à reunião das doze tribos. Nada de missão junto aos pagãos, mas somente junto às “ovelhas perdidas da casa de Israel” (Mt 10,5-6). E, claramente, nada de credo cristão nem de cristão antes da morte e ressurreição de Jesus. Ao contrário, é justamente esse o acontecimento decisivo que a Igreja celebra de maneira litúrgica como o *Mistério Pascal*, que funda a Igreja e distingue então o tempo de Jesus e o tempo da Igreja (VIDAL,

2008) É através dessa ruptura entre o Jesus histórico e o pós-pascal que a continuidade de sua mensagem é assegurada e que o “acontecimento Jesus continua” (VIDAL, 2008, p. 136), pois ele mesmo a retoma em suas mãos e a confia a seus discípulos com a insistência do Espírito Santo. Nasce uma nova forma de trabalhar em conjunto, e cada um se torna cooperador da missão (Mt 28,18-20; Mc 16,20).

Logo, é tendo esse panorama bíblico como pano de fundo que damos um passo a mais para pensar as funções, os ministérios e os ministros da Igreja.

3. Funções, ministérios e ministros da Igreja

Nas religiões *fundadas*, a organização interna ganha uma importância nova, uma vez que não somente se trata de um culto conservador, mas também de uma mensagem inovadora que deve ser transmitida e traduzida de forma autêntica nas dimensões teóricas e práticas (VIDAL, 200). No cristianismo, esse fenômeno toma contornos mais destacados. Desde antes do século III, constitui-se um corpo de ministros que guardaram para si o nome de “clero” — do grego *klèros*, que significa a sorte de serem evocados como Povo de Deus, o povo santificado (At 26,18; Cl 1,12). A Primeira Epístola de Pedro chama a atenção dos presbíteros (anciãos) contra a tentação de “fazer pesar sua autoridade” sobre os *klèroi*, cuja responsabilidade lhes é atribuída (1Pd 5,3).

Contudo, é a partir do século III que o *clero* cristão se constitui como um corpo de ministros que reterão para si o nome de *clero* ou *clérigos*. Esse grupo se distingue de outros cristãos, os *leigos*, antes que essa palavra (primeiro como substantivo e depois como adjetivo) viesse caracterizar aqueles/as que permanecem no mundo. Ainda que *leigos* venha de *laos* (povo), a palavra em questão jamais designou todos os membros do povo, mas somente os comuns, os administrados. Aplicada às coisas, ela qualificava o que era profano, não sagrado. Mais raramente, antes que os cristãos a retomassem, ela serviu para

distinguir a maioria dos cristãos dos clérigos e monges. Esse ainda é o sentido de LG,31.

Entretanto, o foco aqui é na recuperação da diferença entre clérigos e leigos. O Código de Direito Canônico (CDC, 1983 – 207) afirmará que “na Igreja entre os fiéis, haverá os ministros sagrados, chamados clero, e os outros que são chamados leigos”, embora, no artigo 204, afirme que todos os fiéis, “segundo a própria condição, são chamados a exercer a missão que Deus confiou à Igreja para esta realizar no mundo”.

Ora, como então compreender que esse caráter *clerical* não é próprio do cristianismo? Em sua raiz mesma, a Igreja pretende ser não somente uma religião ou um lugar de culto, mas é chamada a ser o que foi desde seu início com a formação em Israel, isto é, Povo de Deus, chegando até nós — que também somos Povo de Deus e caminhamos na história à luz da pessoa de Jesus. Nós não somos só o credo, a doutrina, as fórmulas; somos, antes, aqueles/as que se reúnem a partir da experiência feita com o ressuscitado e caminham comunitariamente na história. Mais do que professar o credo dogmaticamente formulado e as celebrações liturgicamente realizadas, somos os que vivem **com**, isto é, **convivemos** com a pessoa de Jesus na história. É essa novidade que faz dos cristãos aquilo que Jesus prometeu: “sal da terra” e “luz do mundo” (Mt 5,13-14).

4. O Vaticano II: as funções dos ministérios e dos ministros

Uma das riquezas do Vaticano II foi precisamente favorecer não apenas a participação “consciente” e “ativa” dos militantes e dos cristãos da Igreja, mas criar um espaço onde coubessem “todos os batizados que se engajam na vida eclesial” (VIDAL, 2008, cap. III). Ao serviço desse objetivo, o Concílio busca definir em novos termos o sentido e os papéis dos ministros ordenados. Entre eles, renovou para a Igreja Latina o diaconato permanente como um ministério específico, que, ao romper com uma tradição de seis séculos, pudesse ser confiado a homens casados. Também abriu grandes possibilidades de colaboração informal e institucional entre clérigos e leigos que o

Código de 1983 explicitou de forma mais clara. Infelizmente, essa reforma foi complicada e, ao ser posta em prática, contrariada por diversas Igrejas do Ocidente e pelo progresso da secularização das instituições, da cultura, das mentalidades e dos costumes que se desenvolveram sobretudo na Europa depois do século XVII. A emancipação moderna do indivíduo fragilizou muito a instituição eclesial em seus três componentes: doutrinal, sacramental e ministerial. Os bispos tentaram mudar esses caminhos como podiam, buscando distribuir entre clérigos e leigos os trabalhos ou ofícios necessários para a Igreja, modelando a presença na vida da Igreja de forma que se cobrisse todo o território e, sobretudo, estimulando e coordenando iniciativas de uma evangelização realmente nova, ou seja, a partir e em vista do essencial do Evangelho de Jesus Cristo (VIDAL, 2008). Como cita a LG, 31:

Os fiéis do Cristo são aqueles que, incorporados ao Cristo pelo Batismo, são constituídos como Povo de Deus e por essa razão feitos participantes, à sua maneira, da função sacerdotal, profética e real do Cristo, sendo chamados a exercer, cada um segundo sua condição própria, a missão que Deus confiou à Igreja para que ela se realize no mundo.

5. Ministérios e o papa Francisco

Embora o Vaticano II não tenha desenvolvido sistematicamente uma teologia dos ministérios não ordenados, a ênfase dada à primazia do Batismo e à dimensão eclesial e comunitária de todos os ministérios alternou profundamente sua compreensão. (PEREIRA; SOUZA, 2023, p. 225).

A abertura dada à compreensão dos ministérios foi um passo para o avanço da abertura aos ministérios. Para explicar a complexidade do tema, teólogos(as) lançaram mão das seguintes formas geométricas: 1) pirâmide; 2) pirâmide invertida e, por último, 3) poliedro, no dizer do papa Francisco. É por esse caminho que vamos chegar ao nosso tema central: ministérios e papa Francisco.

a. *Concílio Vaticano II e a imagem da pirâmide*

Yves Congar (1973), em sua obra *Ministério e comunhão eclesial*, define a eclesiologia do Concílio Vaticano II como *eclesiologia hierarcológica*, isto é uma eclesiologia que valorizava o aspecto institucional, visível, piramidal e hierárquico da Igreja (CONGAR, 1973). Ainda segundo teólogo francês, essa seria “uma concepção inteiramente piramidal da Igreja como uma massa totalmente determinada por seu ápice [...] (CONGAR, 1997, p. 282). O desenho de uma pirâmide, em cujo ponto mais alto estaria o *Pontifex Maximus*, anteriormente atribuído ao imperador romano, fora herdado pelo papa católico. Este tem seu poder estendido sobre a “república cristã”. Trata-se da forma que foi se consolidando ao longo do tempo (ALMEIDA, 1988).

Na esteira da Reforma Luterana (1483-1546), a chamada Contrarreforma Católica, declaradamente no Concílio de Trento (1545-1563), reforça e reafirma a instituição divina da hierarquia e dos ministérios ordenados, constituindo uma Igreja mais romanizada, mais disciplinada e clerical, suportada pela ideia da Igreja como uma “sociedade perfeita” que levou à proclamação da “infalibilidade papal”. De fato, era um poder hierárquico com o qual o papa atua dentro da soberania absoluta. Na Contrarreforma, a postura eclesial e apologética prevalece em detrimento da missão e dos ministérios do laicato (PEREIRA; SOUZA, 2023). De acordo com esse modelo, afirma Almeida (1988, p. 312), “a Igreja é centralizada no papa e na Cúria: os bispos são mais vigários do papa que pastores autóctones das Igrejas locais; os leigos são mais objetos passivos da iniciativa concentrada no vértice que sujeitos ativos da dinâmica eclesial”.

b. *Concílio Vaticano II: a pirâmide se inverte?*

Alguns autores afirmam que somente no Concílio Vaticano II nasce a possibilidade da pirâmide invertida. Essa é uma questão que até hoje pode ser debatida com força.

Na Constituição dogmática *Lumen Gentium*, podem ser identificados elementos de uma mudança eclesiológica, assumindo-se uma nova forma de compreensão da Igreja: como mistério que trata do Mistério (LG, 1), originando-se na Trindade para fazer com que o Reino de Deus de faça presente na história e Povo de Deus (LG, 4), os fundamentos dessa verdade e suas consequências para nossa vida cristã na dimensão eclesial são desenvolvidos sob essa ótica nos capítulos seguintes (constituição hierárquica do serviço, do laicato, da vocação universal para a santidade, dos religiosos/as, bem como os dois últimos capítulos sobre o destino último da humanidade junto a Deus e sobre Maria), contrapondo-se frontalmente a ideia de uma hierarquia que se colocava acima de todos os demais fiéis. Segundo João Batista Libânio, tal organização não tratava de “algo puramente racional, mas teológico-simbólico. Primeiro o Povo e Deus, que se constitui pelo batismo, primeiro o sacerdócio comum dos fiéis, também ele fundado pelo batismo. A seu serviço está a hierarquia. Está jogada a grande cartada eclesiológica” (LIBÂNIO, 2004, p. 8). Essa nova visão da *Lumen Gentium* trouxe o fim (ao menos teórico) do modelo de Igreja piramidal, que dividia a Igreja em dois níveis: no topo o clero — *Ecclesia docens* — e abaixo o laicato — *Ecclesia discens*.

É importante destacar mais três elementos da *Lumen Gentium*:

1. A nova visão da pirâmide invertida, em que o papa e os bispos são servos e estão colocados na base da pirâmide. Passam-se a afirmar a hierarquia e seus carismas (e não poderes), que, embora derivados de Deus e não do povo, estão todos a serviço do Povo de Deus (*plebs Dei*) (SCHIMIDT, 2021, n.p.).
2. Com a imagem do Povo de Deus, o ponto de partida tornou-se a igualdade fundamental de todos os cristãos. Não se exclui, é claro, a hierarquia, ainda mais que ela faz parte do Povo de Deus, mas ela não é a única responsável pela Igreja. Os responsáveis são todos os agentes eclesiais.

3. O sacerdócio comum dos fiéis (LG, 10) como centro de seu ensinamento sobre Povo de Deus, no qual o laicato é novamente entendido como central na vida da Igreja, algo rejeitado no modelo anterior.

c. *O papa Francisco — nenhuma forma de pirâmide, mas sim um poliedro de particularidades*

O papa Francisco é o que podemos dizer de um *nativo conciliar*. Ainda que tenha realizado seus estudos no período pré-conciliar, também o fez em meio às mudanças teológicas que suportaram o Concílio Vaticano II. Quatro anos e cinco dias após a cerimônia de encerramento do evento conciliar, sua ordenação se constituiu no pano de fundo de sua prática sacerdotal. De outro modo, “somente um evento como o Concílio Vaticano II tornou possível um papa como Francisco” (PEREIRA; SOUZA, 2023, p. 236).

Para Francisco, “nesta Igreja, como uma pirâmide invertida, o vértice encontra-se abaixo da base. Por isso, aqueles que exercem a autoridade se chamam ‘ministros’ porque, segundo o significado original da palavra, são os menores no meio de todos” (FRANCISCO, 2015, n.p.). E essa pirâmide não poder ter outra compreensão senão a de colocar-se a serviço: “Para os discípulos de Jesus, ontem, hoje e sempre, a única autoridade é a autoridade do serviço, o único poder é o poder da cruz” (FRANCISCO, 2015, n.p.).

O poliedro é uma figura interessante. Na origem da palavra grega, encontra-se o prefixo *polis* (muitos) e *hedron* (face), o que significa muitas faces. É uma figura sólida e tridimensional com múltiplas faces planas. Segundo Martinez (2023, n.p.) “este modelo busca unir todas as partes sem perder o particular e original de cada membro”¹, isto é, o papa expressa em *Evangelii Gaudium*, retomando a imagem do poliedro no contexto do binômio “o todo é superior à

¹ MARTINEZ, S. *Poliedro, a figura modelo de Francisco*. Disponível em: <https://arquidiocessalvador.org.br/poliedro-a-figura-modelo-de-francisco>. Acesso em: 29 set. 2023.

parte” (EG, 235). Em outras palavras, a figura do poliedro expressa para Francisco um verdadeiro conjunto de serviços com personalidade própria que trabalham em colaboração mútua. Da mesma forma, em *Christus vivit*, expressa: “aprendendo uns com os outros, poderemos ser reflexos melhores desse poliedro maravilhoso que deve ser a Igreja de Jesus Cristo” (CV, 207).

Por esse caminho, queremos chegar ao que Francisco compreende como essencial para os ministérios ou ser ministro na Igreja. A imagem do poliedro tem para o papa um aspecto de política global de **como** sermos Igreja: com a diversidade de agentes eclesiais certamente, mas preservando a comunhão. Essa diversidade não supõe homologação ou eliminação da alteridade. Todas as partes são distintas. De fato, no poliedro, quanto mais os rostos aumentam, mais a figura se torna complexa, porém sempre permanecendo uma.

Essa é para o papa a melhor forma de descrever uma Igreja *toda ministerial*, e não qualquer forma de pirâmide. O poliedro representa finalmente uma Igreja na qual os diferentes ministérios coexistem, complementando-se, enriquecendo-se e iluminando-se reciprocamente, mesmo em meio às diferenças de funções de cada um. A realidade ministerial da Igreja é complexa: em vez de simples binômio hierarquia-laicato, de cima para baixo ou de baixo para cima, há que considerar as diferenças dos dons, carismas e ministérios, surgindo daí o poliedro, sem se preocupar com a posição de cada um. Nesse sentido, Francisco considera que a Igreja cresce mediante a riqueza de suas diferenças; entretanto, “todos os ministérios possuem igual importância, mesmo não sendo de igual natureza” (PEREIRA; SOUZA, 2023, p. 241).

Outro elemento interessante de perceber é que a imagem do poliedro não visa criar circularidade ou imagem esférica em oposição à forma da pirâmide: não se propõe uma eclesiologia de oposição. Ao contrário, essa referência do poliedro é de sinergia de forças, e não necessariamente de referência quase circular. Em resumo, para o papa Francisco, “o modelo não é a esfera, pois não é superior às partes, e

nela cada ponto é equidistante do centro, não havendo diferenças entre um ponto e outro. [...] o modelo do poliedro reflete a confluência de todas as partes que nele mantêm a sua originalidade. Tanto a ação pastoral como a ação política procuram reunir nesse poliedro o melhor de cada um”² (FRANCISCO, 2023, n.p.).

A Igreja representada no poliedro não descarta ninguém e reflete a diversidade ministerial. Todos os ministérios são importantes em igual valor, ordenados ou não. Não há topo, base, inferior ou superior. Há igual importância de todos/as os/as que constituem a comunidade eclesial. No dizer de Martinez (2021, n.p.), “essa figura não é uma utopia, senão, uma realidade que pode ser edificada a longo prazo e com o esforço de todas as partes”, tal como nos lembra a própria LG, 4: “a edificação da Igreja se dá pela sinergia da pregação evangélica, da ação sacramental, do ministério ordenado e dos ministérios-carismas de todo o povo sacerdotal”, o que agora é expressado na figura do poliedro. De fato, a eclesiologia do Vaticano II considerava desde sempre o que foi explicitado agora como ministérios de forma não hierárquica, mas complementar.

O papa Francisco propõe a imagem do poliedro como caminho de comunhão de diversidades (e a sinodalidade é o caminho para que isso aconteça!). Isso está bem expresso na EG, 226-230:

Unidade na diversidade. A uniformidade não é católica, não é cristã. A unidade na diversidade. A unidade católica é diversificada, mas é uma só. É curioso! O que faz a diversidade é igual àquilo que depois faz a unidade: o Espírito Santo. Ele realiza ambas: a unidade na diversidade! A unidade não é uniformidade, não consiste em fazer obrigatoriamente tudo juntos, nem pensar do mesmo modo e nem sequer perder a própria identidade. Unidade na diversidade é precisamente o contrário, é reconhecer e aceitar com alegria os

² FRANCISCO. Discurso do Papa Francisco aos membros da Renovação no Espírito Santo. Disponível em: <https://www.vatican.va>. Acesso em: 29 set. 2023.

diversificados dons que o Espírito Santo concede a cada uma e coloca-los ao serviço de todos na Igreja.

Cumprir a contínua reforma da Igreja no que é possível ser reformado, traduz a expressão *Ecclesia semper reformanda*, isto é, a Igreja sempre evoluindo com o tempo histórico, sem perder a sua identidade e essência, sua doutrina fundamental. O movimento e a compreensão de Francisco para os ministérios vêm sendo realizados através dessa necessidade de evolução da compreensão da Igreja e de quem somos como Corpo de Cristo (sinal do Reino de Deus na história), composto por inúmeras faces que se intervenculam em torno da pessoa de Jesus.

Ora, o que faz Francisco é unicamente retomar e concretizar os movimentos anteriores a ele, tal como a agenda do Concílio Vaticano II, que esboçou e não aprofundou a imagem de uma Igreja estratificada e orgânica (LG, 11), em que todos os membros eclesiais têm a mesma dignidade e a mesma vocação para servir à construção do Corpo de Cristo. Além disso, o papa concretiza o movimento do laicato do padre Congar (que falava de uma “laicologia”), bem como o que foi expresso pelo Sínodo dos Bispos de 1987: “Vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo”.

Conclusão

Finalmente, a evolução da compreensão sobre a ministerialidade da Igreja é essencial para sua sobrevivência como *comum-unicidade* do Povo de Deus, que caminha na história e quer contribuir para ela. E a diversidade dos membros eclesiais (ministérios) é o caminho de diálogo interno e com o mundo. Somos Povo de Deus diverso que caminha na história e colaboramos com nossa práxis para a emergência dos sinais do Reino de Deus nela. Não há transformação que venha de uma única práxis (ordenada, leiga, religiosa). Uma única forma desperta os “episcopalismos”, “clericalismos”, “religiosismos” e “laicismos”! É na complementação das diversidades que superamos os autoritarismos e possibilitamos um encontro com as diversidades da história. Este é o nosso desafio para

continuarmos dialogando entre nós e como o mundo! Se o poder de Deus se encontra em sua capacidade de amar, o nosso encontra-se na capacidade de nos relacionarmos à luz de sua dinâmica amorosa, o que permite continuamente o diálogo entre iguais. Sigamos buscando continuamente esse caminho!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. Modelos eclesiológicos e ministérios eclesiais. *REB*, Petrópolis, v. 48, n. 190, jun. 1988, p. 310-352.

CONGAR, Y. *Ministeri e comunione ecclesiale*. Bologna: EDB, 1973.

CONGAR, Y. A recepção como realidade eclesiológica. In: *Igreja e Papado*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

LIBANIO, J. B. Lumen Gentium: mina inesgotável. *Revista Vida Pastoral*. São Paulo: Paulinas, n. 236, jan./fev. 2004, p. 3-8.

FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (2013). Disponível em: <
https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html >. Acesso em: 29 set. 2023.

FRANCISCO, Papa. *Comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos* (2015). Disponível em:<
https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html>. Acesso em: 29 set. 2023.

FRANCISCO, Papa. *Discurso do papa Francisco aos membros da Renovação no Espírito Santo* (2015). Disponível em: <
https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/july/documents/papa-francesco_20150703_movimento-rinnovamento-spirito.html#:~:text=O%20rio%20deve%20perder%2Dse%20no%20oceano.,Deus%20e%20vai%20para%20Deus.>. Acesso em: 29 set. 2023.

FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica *Christus Vivit* (2019). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20190325_christus-vivit.html>. Acesso em: 29 set. 2023.

MARTINEZ, S. *Poliedro, a figura modelo de Francisco*. Disponível em: <https://arquiocesealvador.org.br/poliedro-a-figura-modelo-de-francisco>. Acesso em: 29 set. 2023.

PAULO VI. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. Publicada em 21 de novembro de 1964. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em: 29 set. 2023.

PEREIRA, A.; SOUZA, N. O papa Francisco e a questão dos ministérios eclesiais: da pirâmide (invertida) a imagem do poliedro. *Revista Encontros Teológicos*, v. 38, n. 1, jan./abr. 2023, p. 225-248.

SCHIMIDT, G. *A pirâmide invertida: a hierarquia na base*. Disponível em: www.vatican.va/pt/vatican/news/2021-02/. Acesso em: 20 set. 2023.

VIDAL, M. *À quoi sert l'Église ?* Paris: Bayard, 2008.